

PLANOS DE FISCALIZAÇÃO

SIM – Sistema Integrado de Monitoramento

SIMMar – Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo

.....

Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades de Conservação: *um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Planos de Fiscalização
SIM – Sistema Integrado de Monitoramento
SIMMar – Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo

Contribuição dos Conselhos Gestores
à Proteção das Unidades de
Conservação: *um guia prático para
atuação a partir da fiscalização
ambiental preventiva*



1ª Edição

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

São Paulo
2016

S24c São Paulo (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades de Conservação: um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva. Beatriz Truffi Alves; Rodrigo Machado (Orgs.) - São Paulo: SMA/CEA, 2016. 140p. il. 21 x 29,7 cm.

Bibliografia

ISBN – 978-85-62251-49-8

1. Educação Ambiental. 2. Unidades de Conservação-proteção. 3. Prevenção ambiental-guia.
I. Alves, Beatriz Truffi (Org.) II. Machado, Rodrigo (Org.) III. Título.

Governo do Estado de São Paulo

Governador – Geraldo Alckmin

Secretaria do Meio Ambiente

Secretário – Ricardo Salles

Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Coordenador – Sergio Luis Marçon

Coordenadoria de Educação Ambiental

Coordenador – Gilson Ferreira

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal

Diretor Executivo – Paulo Santos de Almeida

Instituto Florestal

Diretor Geral – Edgar Fernando de Luca

Instituto de Botânica

Diretor Geral – Luiz Mauro Barbosa

Comando de Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo

Comandante - Coronel PM Rogério de Oliveira Xavier

São Paulo

2016

Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades
de Conservação: um guia prático para atuação
a partir da fiscalização ambiental preventiva

1ª Edição – São Paulo, 2016

Organizadores

Rodrigo Machado
Beatriz Truffi Alves

Colaboradores

Adriana Neves da Silva
Caroline Vivian Gruber
Cláudia Avanzi
Marlene Francisca Tabanez
Wagner Nistardo Lima

Revisão Textual

Denise Scabin Pereira

Grupo de Trabalho da Formação Socioambiental

Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Rodrigo Machado
Beatriz Truffi Alves
Wagner Nistardo Lima

Coordenadoria de Educação Ambiental

Simone Mendes de Oliveira do Amaral
Aline Queiroz de Souza
Caroline Vivian Gruber
Cecília Ferreira Saccuti
Danielle Paes Julião
Juliana Ferreira Castro

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal

Adriana Neves da Silva
Alexandre Marques Oliveira
Cláudia Avanzi
Eliana Bucci
Hélio dos Santos
Jeannette Geenen
Kátia Pisciotto
Maria Beatriz de Oliveira Louvison
Suellen França de Oliveira Lima
Tânia Oliva de Freitas Macea
Vanessa Puerta Veruli

Instituto Florestal

Marlene Francisca Tabanez

Instituto de Botânica

Nelson Antonio Leite Maciel

Polícia Militar Ambiental

Major PM Luis Gustavo Biagioni
Major PM Paulo Henrique Lopes Carvalho

Diagramação e arte da capa

Vanessa Merizzi

Impressão e acabamento

Gráfica CS Eireli

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Nelson Mandela



Com a publicação deste Guia Prático da Formação Socioambiental, o Sistema Ambiental Paulista oferece uma ferramenta de trabalho para todos que atuam na conservação ambiental e proteção da natureza - uma das cinco diretrizes de gestão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Este guia apresenta o passo a passo para a construção de um espaço sistemático e qualificado de diálogo para a gestão da biodiversidade em nossas áreas protegidas. Ao realizar a Formação Socioambiental aqui proposta, gestores e conselheiros das unidades de conservação experimentarão uma ferramenta útil e eficaz para o planejamento não somente de ações de monitoramento e fiscalização, mas de enfrentamento para questões prioritárias para a unidade.

O trabalho que resultou neste guia faz parte do Plano de Fiscalização de Unidades de Conservação de Proteção Integral e do Plano de Fiscalização da Pesca Costeira, materializados no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento das Unidades de Conservação (SIM) e do Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo (SIMMar). Ele objetiva fortalecer o monitoramento e a fiscalização das áreas protegidas, envolvendo ativamente os Conselhos Consultivos, compreendidos como espaço de aproximação entre sociedade e gestão pública e, também, como fórum de gestão do território de influência das unidades de conservação.

A conservação de nossas áreas protegidas só é possível com o envolvimento da comunidade de seu entorno. Por isso, nosso objetivo com a Formação Socioambiental é proporcionar a estes diversos atores sociais uma experiência de reflexão e planejamento voltados à intervenção e à contribuição na gestão ambiental.

Ricardo Salles

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

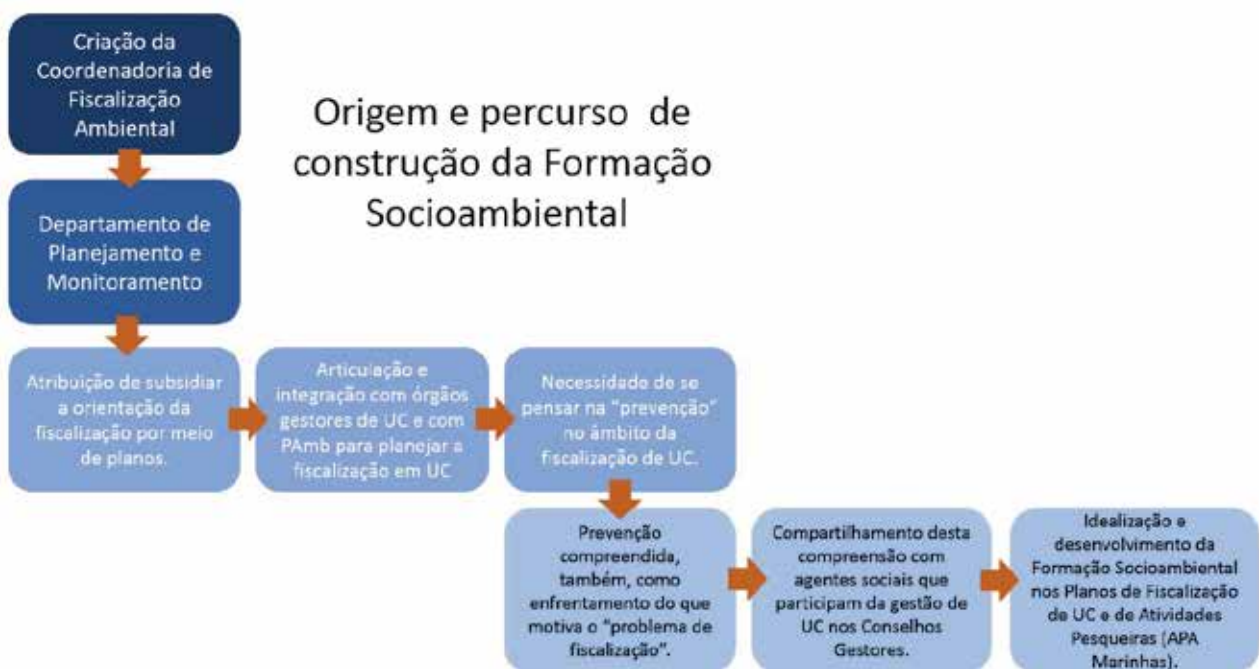


Pra começo de conversa...

Antes de iniciarmos o Guia Prático propriamente dito, convém contar ao leitor um pouco da origem e desenvolvimento do Programa Formação Socioambiental de que esta publicação é uma das expressões. Este programa também tem subsidiado reflexões, debates e ações no campo da gestão ambiental pública, especialmente da educação ambiental e da fiscalização como uma das estratégias de proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

O começo do trabalho, ainda como ideia, decorre do surgimento, em 2012, de uma nova Coordenadoria na Secretaria de Estado do Meio Ambiente: a de Fiscalização Ambiental (CFA), cuja estrutura abriga um Departamento de Planejamento e Monitoramento, com a atribuição de subsidiar a orientação dos agentes de fiscalização em campo, a partir, inicialmente, de planos de fiscalização (SÃO PAULO, 2012). Dentre os planos desenvolvidos, dois deles seriam providenciais à formulação da Formação Socioambiental com Conselhos de Unidades de Conservação (UC): inicialmente, o Plano de Fiscalização de Unidades de Conservação de Proteção Integral, conhecido como Sistema Integrado de Monitoramento, ou simplesmente SIM; e, posteriormente, o Plano de Fiscalização das Atividades Pesqueiras, conhecido como Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo ou SIMMar, cuja atuação se relaciona diretamente às Áreas de Proteção Ambiental (APA) Marinhas, instituídas no Litoral Paulista.

Origem e percurso de construção da Formação Socioambiental



Portanto, havia, em um cenário mais amplo, uma iniciativa no Sistema Ambiental Paulista de se criar um órgão de planejamento da fiscalização, para compartilhar com a Polícia Militar Ambiental (PAMB) a competência de definir, de forma estratégica, “para onde vai a fiscalização, o que procura, por onde passa”. Já, em uma circunstância mais específica, das UC de Proteção Integral e das APA Marinhas, a instituição dos Planos de Fiscalização Integrada (SIM e SIMMar) criou condições para o fomento da articulação entre CFA, Polícia Militar Ambiental (PAMB) e os órgãos gestores de UC: Fundação Florestal (FF), Instituto Florestal (IF) e Instituto de Botânica (IBt), para trabalharem juntos a orientação da fiscalização ambiental nos territórios protegidos e, também, para o desenvolvimento de um programa visando articular dois campos: Fiscalização Ambiental e Educação Ambiental (EA).

Ambos os contextos propiciaram a abertura à educação na fiscalização e ao trabalho integrado entre órgãos do Sistema Ambiental Paulista, momento oportuno à fermentação de ideias para a compreensão dos Conselhos Gestores de UC como espaços de ensino-aprendizagem e da gestão de áreas protegidas – com sua complexidade socioambiental, seus conflitos, desafios e caráter público e territorial – como um rico objeto de atenção e grande tema gerador de processos educativos e situações formativas, tendo em seu horizonte intervenções nas realidades apreendidas. O público foi constituído tanto por aqueles agentes sociais representados em tais Conselhos, como também por todo o universo de agentes atuantes nos territórios de influência das UC, especialmente aquelas atendidas e integrantes dos planos de fiscalização.

Partindo destas ideias e da demanda do SIM e SIMMar de contar com um “programa de suporte à educação ambiental nos planos de fiscalização”, uma proposta começou a ser formulada por servidores da CFA e compartilhada com os demais órgãos responsáveis pelas UC (gestão, pesquisa e fiscalização) e já articulados em decorrência de sua implantação: FF, IF, IBt e, inclusive, PAMB.

Um Grupo de Trabalho foi composto por representantes dos órgãos mencionados, agregando, também, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), tendo como objetivo inicial a estruturação de uma proposta para se trabalhar com os Conselhos o desenvolvimento de abordagens preventivas aos problemas de fiscalização considerados por cada uma das UC envolvidas. Já se compreendia, à época, o potencial que a problemática da fiscalização oferecia em termos de temas geradores, concretos e pertencentes ao cotidiano daqueles agentes envolvidos com a gestão das UC. Ou seja, um problema de fiscalização demanda abordagens em diferentes “frentes” para ser efetivamente enfrentado: se, por um lado, o viés repressivo da fiscalização tem sua importância assentada na urgência de estancar sua manifestação na UC, por outro lado, é preciso que se reconheça a necessidade de se enfrentar o que motiva a existência dos problemas que afetam os objetivos de conservação da biodiversidade em cada UC.

A construção do **Programa de Formação Socioambiental com Conselhos Gestores de UC** surge justamente da articulação entre a compreensão de que os Conselhos e a gestão da UC são espaços para se desenvolver a EA, com o potencial de contribuição à fiscalização ambiental, na medida em que lidam com um viés preventivo (para além da vigilância, buscando alcançar os condicionantes sociais, econômicos, culturais e históricos dos problemas).





Do ponto de vista legal, a FS buscou considerar marcos legais que subsidiam tanto a gestão de UC, como também a demanda do Estado de oferecer condições para a participação da sociedade, a educação ambiental e a articulação entre as esferas administrativas na gestão pública da biodiversidade. Portanto, observa-se na Constituição Federal, em seu artigo 225, no capítulo de meio ambiente, o direito de todos a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à **coletividade** o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, grifo nosso). No inciso VI do primeiro parágrafo desse mesmo artigo, se prevê que cabe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Esta atribuição advinda da Constituição é também prevista na Lei Federal n.º 9.795/1999 e na Lei Estadual n.º 12.780/2007, ambas instituindo as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental.

No que diz respeito especificamente à gestão de UC, observam-se a Lei Federal n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e respectiva regulamentação pelo Decreto Federal n.º 4.340/2002, os quais preveem tanto a existência como o devido acompanhamento dos Conselhos Gestores de UC. Especialmente quanto às competências dos Conselhos, o referido Decreto Federal prevê, em seu artigo 20, a necessidade de: “buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e seu entorno; esforçar-se para **compatibilizar os interesses** dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos e; **propor diretrizes e ações** para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso” (BRASIL, 2002, grifos nossos). Já na esfera estadual, observa-se, no Decreto Estadual n.º 49.672/2005, em seu artigo 4º a previsão de que “os Conselhos Consultivos das Unidades de Proteção Integral estaduais são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa, devendo pautar suas ações com base nos seguintes princípios: I - valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos; II - otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, **auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área**; III - **busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação**; IV - otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros; V - divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação; VI - aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública” (SÃO PAULO, 2005, grifos nossos).

Mais recentemente há, inclusive, maior suporte normativo à FS no âmbito da fiscalização ambiental de UC, considerando o texto do Decreto Estadual n.º 60.302, de 27 de março de 2014, que institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP. Em seu capítulo III, na seção VI (sobre a fiscalização de UC) há o artigo 29, cujo texto prevê que “caberá à Secretaria do Meio Ambiente, à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal

do Estado de São Paulo e à Polícia Militar do Estado de São Paulo a realização, por meio de Plano de Fiscalização Integrada, das atividades de fiscalização nas unidades de conservação”. Neste mesmo artigo, a alínea 8 do parágrafo 1º demanda, nestes planos de fiscalização integrada, o “**envolvimento** da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação” (SÃO PAULO, 2014, grifo nosso).

De uma perspectiva educacional, a Formação Socioambiental inspira-se em um referencial teórico subsidiado por contribuições experimentadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ao longo de mais de vinte anos: a “Educação na Gestão Ambiental Pública”, em que a gestão ambiental é compreendida como um processo de mediação de interesses de diferentes agentes sociais que atuam sobre os bens ambientais. Ainda, a Formação Socioambiental parte do entendimento de que o papel da EA é, permanentemente, voltado à tomada de consciência sobre a problemática socioambiental, que afeta aos grupos envolvidos, assim como as relações estabelecidas entre os mais diversos grupos sociais e destes com os bens ambientais, observando as consequências de tais relações. Partindo de tal compreensão, em perspectiva crítica, é reconhecida a necessidade de refletir e construir meios de superar os desafios colocados pela realidade apreendida; desenvolvendo, com os envolvidos nas práticas formativas, as habilidades e atitudes necessárias para tal transformação.

Já do ponto de vista da gestão ambiental, especialmente da gestão pública do meio ambiente, parte-se do pressuposto de que aquilo que entendemos por “questão ambiental” (com seus problemas e complexidade inerentes) não se restringe à relação “homem-natureza”, mas se estende aos processos que ocorrem na sociedade de maneira mais ampla. Ou seja, não é suficiente direcionar o olhar e os esforços no sentido de se criar regras para orientar e adequar condutas de determinados grupos sociais (quaisquer que sejam), em relação aos bens ambientais. É fundamental compreender e superar as lógicas que os orientam e em que operam tais relações. Para tanto, o papel do Estado é também o de instrumentalizar (no sentido de fornecer instrumentos) os grupos detentores de menos recursos – econômicos e políticos, mas que têm tanto direito a um “meio ambiente equilibrado” como qualquer outro grupo social em nossa sociedade; para que se sintam em condições de compreender sua realidade socioambiental, intervir e contribuir na gestão ambiental pública do território que, em princípio, lhe diz respeito mais diretamente.

Assim, o trabalho da Formação Socioambiental enxerga os Conselhos Gestores de UC como espaços que: 1) podem ter como preocupação comum os problemas que interferem na proteção da UC; 2) reúnem condições para refletir e debater sobre as relações entre o que afeta a UC e os processos e dinâmicas territoriais; 3) têm a atribuição de construir formas de lidar com estas relações; 4) guardam o potencial de agir sobre a realidade dos territórios de influência da UC, compreendendo, acompanhando e participando da gestão ambiental destes territórios.



Apresentação



Este Guia Prático surge como desdobramento do desenvolvimento de um conjunto de técnicas de envolvimento de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (UC) com a fiscalização ambiental. Seu objetivo é compartilhar com o leitor a ideia de identificar formas de compreender o papel do Conselho no contexto de fiscalização preventiva nos territórios em que as UC se localizam.

O material se destina àqueles que respondem pela gestão de uma UC e mesmo ao público que trabalha com estes espaços de participação na gestão ambiental pública. Antes de ser um “manual” prescritivo, assemelhado a uma “receita de bolo”, este Guia pretende compartilhar a experiência e o aprendizado; e, com isso, subsidiar e orientar o leitor para a empreitada de se trabalhar de forma participativa com o Conselho de uma UC.

O Guia também se destina àqueles que, desafiados pelo árido tema da fiscalização ambiental, pretendem construir abordagens distintas ao enfrentamento de problemas ambientais que interferem diretamente nas políticas de proteção da biodiversidade e que, conseqüentemente, se relacionam às unidades de conservação.

O Guia está organizado em três partes: na Parte I, são apresentadas reflexões e orientações para a organização e o início da Formação Socioambiental a partir de subsídios que deem condições para seu preparo e implantação; na Parte II são descritos os procedimentos e sucessivos passos de cada um dos momentos em que a Formação Socioambiental foi concebida e desenvolvida nos espaços dos Conselhos Gestores de UC; já, na Parte III, são compartilhadas algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido e os depoimentos dos gestores participantes da iniciativa, entre os anos de 2013 e 2015.

Ao final, são expostas, ainda, referências e materiais para consulta e a lista das unidades de conservação, gestores, conselheiros e convidados que participaram da Formação Socioambiental até o momento.

Para facilitar o diálogo e a organização das orientações e indicações apontadas ao longo do Guia, serão utilizados ícones específicos que demarcam os textos:

	Conceito/ Ideia Chave: ressalta o que fundamenta, subsidia ou mesmo inspira os momentos previstos à Formação Socioambiental.
	Dicas Úteis: aponta para dicas advindas da experiência, reflexão e construção de conhecimentos realizadas entre 2013 e 2015 a partir dos trabalhos com diferentes Conselhos de UC do Estado de São Paulo.
	Perguntas Norteadoras: ao final de cada passo, são apontadas questões que orientam a condução dos trabalhos e as ações a serem executadas.

Esperamos que este Guia Prático sirva como uma grande coleção de aprendizagens registradas, documentadas e assim compartilhadas; que oriente a reflexão e a ação de quem pretende qualificar a participação e o diálogo no âmbito da gestão ambiental, tendo como ponto de partida a problemática da fiscalização ambiental em unidades de conservação.

Bom trabalho e boa leitura!



Sumário



PARTE I

Por onde começar?

Reflexões para o início do trabalho

20

Desenvolvimento das condições preparatórias para implantação da Formação Socioambiental

PARTE II

Momento 1

Definindo o ponto de partida

42

Reconhecimento do percurso, dos problemas de fiscalização da UC e tomada de decisão: por qual problema começar?

Momento 2

Compreendendo melhor o problema

53

Identificando os descritores, as causas, as consequências e os agentes que se relacionam ao problema definido

Momento 3

Planejando intervenções na realidade apreendida

65

Organizando grupos e ações a partir do espaço do Conselho para intervir na gestão do território de influência da UC

Momento 4

Acompanhando e avaliando a eficácia das ações

80

Registro, compartilhamento, análise e avaliação das ações e correção de rotas

PARTE III

Algumas considerações e resultados da Formação Socioambiental

88

Depoimentos

92

Compartilhando a percepção de Gestores sobre a Formação Socioambiental

Referências e Materiais para Consulta

97

Por onde começar? Reflexões para o início do trabalho

Desenvolvimento das condições preparatórias
para implantação da Formação Socioambiental

Parte I



Por onde começar?

Reflexões para o início do trabalho

Desenvolvimento das condições preparatórias para implantação da Formação Socioambiental



Inicialmente, abordaremos uma fase anterior ao ciclo de desenvolvimento da Formação Socioambiental (FS), que denominamos: “Por onde começar?”. Ela define os antecedentes da FS na Unidade de Conservação (UC) ou outro espaço de participação na gestão pública do meio ambiente. Como antecedentes, destacamos sete passos, aqui considerados fundamentais para a busca de condições objetivas e subjetivas para um bom desenvolvimento da FS:

- 1) **Definição do público e do sentido da FS** (a quem se destina e para que serve a FS);
- 2) **Pressupostos da FS** (o que se entende por Conselho de UC? O que é participação para o grupo que irá conduzir os trabalhos? E como compreendemos – histórica, social e ambientalmente – as áreas protegidas e/ou as unidades de conservação?);
- 3) **Análise do ambiente do Conselho** (faz diferença contarmos com um Conselho ainda em formação, já formado, ativo ou inativo etc.);
- 4) **Definição de objetivos e metas da FS** (onde se pretende chegar ou quais os resultados esperados com a FS);
- 5) **Definição de formas de avaliar o desenvolvimento da FS** (quais dados e informações podem ser coletados para mensurar os resultados da FS e o alcance de seus objetivos e metas; e quais instrumentos devem ser utilizados em cada momento);
- 6) **Organização da FS** (quais são os principais temas a serem trabalhados, quais as estratégias e técnicas a serem utilizadas, quantos encontros são estimados para concluir o percurso, quem, da equipe da UC – ou com quem a UC conta –, faz o que etc.);
- 7) **Apresentação da FS e anuência do Conselho** (o Conselho deve estar ciente e mobilizado para desenvolver todo o percurso da FS).



Conselho Gestor

Os Conselhos podem ser compreendidos como espaços nos quais a participação política na gestão pública torna-se um processo de aprendizagem – consciente ou não – que pode e deve ser incentivado no sentido de aprimorar a capacidade de “participar”, ampliando o controle social sobre a gestão de espaços e bens públicos. Pode, ainda, contribuir para a busca por responder questões ou lacunas como: quais os limites entre o que é deliberação e o que é consulta; qual é o espaço/território de atuação do Conselho; qual a importância de instrumentos de responsabilização dos conselheiros por decisões tomadas; quais são as restrições orçamentárias; e qual a importância de haver condições dos conselhos executarem seus planejamentos, a urgência de ações coordenadas, entre outras.

Passo 1 – Definição do público e do sentido da FS

Na experiência realizada no âmbito do SIM e SIMMAR, o desenvolvimento da FS foi organizado em polos, compostos por uma ou mais UC. A organização em polo permitiu que a proposta de FS abarcasse, também, outras unidades, de proteção integral ou uso sustentável, que compõem o território das UC selecionadas, bem como seus Conselhos. Ao pensar na definição do público a quem se destina a FS, é importante identificar estratégias que podem auxiliar ou ampliar a atuação dos participantes e a compreensão da problemática a ser trabalhada, assim como integrar os diferentes agentes sociais do território no qual estas se inserem. No caso de mosaicos de UC existentes, trata-se de buscar a integração dos Conselhos das diferentes unidades que o constituem, exercitando a necessária gestão integrada do território.



Antes de qualquer movimentação com o **Conselho Gestor**, é preciso dedicar-se a uma reflexão sobre dois pontos: para quem se destina (público) e para que desenvolver a Formação Socioambiental (sentido). Primeiramente, deve-se considerar se o trabalho se restringe a conselheiros (titulares e suplentes) ou pode se estender a convidados. Recomenda-se utilizar o espaço do Conselho para trabalhar com diferentes agentes sociais atuantes no território de influência da UC, independentemente de possuir ou não uma cadeira. Isso serve tanto para promover um rico e diversificado debate sobre a problemática socioambiental, que envolve a unidade no fórum denominado Conselho, como também para desenvolver uma rede articulada de tais agentes, servindo, inclusive, à reflexão sobre futuras composições do Conselho Gestor da UC. Depois, o que se pretende ao envolver o Conselho (e demais agentes sociais do território) com a fiscalização ambiental na UC.

A Formação Socioambiental (FS) realizada nos espaços de participação social na gestão pública do meio ambiente, como são os Conselhos de Unidades de Conservação (UC), tem a intenção de desenvolver situações que: a) integrem os mais diferentes agentes sociais (conselheiros ou não) e respectivos interesses em torno de questões comuns (exemplo: os problemas de fiscalização ou que afetem a UC); b) proporcionem um mínimo de organização de ideias, pontos de vistas, discussões e proposições, tanto em relação à compreensão da problemática socioambiental que envolve a UC, quanto as formas de enfrentá-la; c) reconheçam que há diferentes perspectivas para os mesmos problemas (dependendo da maneira como determinado agente social se relaciona com aquele ambiente no qual se manifesta o “problema”); d) ressaltem a possibilidade de, mesmo diante de controvérsias sobre os problemas, suas causas e maneiras de enfrentá-las, reconhecer que é possível se construir sínteses e agendas comuns.



O horizonte ou ponto de chegada pretendido pela FS, portanto, é o de ampliar e aprofundar a experiência de vivenciar o contraditório e, com base no **acesso à informação**, no diálogo e no debate, buscar caminhos comuns e compreendidos por todos – ou pela maioria – como adequados e possíveis, além de compatíveis com as atribuições e competências de um Conselho Consultivo de UC.

Em suma, **qualificar a participação e construir rumos** aos espaços de gestão pública, como os Conselhos de UC.



Acesso à informação

Informação é fundamental para a discussão de qualquer assunto. No entanto, nem sempre as informações estão facilmente disponíveis, ainda que sejam públicas. Assim, para se compreender a problemática socioambiental que envolve a UC, o acesso às informações por parte dos participantes é sempre bem-vindo, tais como: mapeamentos, relatórios, diagnósticos, políticas, planos, programas e projetos, assim como as pastas da administração pública e respectivas competências etc. Atrelada a esta reflexão sobre acesso à informação, é muito importante se pensar na capacidade cognitiva (de compreensão, de assimilação, de “tradução”) dos que a recebem. Reduzir eventuais assimetrias e desigualdades, nas capacidades cognitivas dos participantes, se faz, portanto, necessário. Para tanto, à medida em que se dá acesso às informações, deve-se “traduzir”, facilitar a compreensão e assimilação destas àqueles que as recebem.



Qualificar a participação e construir rumos
Documento lançado, em 2012, pelo Instituto Pólis revela: “[...] as reflexões destacam que, dependendo da força política de seus integrantes e da centralidade do tema para um projeto de governo, um conselho consultivo pode ser mais efetivo do que um conselho deliberativo” (SOUTO; PAZ, 2012, p.06). Isso sugere que Conselhos (de UC, por exemplo) fortalecidos e atuantes, conscientes de sua problemática socioambiental e envolvidos com o território podem reunir condições para interferir em agendas governamentais de diferentes esferas.



Com relação à disponibilização de informações, é importante considerar, durante o percurso da FS, a criação de oportunidades para a exposição, desde a organização do Sistema Ambiental, contextualizando assim o órgão gestor da UC, até a definição da política de fiscalização ambiental, passando pelos dados e informações disponíveis sobre os problemas e vetores de pressão.



- Para quem destinaremos o trabalho de FS? Este é restrito aos conselheiros (titulares e suplentes) ou pode ser estendido a convidados?
- O que pretendemos com o envolvimento do Conselho com a fiscalização ambiental na UC? Para que serve? Qual o seu sentido?

Passo 2 – Refletindo sobre alguns pressupostos

Para desenvolver um trabalho como a FS, que toma o Conselho Gestor de UC como central, recomenda-se a reflexão sobre alguns **pressupostos básicos**.



Pressupostos básicos

A FS parte dos seguintes pressupostos:

- 1) **Conselhos de UC:** são reconhecidos como gestores; como instância democrática e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão das UC. São uma relevante conquista da sociedade brasileira expressa em nossa Constituição. Configuram, ainda, um espaço tanto de ensino-aprendizagem, como no qual o contraditório se manifesta; com potencial de construir consensos para o desenvolvimento de agendas positivas. São referências para a construção de uma leitura sobre Conselhos de UC: Palmieri e Veríssimo, 2009; Brasil, 2002; Loureiro, Azaziel e Franca, 2003, 2007; Gohn, 2001.
- 2) **Participação:** compreendida como direito e como conquista; como aprendizagem e percurso ou processo com horizonte emancipatório. Dirige-se às tomadas de decisão, não exclusivamente à execução de decisões já tomadas. São referências sobre participação: Gohn, 2001; Dallari, 2004; Bordenave, 1987; Arnstein, 2002; Demo, 1999; Dagnino, 2004.
- 3) **Gestão Ambiental:** entendida como um processo essencialmente político, pois é assentada na mediação de interesses e conflitos entre agentes sociais, que atuam sobre os meios físico, natural e construído. Não se restringe à gestão de bens ou recursos “naturais”, mas se estende a qualquer agenda pública, como habitação, produção, trabalho e renda, desenvolvimento, saúde, educação, cultura, energia, saneamento, territorial – urbana ou rural, entre outras. Algumas das obras utilizadas para o desenvolvimento da FS são: Martinez Alíer, 2012; Quintas, 2006; Acsehrad, Mello e Bezerra, 2009.
- 4) **Áreas Protegidas e Unidades de Conservação:** reconhecidas conforme definido na legislação, com o complemento de que existem diferentes compreensões e, inclusive, “deslocamentos” sobre seu papel, funções e relações com o território. Configuram uma estratégia das mais importantes para a proteção e conservação da biodiversidade, mas não devem ser isoladas de outras políticas públicas. Recomenda-se a leituras das seguintes obras sobre áreas Protegidas e Unidades de Conservação: Brasil, 2000; Morsello, 2001; Runte, 1979; Diegues, 1996; Brito, 1996; IBAMA, 2008; Moreira, 2000; São Paulo, 2009.
- 5) **Perspectivas sobre meio ambiente:** há necessidade de se ressaltar a existência de múltiplos pontos de vista, recortes ou enquadramentos a partir dos quais uma área protegida (assim como a “natureza” ou meio ambiente) pode ser observada ou apreendida, em que pese o reconhecimento de que uma ou outra perspectiva se sobressaia diante das demais. Meio ambiente também resulta das relações sociais de produção e dos modelos de desenvolvimento econômico e social. Assumir diferentes representações sobre UC, natureza ou meio ambiente não deve caminhar para um amplo relativismo, no qual todas as versões têm o mesmo “peso”. Devem ter o sentido de orientar o reconhecimento e a compreensão dos mais diversos interesses que estão associados a estas, assim como suas motivações e origens. Contudo, a orientação que subsidia a avaliação de representações e interesses é baseada em valores universais, como por exemplo: transparência, participação, igualdade, justiça e solidariedade. São referências para esta discussão: Carvalho, 2003; Carvalho, 2004; Diegues, 1996 e Reigota, 2002.



6) **Opções metodológicas:** utilização de técnicas, linguagens e recursos com vistas a proporcionar a participação equitativa de todos, utilizando o espaço dos Conselhos para a articulação de múltiplos pontos de vista e das contribuições de diferentes agentes sociais representados nos espaços de gestão ambiental pública. Serviram de base para a reflexão e desenvolvimento do método da FS: Loureiro, Azaziel e Franca, 2003; Matus, 2007; Klausmeyer e Ramalho, 1985; Brose, 2001.

7) **Ensino-aprendizagem:** com base na perspectiva histórico-cultural compreende-se os sujeitos em suas relações sociais e a aprendizagem como um processo essencialmente social, que ocorre na interação entre os sujeitos (VYGOTSKY, 1991; 1993). Inspirando-se na Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999; 2011), parte do entendimento, no que se refere à identificação de problemas (socioambientais) estruturais de ordem social e econômica, da necessidade de compreensão, identificação e observação de instrumentos existentes e aqueles necessários, que subsidiam a construção planejada e consciente de intervenções.

8) **Educação Ambiental:** prioriza ações pedagógicas voltadas à reflexão sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Entende que a problemática socioambiental se constitui de múltiplas dimensões (social, natural, cultural, política, histórica) e problematiza a realidade apreendida, visando ao reconhecimento de suas origens. O enfrentamento de tal problemática envolve, entre outros fatores, o reconhecimento da multiplicidade de pontos de vista acerca do objeto em discussão (a UC, por exemplo). Busca construir possibilidades de intervenção política, visando transformações sociais. Considerando que o campo da Educação Ambiental possui diferentes compreensões, discursos e práticas, optamos pelas discussões e propostas de: González Gaudiano, 2001; Layrargues, 2000, 2006; Loureiro, 2004, 2006; Guimarães, 2007; Carvalho, 2004 entre outros autores e obras, que constam nas referências deste Guia Prático.



Esses pressupostos têm o papel de subsidiar a qualidade do processo, tanto quanto inspirar e fundamentar as ações de condução por parte de seus organizadores. Portanto, quem pretende organizar e conduzir um trabalho como a FS, tendo o Conselho como um espaço privilegiado para tal, deve debater e dedicar-se às compreensões sobre cada um dos pressupostos.

A intenção aqui não é apoiar-se em uma “receita de bolo”, especialmente ao considerarmos o percurso como sendo um processo repleto de incertezas e oscilações; mas, certamente, facilitar a orientação e a condução dos trabalhos.

Ao final deste Guia Prático há uma sequência de referências bibliográficas – muitas delas disponíveis na internet – que subsidiam maior conhecimento sobre estes pressupostos aqui considerados básicos.



Reúna a equipe disponível e, se oportuno, pessoas que não necessariamente pertençam ao quadro da UC, mas dispõem de tempo e vontade de iniciar um trabalho como a FS. Discuta sobre cada um dos temas sugeridos, buscando definir a compreensão que será tomada como pressuposto pelo grupo. Compartilhar tais definições com os futuros participantes – no devido tempo, é claro – também é importante e contribuirá para a construção coletiva sobre determinados conceitos e concepções.



- O que entendemos por Conselho, participação, gestão ambiental, áreas protegidas, unidades de conservação, educação ambiental?
- Reconhecemos os diferentes agentes sociais que se relacionam com a UC e seus múltiplos pontos de vista?

Passo 3 – Análise do ambiente do Conselho



Conselho gestor

É possível afirmar que a existência cada vez maior dos Conselhos Gestores como mecanismo de aproximação do cidadão com as decisões que afetam a vida de grupos sociais ou de toda a sociedade é um fato, um dado da realidade. Do mesmo modo, é imperativo reconhecer que tais espaços demandam cada vez maior atenção por parte do Poder Público, seja por constituírem um direito à participação, em canais institucionais advindos da Constituição; seja por significar maior possibilidade de transparência, consolidação da democracia e “ajuste fino” entre a construção de políticas públicas e demandas de populações, grupos sociais etc.

Pode-se entender que o ambiente do Conselho é composto por tudo aquilo que o envolve, assim, analisá-lo consiste em observá-lo a partir de alguns critérios. Basicamente, são eles:

Formalizado ou não: é importante que o Conselho esteja formalizado e que seus membros tenham tomado posse. Disso decorre uma maior capacidade de decisão e compromisso mínimo com os trabalhos realizados nas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Conselho ativo ou não: o fato de estar ou não ativo gera alterações tanto no volume de trabalho para iniciar a Formação Socioambiental, quanto nas expectativas em relação ao trabalho. No caso de estar ativo, haverá a necessidade de expor ao Conselho – para aprovação – a ideia de se desenvolver a FS. Neste caso, a expectativa poderá ser de efetivamente construir uma agenda voltada a enfrentar causas de determinado problema de fiscalização. No caso do Conselho não estar ativo, haverá uma boa carga de trabalho direcionada a reativar o Conselho. No entanto, as expectativas podem ser as mesmas de um Conselho ativo, acrescidas da finalidade de “reanimar” o Conselho Gestor da UC, abrindo espaço para a discussão de seu importante papel na gestão ambiental pública.

Composição do Conselho: a homogeneidade na composição do Conselho (seja com hegemonia de representantes públicos, seja da sociedade civil) não compromete o trabalho. No entanto, ao longo do desenvolvimento e mesmo após a realização da FS, pode-se ampliar as discussões sobre o tema, reforçando a necessidade de se fortalecer, neste espaço de gestão, a presença de agentes sociais que devem ser mobilizados a integrá-lo. A FS não é realizada *para o Conselho*, mas sim *no espaço do Conselho*. Isso possibilita trazer contribuições de agentes sociais que não necessariamente possuem representação formal no Conselho da UC.





Posse dos Conselhos Gestores dos Parques Estaduais Aguapeí e Rio do Peixe

Conhecendo bem o Conselho Gestor e seus atores, poderemos passar para as próximas reflexões e etapas da FS.



● **Quanto à composição do conselho:**

1. Analisando a formação do setor público:
 - a. São instituições que representam áreas que podem contribuir para o conhecimento dos problemas e encaminhamento de soluções para a unidade?
 - b. Há ausência no conselho de alguma instituição para a condução de assuntos importantes para a UC?
2. Analisando a formação da sociedade civil:
 - a. Há predomínio de algum setor na composição do Conselho?
 - b. Há ausência de algum setor envolvido em aspectos importantes da unidade?
3. Quais são os principais pontos fortes e as principais fragilidades do conselho, do ponto de vista da composição?

● **Quanto à dinâmica do conselho:**

1. Que tipo de participação ocorre nas reuniões e ações encaminhadas pelos conselheiros?
 - a. É uma participação proativa?
 - b. É uma participação baseada em sugestões?
 - c. É uma participação tímida?
 - d. Como a situação poderia ser alterada no sentido de possibilitar uma participação mais produtiva para a gestão da UC?
 - e. Qual é o grau e o tipo de participação de cada uma das instituições?
 - f. Existe inter-relacionamento entre as instituições?
2. Existe predominância de grupos no conselho?
 - a. Como isto acontece?
 - b. Como poderia ser criado um equilíbrio na participação dos conselheiros, considerando a predominância de grupo(s)?
3. Quais são os mecanismos a que o gestor recorre e/ou poderá recorrer para reequilibrar as influências na construção das decisões e encaminhamentos?
4. O que motiva os conselheiros? Quais são os interesses de cada conselheiro para assumir este compromisso?
5. Quais são os principais pontos fortes e as principais fragilidades do conselho do ponto de vista de sua dinâmica?

Passo 4 – Definição de objetivos e metas da FS



Por exemplo:

“Nosso objetivo é fazer com que o Conselho construa ações próprias direcionadas a colaborar com a diminuição de vetores de pressão na UC que geram problemas de fiscalização ambiental”.

“Pretendemos alcançar, após o desenvolvimento da FS, as seguintes metas:

1) a existência de uma agenda do Conselho composta por ações e atividades dirigidas às causas dos problemas de fiscalização ambiental;
2) a organização do Conselho em grupos de trabalho, câmaras temáticas etc. voltadas à execução da agenda até o final do mandato dos conselheiros;
3) reuniões do Conselho pautadas pela agenda construída ao fim da FS”.

Definido o sentido da FS (para que queremos a FS?) e seu público, é importante tornar claro onde se pretende chegar: o objetivo da FS no Conselho, da perspectiva da gestão da UC.

Para cada **objetivo**, uma ou mais **metas** devem ser estabelecidas. As metas servirão como parâmetro mensurável que, uma vez alcançadas, sugerem que o objetivo está sendo atingido.



Objetivo

Se os objetivos indicam, no horizonte, onde se pretende chegar, a meta define de forma mensurável resultados a serem alcançados em um determinado período de tempo.

Metas

As metas funcionam como indicadores. Ou seja, como o próprio nome sugere, indicam se estamos na direção de alcançar o objetivo, nos aproximando ou nos distanciando dele.



- O que pretendemos ao desenvolver a FS com o Conselho da UC?
- Quais os resultados concretos e mensuráveis que queremos alcançar com a FS? Em quanto tempo?

Passo 5 – Definição de formas de avaliação da FS



Avaliação

Há diversas referências no campo da avaliação, por isso é importante identificar aquelas que melhor se afinam com a proposta desenhada e com os objetivos pretendidos.

Ao final do Guia Prático, alguns materiais relacionados às distintas abordagens e metodologias de avaliação podem ser consultados para orientar as escolhas e a condução do processo de avaliação. É muito importante que toda e qualquer avaliação tenha como ponto de partida, como base de referência, os objetivos e finalidades da empreitada (no caso, a implantação da FS no espaço de participação em questão).

Definidos os objetivos, as metas e o “para que deve servir tudo isso”, passamos ao passo 5, que consiste em estabelecer formas de avaliar o desenvolvimento da FS. Este passo é considerado como um avanço e aprofundamento da proposta e busca subsidiar os envolvidos a verificar se os objetivos e metas propostos estão sendo alcançados.

A **avaliação** do desenvolvimento da FS não é obrigatória, mas pode gerar uma ampla gama de reflexões, que poderão orientar tanto sua condução, como posteriormente, o registro de suas contribuições à gestão da UC, à fiscalização ou à atuação e composição do Conselho (Em que o desenvolvimento da FS contribui: para a gestão da UC? Para a fiscalização ambiental? Para a atuação do Conselho ou para o reconhecimento de seu papel? Para tudo isso e mais um pouco?).

Após a definição do que se pretende avaliar, é hora de considerar quais dados e informações precisam ser coletados, bem como os instrumentos que devem ser utilizados para tal fim.

Informações como: presença dos conselheiros e participação efetiva durante a FS; realização dos encontros, nas datas e horários definidos; disponibilização dos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades propostas; percepção dos participantes sobre as intervenções, técnicas compartilhadas, conteúdos explorados; grau de aprendizagem dos presentes; avaliação dos participantes sobre o percurso como um todo e a respeito de cada momento da FS; podem ser registradas e analisadas ao longo do percurso, permitindo à equipe que conduz a FS, avaliar seu desenvolvimento.



Caso a equipe compreenda a necessidade de sistematizar os conhecimentos adquiridos com o desenvolvimento da proposta, poderá elaborar um projeto de pesquisa com o objetivo de refletir e discutir os resultados alcançados ou, ainda, as dificuldades e desafios enfrentados no percurso. No caso da nossa experiência de FS, realizada no âmbito dos Planos de Fiscalização do Sistema Ambiental Paulista (SIM e SIMMar), foi registrado um projeto de pesquisa na COTEC – Comissão Técnico-Científica, ligada ao Instituto Florestal. Todas as informações coletadas durante a realização do trabalho em 2013 e, posteriormente, seu acompanhamento durante os anos de 2014 e 2015, permitiu a avaliação de todo o processo e a construção de conhecimentos que estão e deverão influenciar a atuação dos órgãos envolvidos e as políticas públicas afetas a estes, especialmente nas áreas de gestão ambiental, educação ambiental, fiscalização, Conselhos e áreas protegidas.

Os materiais gerados a partir deste trabalho, tanto projeto de pesquisa como seu relatório final, estão disponíveis na internet e podem ser acessados no endereço www.ambiente.sp.gov.br/formacao-socioambiental. A matriz de avaliação utilizada na FS encontra-se em ambos os documentos e pode servir para incentivar reflexões a quem pretende avaliar a FS no Conselho com o qual trabalha.



- O que queremos avaliar? O começo, o desenvolvimento, os resultados e/ou os desdobramentos da FS?
- Como organizamos melhor o que pretendemos avaliar?
- Que dados e informações devemos coleccionar para saber se alcançamos as metas?
- Quais instrumentos podemos utilizar para coletar estes dados?
- Em que momento registramos estes dados e informações?

É bastante útil organizar a avaliação como um processo – e não como um momento restrito. Isso pode ser auxiliado pela adoção da ideia de “matriz de avaliação”, na qual considera-se todo o percurso a ser avaliado, desde a idealização, início, desenvolvimento, finalização (resultados), impactos e desdobramentos. Estas distintas etapas podem, ainda, ser organizadas em “plataformas”, nas quais é possível pensar um conjunto de critérios de avaliação e respectivos indicadores, dependendo do que se deseja avaliar em cada uma delas.

Para que a avaliação aconteça, é importante identificar os instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados e informações, bem como quando estes devem ser aplicados. Pode-se utilizar instrumentos como questionários, fichas, listas de presença ou mesmo a observação sistemática a partir do registro de evidências durante os encontros ou frutos de sua realização (pode-se observar a atuação do Conselho em relação a outros problemas da UC, a organização do Conselho etc.).



Passo 6 – Organização da FS

O passo 6 consiste em organizar a implementação da FS, considerando todas as definições já estabelecidas até aqui.

Para darmos início a este procedimento, algumas considerações e recomendações, frutos da experiência vivenciada e apreendida pelo Grupo de Trabalho da Formação Socioambiental, se fazem oportunas e podem subsidiar a organização da iniciativa a ser desenvolvida.

Alguns pontos destacados e compartilhados aqui se referem: 1) ao processo de planejamento dos momentos e encontros da FS; 2) às diretrizes orientadoras do trabalho; 3) às estratégias para o uso de diferentes linguagens durante a FS; 4) às técnicas para subsidiar e incentivar a participação dos conselheiros e participantes da FS e para facilitar a socialização das definições e produções coletivas.

Antes de prosseguirmos, é preciso lembrar que a Formação Socioambiental (FS) é um processo de envolvimento de diferentes agentes sociais com a gestão ambiental pública. O espaço utilizado é o Conselho Gestor da UC. O ponto de partida é a problemática da fiscalização ambiental na mesma UC.

A organização da FS, portanto, deve prever determinadas rotinas em uma determinada sucessão de etapas e passos que nos guiem a alcançar nossos objetivos e metas, caracterizando, assim, nosso **processo de planejamento**.

Ciclo de Planejamento



Processo de planejamento

O processo de planejamento tem sido abordado teórica e metodologicamente de maneira diversificada, dependendo de uma variedade de autores, escolas etc. Este Guia não pretende demonstrar filiação a nenhuma linha de planejamento em específico, mas busca reconhecer a importância da construção de processos cíclicos, capazes de retroalimentarem-se constantemente.



Este planejamento poderá ser constituído por quatro etapas básicas (conforme ilustrado na figura): 1) mapeamento e compreensão da problemática socioambiental da UC; 2) definição de prioridades e planejamento (construção de uma agenda do Conselho); 3) execução e registro; 4) monitoramento e avaliação.

Estes passos foram organizados em quatro Momentos¹ da Formação Socioambiental (expostos em detalhes na Parte II deste Guia):

- **Momento 1:** Definindo o ponto de partida – reconhecimento do percurso, dos problemas de fiscalização da UC e tomada de decisão: por qual problema começar?
- **Momento 2:** Compreendendo melhor o problema – identificando os descritores, as causas, as consequências e os agentes que se relacionam ao problema definido.
- **Momento 3:** Planejando intervenções na realidade apreendida – organizando grupos e ações a partir do espaço do Conselho para intervir na gestão do território de influência da UC.
- **Momento 4:** Acompanhando e avaliando a eficácia das ações – registro, compartilhamento, análise e avaliação das ações e correção de rotas.

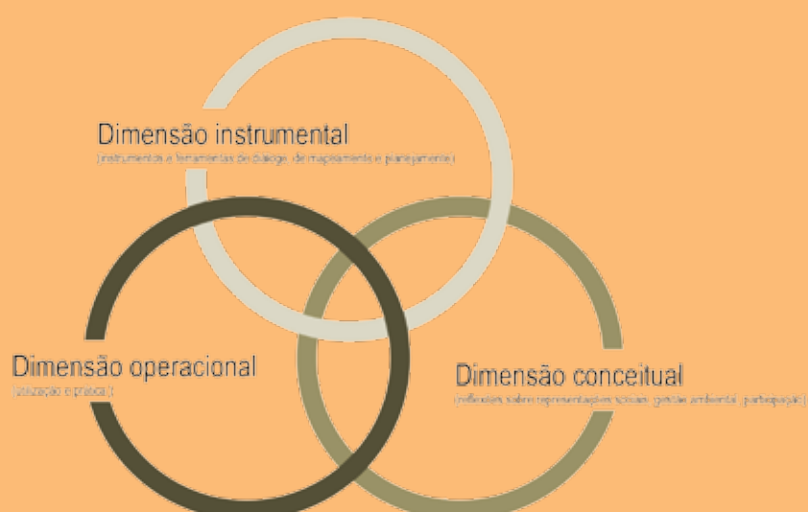
Os **Momentos 1 e 2** estão dedicados à primeira fase do planejamento, voltada ao mapeamento e à compreensão da problemática socioambiental da UC; já, o **Momento 3** é dedicado à definição de prioridades e ao planejamento, resultando na construção da agenda do Conselho; e o **Momento 4**, volta-se tanto à etapa de execução e registro das ações realizadas, como ao monitoramento e à avaliação daquilo que foi planejado.

Em cada um destes momentos um padrão pode ser observado: há tomadas de decisão por parte dos participantes. São decisões afetas ao próprio Conselho, sua organização, funcionamento e papel em relação à gestão pública do território que influencia a UC. Essa é uma das maiores intenções de fundo da FS. Experimentar, de forma consciente, organizada e intensa, processos reflexivos, práticos e decisórios voltados à intervenção e à contribuição na e para a gestão ambiental pública.

Uma outra característica marcante deste processo aqui tomado como formativo é o diálogo constante entre **três dimensões**: a *dimensão conceitual* (relativa aos pressupostos teóricos); a *dimensão instrumental* (relativa às formas – métodos, técnicas, instrumentos); a *dimensão operacional* (que trata de como utilizar o conjunto de instrumentos de forma coerente com os pressupostos), conforme ilustrado na figura.

¹ Chamamos de “momento” e não de “encontro” devido ao aprendizado adquirido com a experiência de que o momento pode levar mais de um encontro de trabalho, ou seja, para se atingir os objetivos e metas de cada momento pode ser necessária a realização de mais de um encontro com os participantes da FS.

Dimensões da FS



Tanto este Guia Prático como cada momento e encontro da FS se pautam por articular as três dimensões de maneira simultânea, na medida do possível, em vez de estancá-las, separando-as em fases distintas e sequenciais. Isso quer dizer que não se recomenda realizar um encontro somente para expor conteúdos, outro apenas para apresentar os instrumentos e um terceiro exclusivamente para aplicá-los.

A intenção é buscar estabelecer uma “práxis”, no sentido de promover a reflexão, a ação e a reflexão sobre a ação, em um movimento dinâmico e contínuo. Na prática, isso pode ser organizado a cada um dos encontros, explorando a exposição de informações que auxiliem na compreensão da UC, de seu contexto ou dos instrumentos de gestão; e abordando-se os pressupostos considerados importantes, de maneira **expositiva e dialogada** e como forma de “inaugurar” o movimento expresso nas atividades consideradas mais “práticas”.



Expositiva e dialogada

Expositiva e dialogada é uma maneira de expor um conteúdo, abrindo diálogo com os participantes. Tal diálogo é pautado por questionamentos e por outras exposições dos participantes sobre o conteúdo (trazendo exemplos e outras compreensões sobre o tema etc.).



Exposição dialogada realizada no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itutinga - Pilões



Por exemplo, para se articular as dimensões conceitual, instrumental e operacional, pode-se tratar das diferentes “perspectivas sobre natureza, UC e meio ambiente” antes de se discutir a problemática socioambiental da UC e definir um problema (Momento 1); abordar o tema “participação” e “conselhos” antes de partir para a análise situacional – causas e efeitos – do problema escolhido (Momento 2); tratar de “território e espaço de atuação do Conselho” para preparar o mapeamento de agentes sociais (Momento 2); ou então tecer considerações “sobre utopia” e sobre “gestão ambiental” antes de dedicar espaço para a construção das ações de enfrentamento das causas do problema priorizado (Momento 3).



Ao longo do Guia, compartilharemos poesias, pinturas, frases e outras linguagens utilizadas nos encontros da FS para estimular e provocar o diálogo sobre alguns temas importantes. Acreditamos que estas podem inspirar a escolha deste tipo de recurso, bem como sugerir possibilidades para seu uso.

Outra recomendação deste Guia Prático é, ao longo das exposições, utilizar diferentes linguagens e estratégias para abordar os conteúdos e temas.

Podem ser usadas poesias (cujas interpretações possam facilitar a apreensão da essência do encontro, do trabalho coletivo, da busca por motivações comuns etc.); arte pictórica (há pintores que retratam, com suas diferentes manifestações, situações humanas e ilustrações de condições tipicamente humanas); frases e pensamentos extraídos de prosas, poesias e músicas, assim como de outras situações (que também sintetizem a essência de determinado conteúdo ou mesmo daquele momento ou encontro da FS).

Tanto as diferentes linguagens como seu uso “provocativo” servem para promover interações mais substantivas entre quem conduz a exposição e aqueles que a assistem.

Com relação às atividades a serem desenvolvidas em cada momento da FS, é necessário considerarmos seus objetivos e se demandam reflexão, debate, tomada de decisões por parte dos participantes, registro ou socialização do que foi produzido.

Na FS lançamos mão de duas técnicas que identificamos auxiliarem na condução dos trabalhos: 1) a organização dos participantes em grupos menores; 2) a visualização e socialização das produções coletivas dos grupos.



No primeiro caso, da **organização em grupos menores**, a justificativa é de se buscar maior participação de todos os presentes. Em grupos maiores pode haver a tendência daqueles menos habituados a falar em público ou mais tímidos se constrangerem, sem contar que em todo grupo grande pode haver aqueles que dominam as discussões em função de sua competência, experiência ou mesmo habilidades como oratória, capacidade de expressão etc. Grupos menores possibilitam que todos se expressem de forma mais ordenada, no interior de cada grupo e em relação à otimização do tempo, uma vez que as discussões dos diferentes grupos estão ocorrendo de maneira simultânea.



Parque Estadual Itapetinga



Estação Ecológica de Bananal



APA Marinha Litoral Sul

Distribuição dos participantes em grupos menores visando facilitar a expressão, a comunicação e o diálogo.



Grupos de 4 a 5 pessoas são ideais. É muito importante a equipe responsável pela FS organizar-se de forma a conseguir estar sempre à disposição dos grupos para subsidiá-los com orientações sobre como responder às demandas da atividade. Quanto mais disponível a equipe estiver, melhores serão os resultados. **Outro ponto de atenção: a equipe não responde pelos participantes, apenas esclarece e orienta!**

Na prática, quando se propõe a definição de um único problema para um conjunto de vinte pessoas em um encontro, a organização em quatro grupos, por exemplo, reduz o potencial de "vinte problemas" (um por pessoa) para apenas quatro (um por grupo). Entre vinte problemas e quatro problemas, há uma significativa diferença no sentido de se definir um problema central para aquele Conselho em questão.



As técnicas de visualização têm a finalidade de facilitar leituras coletivas de produções também coletivas. Os resultados das discussões, sínteses, registros e definições de cada grupo, para serem socializados e legitimados pelos demais participantes, podem ser visualizados à distância utilizando-se de tais técnicas. A partir do momento em que a produção de um grupo menor é socializada com os demais, esta passa a ser de todos. Portanto, é importante incentivar o debate e, inclusive, intervenções dos demais participantes a cada socialização.

Outras características do trabalho em grupos menores: aprende-se fazendo; se estabelece um foco na discussão; todos participam; há maior contribuição dos participantes. Além disso, estes são, notadamente, momentos de oportunidades de troca e compartilhamento de experiências, saberes e conhecimentos entre os participantes.

Já, no segundo caso, das **técnicas de visualização**, a razão de seu uso se remete à facilidade de socialização, de registro e de apropriação por parte do grupo maior da produção feita nos grupos menores.



Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba



Monumento Natural Pedra Grande



Parque Estadual Rio do Peixe

Uso de técnicas de visualização para socializar a produção dos grupos e promover a reflexão e o debate sobre os registros dispostos nos painéis.



Para o preparo das técnicas de visualização, recomenda-se o uso de alguns materiais básicos e de fácil aquisição:

- **Tarjetas de cartolina** (com cerca de 10cmX20cm cada): as tarjetas devem ser de cores diferentes permitindo que se possa identificar cada um dos itens a serem registrados, como por exemplo: uma cor para registrar o que descreve o problema (descritores); outra para o que causa o problema na UC; e uma terceira cor para as consequências de cada causa;
- **Papel pardo ou kraft**: é utilizado literalmente como “papel de fundo” para afixação e posterior visualização das produções feitas pelos participantes e registradas nas tarjetas coloridas. Uma sugestão é dispor de grandes painéis de papel pardo, colocados no chão ou preferencialmente nas paredes. Isso permitirá que a afixação e, principalmente, a visualização sejam facilitadas;
- **Fita adesiva** (fita crepe);
- **Canetas hidrográficas** (recomendável pincel atômico ou similar).



- Quais os objetivos de cada momento e qual a programação de cada encontro para alcançá-los?
- Quantos encontros são estimamos para percorrer os momentos pré-definidos (mapeamento, planejamento, execução e avaliação)? Qual a carga horária prevista para os encontros?
- Quais as técnicas selecionadas para facilitar o trabalho?
- Quais os materiais necessários para as atividades? Dispomos de todos?
- Quem se responsabiliza por cada uma das ações necessárias para que a FS aconteça?



Um exemplo de “objetivos” e “programação” para o primeiro encontro, no qual a FS é apresentada ao Conselho e convidados:

- a) apresentar a proposta de trabalho e o cronograma estimado, assim como a expectativa de produção do grupo;
- b) elucidar o percurso para compreensão do contexto de gestão da UC e para a construção do reconhecimento da problemática socioambiental da UC;
- c) apresentar a dinâmica para definição de um dos problemas percebidos para dar início ao processo de planejamento de intervenções e para a construção da agenda do Conselho;
- d) encaminhamentos ao encontro seguinte com data agendada.

Neste encontro, a equipe deve estar preparada para esclarecer as possíveis dúvidas dos participantes, bem como estar ciente e organizada para saber quem deverá expor cada um dos temas elencados.

Após as considerações expostas, partimos para a organização da Formação Socioambiental. Neste processo, devemos elencar e definir, basicamente:

- 1) Organização dos principais momentos da FS, objetivos e conteúdos: análise situacional e mapeamento; planejamento; execução; monitoramento e avaliação (número de encontros necessários, carga horária etc.).
- 2) Definição de estratégias a serem utilizadas em cada um dos momentos da FS (trabalho em grupo, técnicas de visualização, exposições dialogadas etc.).
- 3) Levantamento, separação ou aquisição dos materiais necessários (como: cartolinas para confeccionar tarjetas coloridas a serem utilizadas nas técnicas de visualização, por exemplo).
- 4) Componentes do grupo de trabalho, com clara definição das atribuições de cada um (que será a referência para a construção dos conteúdos e das dinâmicas a serem trabalhadas; quem irá secretariar o processo, entrando em contato e registrando tudo; quem conduzirá os encontros etc.).

Definindo os objetivos de cada momento, torna-se mais fácil prever uma programação para os encontros, guardando especial atenção a uma sequência lógica entre os pontos do programa e, também, quanto às técnicas a serem utilizadas tanto para expor determinados conteúdos previstos, quanto para organizar os participantes para que reflitam, debatam e produzam resultados tangíveis.

Na programação prevista, é ainda importante considerar a carga horária que os participantes estão dispostos a investir na iniciativa (isso deve ser, por exemplo, pauta para a reunião do Conselho na qual se apresenta e se obtém a anuência dos presentes para levar a ideia adiante).

Estas definições dão base para também se pensar nas estratégias a serem utilizadas na FS e prever quais os materiais necessários para tal finalidade. A organização e a separação destes materiais devem anteceder a realização dos encontros, permitindo que as atividades possam ser realizadas com os participantes.

A equipe deve estar atenta a esta etapa, especialmente, indicando quem ficará responsável por cada uma das ações para a organização da FS, desde a mobilização e convite dos participantes, passando pela definição da programação dos encontros, até a disponibilização dos materiais necessários para a realização e registro das atividades (seja este o registro fotográfico ou a sistematização das produções coletivas).



Passo 7 – Apresentação da FS e anuência do Conselho

Para iniciar o percurso da FS é fundamental o anúncio da intenção de realizá-la e a anuência dos participantes (e convidados) do Conselho. Os objetivos e finalidades da FS devem estar claros para todos e o compromisso para a sua realização deve ser assumido de forma consensual pelo grupo, levantando e discutindo as dificuldades e as potencialidades para o desenvolvimento do percurso.

Este, também, deve ser o espaço onde algumas decisões precisam ser tomadas em comum acordo com os participantes do Conselho, tais como a definição da carga horária dos encontros, levando em conta a **disponibilidade de todos e as demais demandas do Conselho**; e a data para o **início dos trabalhos**.



Início dos trabalhos

É importante considerar a agenda e dinâmica do Conselho, para marcar as datas dos encontros da FS. Na experiência realizada, ficou claro que as datas de reuniões formais (ordinárias ou extraordinárias) são importantes para garantir o mesmo grau de compromisso.



A experiência nos mostrou que, na média, períodos matutinos, com quatro horas de duração, podem ser bastante produtivos, embora não possam ser considerados suficientes para abrigar todo o debate e demanda por manifestações de opiniões e posicionamentos. Neste caso, a equipe em conjunto com o Conselho precisa definir se compensa mais estender o número de encontros do que o período de um encontro. Na prática, isso pode se tornar menos cansativo, mas depende da disponibilidade do grupo e dos acordos a serem firmados com os participantes da FS.

Concluída esta tarefa e considerando quem deve ser envolvido no processo, chega-se ao momento de convidar e mobilizar os participantes.

O **convite**, basicamente, contém: a) identificação do evento (pode ser um encontro, de um determinado momento da FS, ou o momento como um todo); b) quem convida, para o que, quando e onde; c) os objetivos do encontro; d) o sentido da FS naquele espaço (definido no primeiro passo do Guia); e) caso haja, as entidades parceiras na realização do evento.





Exemplo de formatação do convite para o primeiro encontro de FS. Pode-se utilizar o programa Power Point® para organizar as informações.

Formação Socioambiental - SIM

O **SIM – Sistema Integrado de Monitoramento** lhe convida para o **1º Encontro de Formação Socioambiental** do Plano de Fiscalização de Unidades de Conservação. Nossa apresentação e debate serão dia **21 de agosto de 2015, das 13h às 17h, no Núcleo Itariru do PESH.**

ENDEREÇO:
Estrada do Caracol, 480 - Bairro Sta. Rita
Pedro de Toledo

Polo 11 –
P.E. Serra do Mar –
Núcleo Itariru

O Encontro será para:

1. Compreender melhor o SIM.
2. Conhecer o planejamento da fiscalização na UC.
3. Reconhecer a problemática ambiental da UC.
4. Definir um problema de fiscalização para desenvolver o uso do conjunto de técnicas da FS para lidar com o problema definido.

O objetivo da Formação Socioambiental é envolver os Conselhos com o Plano de Fiscalização de Unidades de Conservação.



Sistema Integrado de Monitoramento – SIM
Plano de Fiscalização de UC



O convite pode ser enviado por mensagem eletrônica, no texto da mensagem ou como anexo. Na experiência realizada, o convite feito institucionalmente (no caso das UC, pelo órgão responsável por sua gestão) demonstrou-se mais efetivo, reforçando, inclusive, o papel da UC ao longo da FS. É importante solicitar confirmação de presença ou justificativa de ausência. Isto serve tanto para se ter dimensão da quantidade de pessoas, como também reforçar o compromisso que todos ali têm com a UC.

É preciso pensar se o convite enviado por meio eletrônico é suficiente. Por vezes o e-mail facilita muito a comunicação, mas pode ser também um impeditivo dela nos casos em que determinados grupos sociais ou indivíduos não dispõem de acesso a computadores e à internet. Nestes casos, o contato telefônico e mesmo presencial, quando possível, pode gerar resultados mais satisfatórios quanto às explicações sobre a FS, importância da presença de todos, detalhes sobre local, data e horário etc.

Com tudo organizado e convites feitos, é hora de colocar em ação o processo e iniciar os trabalhos da Formação Socioambiental!

- O Conselho está ciente de todo o percurso da FS e assume o compromisso para o seu desenvolvimento?
- Qual a programação dos encontros e qual a carga horária definida?
- Quem pode ser convidado e como deve ser feito o convite aos participantes?
- Qual a data de início da FS?



Parte II



Momento 1

Definindo o ponto de partida

Momento 2

Compreendendo melhor o problema

Momento 3

Planejando intervenções na realidade apreendida

Momento 4

Acompanhando e avaliando a eficácia das ações



Momento 1

Definindo o ponto de partida

Reconhecimento do percurso, dos problemas de fiscalização da UC e tomada de decisão: por qual problema começar?



O que chamamos de “Momento 1” da FS é dedicado à definição de um problema de gestão da UC. Este problema será escolhido dentre inúmeros outros que compõem a problemática socioambiental da UC, que será o grande “objeto” de observação, reflexão e debate. Assim, faz-se necessário recorrer e expor toda informação disponível para subsidiar a compreensão dos participantes tanto sobre a proposta da FS, como sobre o contexto socioambiental onde a UC se insere.

É, ainda, importante esclarecer que a definição de UM problema pelo Conselho visa dar condições para o desenvolvimento de todo o percurso proposto na FS. Este não é necessariamente o único problema, mas viabiliza o início do trabalho, ou seja, por onde começar. Posteriormente, os participantes poderão, utilizando-se das técnicas e do percurso, pensar e conduzir semelhante iniciativa para o trabalho com os demais problemas considerados importantes para a UC e o Conselho. Outro motivo para se definir um problema é seu potencial de identificar o grupo todo, ou boa parte dele, com uma preocupação que reúna diferentes perspectivas, e que, mais adiante, reúna o coletivo no espaço do Conselho, na mesma direção: enfrentar o problema priorizado a partir de suas causas críticas. Ou seja, ao se definir um problema, define-se um “norte ao Conselho”.



APA Marinha Litoral Sul



Parque Estadual Lagamar de Cananeia

Organização dos participantes de forma que todos se vejam, seja um círculo ou em torno de uma mesa. Isso facilita a participação e o diálogo.

Passo 1 – Objetivos



Objetivos e finalidades

Por objetivos podemos entender, como já dito, onde se pretende chegar. Já, as finalidades se prestam mesmo para nos ajudar a expressar o “para que serve tudo isso que pretendemos fazer?” ou “para que serve chegar lá?”. É essencial que todos os envolvidos no trabalho tenham clareza do processo a ser realizado na FS, compreendendo cada um de seus momentos, bem como seus objetivos e finalidades.

O Momento 1 possui **objetivos e finalidades** fundamentais à Formação Socioambiental.

Apresentá-los aos presentes irá sinalizar o que se pretende com o trabalho e com a atuação dos participantes no **espaço do Conselho**.



Espaço do Conselho

Por “espaço do Conselho” podemos tomar qualquer encontro formal do Conselho. Formal porque guarda relação com o compromisso assumido por todos os conselheiros no ato da posse. Usamos o termo “espaço” para afirmar que a participação em reuniões do Conselho é livre, ou seja, qualquer pessoa pode participar e ter direito a expressar-se. Sendo a FS um processo no qual toda e qualquer contribuição ou ponto de vista são bem-vindos, deve ocorrer no espaço do Conselho, não se restringindo como exclusividade de conselheiros titulares ou suplentes.



Participantes da FS no Conselho do Parque Estadual da Cantareira

Portanto, a seguir, são apontados os objetivos para este importante Momento 1, sobretudo o encontro que marca o início do percurso da FS:

1. Conhecer como se organiza e como se dá o planejamento da fiscalização na UC e compreender as políticas com as quais este se relaciona (no caso da experiência desenvolvida no âmbito do Sistema Ambiental Paulista, os Planos de Fiscalização: SIM e SIMMar).
2. Reconhecer a problemática socioambiental da UC, considerando tanto a perspectiva da fiscalização, como também dos participantes.
3. Definir um problema de fiscalização para desenvolver o percurso da FS.

A poesia "Para repartir com todos", de Thiago de Mello (1981), transcrita a seguir, foi utilizada na abertura da FS, reforçando o convite a todos para partilharem de um caminho e uma busca comuns. Pode-se solicitar aos próprios participantes da FS que leiam a poesia, seja ela como um todo ou de forma que cada um leia um trecho do poema.

Para repartir com todos - Thiago de Mello

Com este canto te chamo, porque dependo de ti.
Quero encontrar um diamante.
Sei que ele existe e onde está.
Não me acanho de pedir ajuda;
Sei que sozinho nunca vou poder achar.
Mas, desde logo, advirto:
É para repartir com todos.

Traga a ternura que escondes machucada no teu peito;
Eu levo um resto de infância que meu coração guardou.
Vamos precisar de fachos para as veredas da noite
Que oculta e, às vezes, defende o diamante.
Vamos juntos.
Traz toda luz que tiveres.
Não se esqueça do arco-íris que escondeste no porão.
Eu ponho a minha poronga, de uso na selva,
É uma luz que se aconchega na sombra.

Não vale desanimar.
Nem preferir os atalhos sedutores, que nos perdem, para chegar mais depressa.
Vamos achar o diamante para repartir com todos.
Mesmo com quem não quis vir ajudar, pobre de sonho.
Com quem preferiu ficar sozinho,
Bordando de ouro o seu umbigo engelhado.
Mesmo com quem se fez cego,
Ou se encolheu na vergonha de aparecer procurando.

Com quem foi indiferente, ou zombou das nossas mãos enfatigadas na busca.
Mas também com quem tem medo do diamante e seu poder.
E até com quem desconfia que ele exista mesmo.
E existe! O diamante se constrói
Quando o procuramos juntos no meio da nossa vida.
E cresce, límpido cresce,
Na intenção de repartir o que chamamos amor!



Um dos sentidos de se colocar tais objetivos neste encontro, que marca o início da FS, é familiarizar os participantes com a política de fiscalização ambiental levada à cabo na Unidade de Conservação. No Estado de São Paulo, esta é caracterizada pela busca de integração e diálogo entre diferentes agentes, inicialmente: Secretaria do Meio Ambiente (CFA, FF, IF e IBt) e Polícia Militar Ambiental. Ao conhecer a política e ter acesso a informações sobre tal dinâmica de planejamento, presta-se um serviço público de acesso à informação e, ainda, estende-se o convite aos presentes para construir formas qualificadas de participação.



Passo 2 – Reconhecendo as diversas maneiras de olhar e compreender os problemas ambientais da UC

Outra marca do Momento 1 é o reconhecimento dos problemas da UC. Daí a necessidade de expor como se organiza e o que orienta a fiscalização da UC. As informações não necessitam detalhar as estratégias táticas e a operacionalização da fiscalização, mas podem se concentrar em explicitar: quais são os problemas de fiscalização da UC; onde são observados; o que tem sido possível realizar pela instituição que administra a UC, pela Polícia Ambiental ou demais órgãos envolvidos; quais resultados são destacados e as principais dificuldades enfrentadas. Este tipo de compartilhamento da informação tem uma finalidade clara na FS: demonstrar a perspectiva dos órgãos públicos envolvidos sobre os problemas da UC.

Tal exposição da leitura que os órgãos de fiscalização ambiental fazem da problemática da UC inaugura o processo de diálogo entre os participantes, cada qual com suas **diferentes perspectivas** sobre natureza, meio ambiente, unidades de conservação e respectivos problemas de fiscalização.



Parque Estadual Rio do Peixe



Parque Estadual Lagamar de Cananeia



Parque Estadual Itaberaba

Gestores apresentam características da UC e a problemática de fiscalização de cada unidade, assim como os esforços para enfrentá-la junto com a Polícia Militar Ambiental.



A razão deste compartilhamento e diálogo de diferentes pontos de vista sobre os problemas da UC apoia-se na seguinte afirmação: “as medidas a serem adotadas para o enfrentamento da problemática ambiental dependem essencialmente de como as questões ambientais são compreendidas” (MORAES, LIMA JR. e SCHABERLE, 2000, p. 84).

Além disso, o reconhecimento dos **múltiplos interesses**, por vezes divergentes, em torno da unidade de conservação e a tarefa atribuída legalmente ao Conselho de tentar compatibilizá-los, certamente coloca-o diante de controvérsias socioambientais.



A escolha de um problema que atinge a UC, a partir do qual se desenrolará a metodologia proposta na FS, neste Momento 1, e nos demais, permite abordar uma situação que, provavelmente, já ocorre com mais ou menos frequência nos Conselhos Gestores, quando está em jogo a necessidade de tomadas de decisões ou escolhas a partir de várias possibilidades diferentes e, às vezes, divergentes, opostas, ou, até mesmo, incompatíveis que surgem durante as reuniões. Tal situação – compreensível diante de um grupo cujos integrantes podem “enxergar” a UC sob perspectivas distintas em função de interesses, necessidades, posições, objetivos etc. igualmente distintos de cada integrante em relação à UC – não constitui um obstáculo ao desenvolvimento da FS, pois o reconhecimento dessa diversidade de pontos de vista pode ser colocada à serviço do estímulo à participação na gestão ambiental pública da UC, de modo abrangente, franco e tolerante.

Desse modo, para iniciar uma reflexão sobre a diversidade de pontos de vista sobre a UC, considerando a necessidade de escolha de um problema em detrimento de outros, pergunta-se: Qual ou quais critérios subsidiam a seleção do problema prioritário? Um problema tido como prioritário será, sem ressalvas, prioritário para todos? Ou, indo mais além, o que é considerado um problema para um determinado sujeito ou grupo social não fará parte da solução de existência para outro sujeito ou grupo social? (por exemplo, ao passo que um ecólogo entende o Palmito Jussara (*Euterpe edulis*) como uma “espécie mutualista chave”, o sujeito que o extrai da floresta o entende como um recurso a ser transformado em renda fundamental à sua sobrevivência).

Uma figura daquelas de duplo sentido ou de ilusão de ótica, que nos colocam diante de conclusões diferentes de acordo com a perspectiva a partir da qual as observamos é um bom exemplo que ilustra esse momento de reflexão. Para aprofundar a discussão, sugere-se utilizar a reprodução da imagem de um quadro do pintor belga René Magritte (1898 - 1967), intitulado “A condição humana” (MAGRITTE, 1933). A imagem do quadro sugerido permite, sob uma determinada interpretação, tratar do papel dos sujeitos e dos grupos sociais na construção, organização ou entendimento da realidade (ou das realidades), e de alguns fatores que condicionam, em boa medida, tudo isso. ►



Há necessidade de se ressaltar a existência de múltiplos pontos de vista, recortes ou enquadramentos a partir dos quais uma área protegida pode ser observada ou apreendida, em que pese o reconhecimento de que uma ou outra perspectiva se sobressaia diante das demais. Meio ambiente também resulta das relações sociais de produção e dos modelos de desenvolvimento. Assumir diferentes representações sobre UC, natureza ou meio ambiente não deve caminhar para um amplo relativismo, no qual todas as versões têm o mesmo “peso”. Devem ter o sentido de se *compreender* que os mais diversos interesses têm suas motivações e origens. Contudo, a orientação que subsidia esta compreensão de representações e interesses é baseada em valores universais, como transparência, participação, igualdade, justiça e solidariedade, por exemplo. O sentido de se propor as reflexões sobre tais pontos de vista é de convidar os presentes ao diálogo entre as diferenças, considerando as desigualdades. Ou seja, existem diferentes pontos de vista ou formas de interpretar a realidade; umas se sobressaem sobre outras a depender dos interesses e forças envolvidos. No próprio Conselho, tais diferenças e desigualdades podem estar presentes. No caso da construção de consensos possíveis (intenção da FS), ainda há que se considerar a necessidade de colocá-los em diálogo com compreensões distintas, inclusive com agentes não presentes no espaço do Conselho.



► Chama-se a atenção para dois elementos fundamentais da imagem pintada por Magritte, segundo a nossa interpretação:

- **A TELA**, que numa observação inicial ou menos atenta pode passar despercebida. É justamente nesta dificuldade em distinguir o que é a tela pintada e o que é a paisagem vista pela janela que se pode ressaltar a função – e os limites – das representações e dos conceitos em nossa leitura, digamos, do mundo. Como nos diz Isabel Carvalho (2004, p. 33): *"os conceitos são assim como lentes em nossa visão da realidade. Tão habituados ficamos com os nomes e as imagens por meio das quais nos acostumamos a pensar as coisas do mundo, que esquecemos que esses conceitos não são a única tradução do mundo, mas apenas modos de recortá-lo, enquadrá-lo e, assim, tentar compreendê-lo, deixando sempre algo de fora ou que pode ser recortado por outro ângulo, apreendido por outro conceito. Os conceitos não esgotam o mundo, não abarcam nunca a totalidade do real"*. É da condição humana (aliás, "A condição humana" é o título do quadro de Magritte, lembram-se?), portanto, uma relação com o mundo permeada e possibilitada por conceitos, representações, símbolos. Mas, se permitem, por um lado, essa

compreensão e organização do mundo, por outro, quando se confunde o conceito ou a representação de uma coisa com a própria coisa pode-se cometer equívocos ou, no mínimo, pode-se esquecer que o conceito é uma construção social que abarca determinados objetivos e pontos de vista específicos do grupo responsável por sua elaboração. A paisagem retratada na tela (con)funde-se com a paisagem vista da janela, como que para nos lembrar que a representação que se faz da realidade, de certo modo, também ajuda a construí-la (ou, no contexto da discussão da UC, a realidade é resultado daquilo o que ela é objetivamente, dos elementos palpáveis e concretos que a constituem, somados aos modos como os diversos grupos sociais a representam ou a compreendem; representações e compreensões que não podem ser dissociadas da maneira como tais grupos se relacionam com a UC). É fundamental lembrar também que não há garantias de que a paisagem retratada na tela reproduz fielmente o que está por detrás dela. Alguém pode dizer que a imagem pintada na tela não corresponde ao que existe na paisagem lá fora; mas, sim, que a tela retrata a intenção do pintor, o desejo dele do que pode vir a existir naquela paisagem vista da janela. Desse modo, se o papel, o desejo, a intenção e a necessidade do sujeito são fundamentais na construção da realidade, e que sujeitos diferentes podem ter desejos, intenções etc. também diferentes, pode-se concluir que outro pintor (ou sujeito ou, ainda, grupo social) retrataria uma paisagem distinta de acordo com seus interesses. E uma última consideração a respeito da tela pintada pode abordar as seguintes questões: se existem várias possibilidades de se representar ou explicar uma dada situação, e a representação ou explicação vai depender de quem representa ou explica, por que predominam algumas concepções da realidade (ou uma concepção) em detrimento de outras? Ou, perguntado de outra forma (metafórica), todos têm acesso aos elementos necessários (tela, tinta, pincel etc.) para pintar o quadro segundo as suas respectivas concepções de realidade? Tais questionamentos sugerem a desigualdade nos "pesos" atribuídos a cada possível representação, resultando em quadros cujas imagens retratadas comportam somente uma parcela do universo de perspectivas acerca de uma determinada condição, segundo os interesses e forças em disputa.

- **A JANELA**, por um lado, permite observar o que existe na paisagem lá fora e, por outro, impõe limites ao olhar do observador. A paisagem retratada na tela foi, em boa medida, condicionada pelo enquadramento determinado pelo tamanho e pela posição da janela. Observadores da mesma paisagem, acessando-a visualmente por meio de outras janelas, de tamanhos diferentes e posicionadas em outras paredes da casa, possivelmente, pintarão outras paisagens. O nosso acesso e explicação da realidade estão sujeitos ao enquadramento definido pela janela. Somos os sujeitos que pintam as telas dos quadros e, também, estamos sujeitos, em certa medida, ao campo visual que a janela determina. Esse enquadramento ou campo visual pode ser traduzido como o contexto histórico, geográfico, cultural, material e simbólico do qual fazemos parte. Num espaço de debate, como o dos Conselhos Gestores, pode-se afirmar que, em função da relação que cada sujeito ou grupo social estabelece com a UC, esta pode ser observada de janelas de variados tamanhos, posicionadas em lugares distintos. Estimular o diálogo, considerando essas diferentes janelas, pode contribuir no sentido de reconhecer outros pontos de vista sobre a UC (por que não tentar ver a UC de outra janela, ou construir uma janela maior que permita congrega perspectivas até então distintas?) e, conseqüentemente, nos encaminhamentos futuros acerca dos caminhos a serem percorridos no decorrer da FS.



Para concluir essa reflexão, da arte do pintor René Magritte passa-se à arte do poeta Fernando Pessoa (1888 – 1935). De um poema do heterônimo Alberto Caeiro, retiramos o seguinte trecho, que resume poeticamente, sob uma determinada leitura, essa questão da relação entre a “realidade” e a representação da mesma: “O Universo não é uma ideia minha. A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha” (PESSOA, 2005, p.113). Pode-se, com a permissão do poeta, substituir a palavra Universo por Natureza, por exemplo, e o sentido da frase manter-se-ia o mesmo, pois, concordando com Marcos B. de Carvalho, “para uma mesma pergunta – o que é natureza? –, encontraremos muitas respostas, dependendo do grupamento humano, do tipo de sociedade, ou da classe social de quem responde” (CARVALHO, 2003, p.21-22).

E vale a pena lembrar um dos itens do Art. 20 do Decreto nº 4.340/2002 (que regulamentava artigos da Lei nº 9.985/2000), pois nele está definida uma das competências do Conselho Gestor, sobre a qual apoia-se parte considerável dessa discussão sobre as possibilidades de entendimento a respeito do que é ou do que representa aquele território delimitado chamado de unidade de conservação (embora a própria Lei nº 9.985/2000 já defina o que se entende por unidade de conservação): **esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade.**

A partir da necessidade de escolha de um problema concreto e palpável a partir do qual se desenrolará a FS, e diante do reconhecimento da provável existência do contraditório fomentando um debate participativo, aberto e transparente durante o percurso das atividades propostas, esse debate (a princípio abstrato) sobre representações, conceitos, visões de mundo etc. espera contribuir para a construção consensual de um quadro de ações ou agendas comuns e compatíveis, na medida das possibilidades, com os diversos interesses em jogo (considerando, também, evidentemente, as definições legais que orientam a gestão da UC).

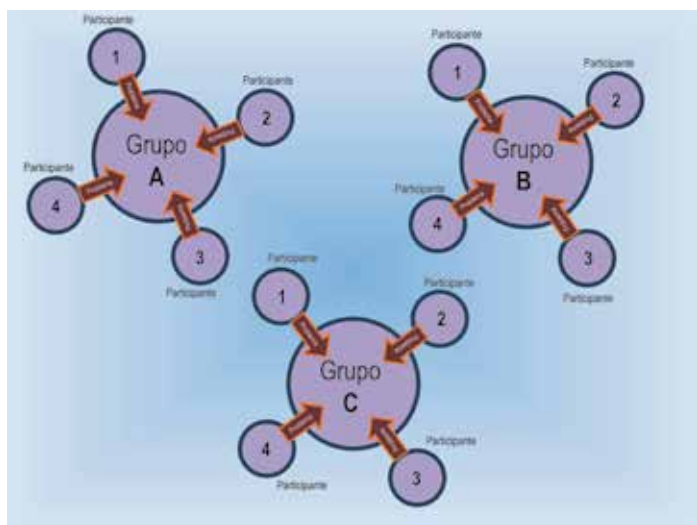
A problemática da UC exposta no início do encontro, ao ser conduzida de forma a compreender as diferentes perspectivas, pode gerar, também, abertura para que os participantes tragam ao debate problemas não considerados na elaboração dos planos e estratégias de fiscalização da UC (o que ilustra a possibilidade de outras compreensões – que não somente da gestão da UC – serem consideradas na FS).



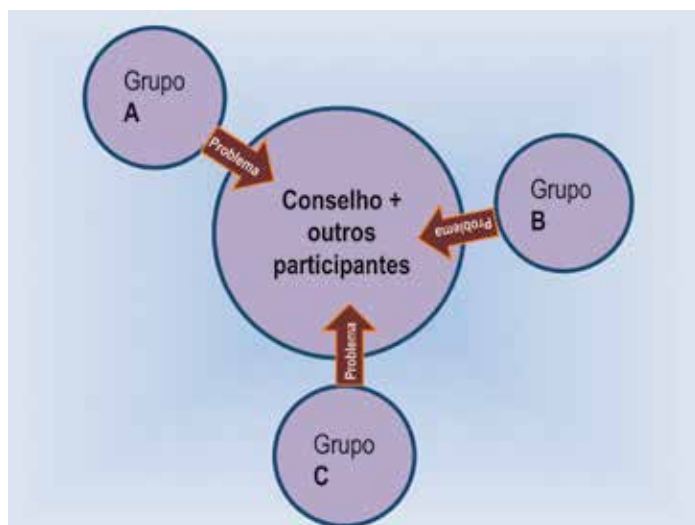
Estação Ecológica de Bananal

Diferentes participantes – e respectivos pontos de vista sobre a problemática socioambiental da UC – dialogam e debatem em grupos menores, visando a definição de prioridades.

Recomenda-se, para a discussão dos problemas, dividir os participantes em grupos menores. **Nestes grupos, cada participante aponta UM problema** (a partir de suas representações e compreensões) e cada grupo escolhe UM problema (após refletir e debater sobre os problemas trazidos por seus integrantes). Após a escolha do problema por cada grupo, socializa-se o problema definido para o desenvolvimento da FS com o restante do Conselho e, ao término da rodada de discussões, o **Conselho escolhe UM problema**.



Grupos menores definem um problema.



Conselho define um problema dentre os apresentados pelos grupos menores.



- Quais os problemas que afetam a UC?
- Qual o problema que devemos escolher para enfrentar?



Para auxiliar a compreensão tanto sobre como se organiza a fiscalização na UC, como sobre os problemas ambientais que afetam sua proteção e conservação, pode-se utilizar mapas que facilitem a visualização do território da UC e locais onde os problemas ocorrem, ou documentos que apontem as diretrizes para a atuação da fiscalização, como o Plano de Manejo e seus programas de proteção e interação socioambiental. No caso da experiência realizada, utilizou-se, também, o diagnóstico realizado pelos agentes de fiscalização, que identifica e analisa a criticidade e os problemas prioritários da UC, registrados em seu Plano de Ação de Fiscalização (elaborado no âmbito do SIM ou SIMMar).

Passo 3 – Fechamento do Momento 1 e encaminhamentos



Para estabelecer o problema definitivo com a contribuição de todos os grupos menores, é possível conduzir a discussão na direção de reescrevê-lo. Ou seja, se possível, buscar um modo de expressar o problema de maneira a articular os demais. Isso pode ocorrer em situações nas quais o consenso em torno de um dos problemas é dificultado por diferentes motivações e interesses.

Encerrada a atividade e definido qual o problema que será “objeto” de trabalho dali em diante, caminhamos para o passo seguinte: o fechamento do Momento 1 da FS e encaminhamentos.

Esse fechamento consiste em ratificar o problema, de maneira que todos os participantes – ou sua maioria – o compreendam como uma definição do conjunto de participantes da FS.

Antes de propor os encaminhamentos deste Momento 1, é relevante compartilhar com o grupo algumas considerações importantes a partir do que se entende sobre participação, visando esclarecer tanto o nível de poder decisório presente no espaço do Conselho (quanto maior o nível maior o poder decisório), quanto as responsabilidades assumidas frente às tomadas de decisões. É interessante clarear este conceito, bem como deixar evidente como este se manifesta ou está assegurado na legislação; em especial, naquelas que dispõem sobre a criação e definição do papel dos Conselhos de Unidades de Conservação.



Participação

Para abordar o tema “participação”, é importante considerar:

Suas premissas: 1) é um *processo* histórico e dinâmico; 2) é uma *construção* social e política, constituindo-se de conquistas; 3) deve ser coletivo e *organizado*; 4) é Individual e socialmente *emancipatório*.

Suas concepções: 1) *Liberal* – a participação é espontânea, entre indivíduos iguais (para evitar ingerências do Estado); 2) *Autoritária* – a participação é a integração entre a sociedade e a política; 3) *Democrática* – a participação tem como princípio a representação; 4) *Revolucionária* – a participação é uma forma de resistência às relações de dominação (viés de classe acentuado); 5) *Democrático-radical* – a participação incorpora meios institucionais formais, visando a construção de sociedades mais justas e igualitárias (GOHN, 2003 apud CUNHA; LOUREIRO, 2012).

Seus sentidos: 1) Legitimar o avanço democrático nas políticas de conservação e proteção, representado por espaços como o Conselho; 2) Compartilhar responsabilidades na proteção da UC e entorno, otimizando recursos e aprimorando ações; 3) Estabelecer relações entre a UC e entorno, buscando integrar questões, ampliar compreensões da realidade e enfrentar problemas de forma mais efetiva; 4) Garantir o diálogo e o acesso a informações estratégicas aos agentes sociais envolvidos com a gestão; 5) Garantir o diálogo com aqueles afetados pela criação da UC – reconhecendo as restrições e limites existentes (CUNHA; LOUREIRO, 2012).

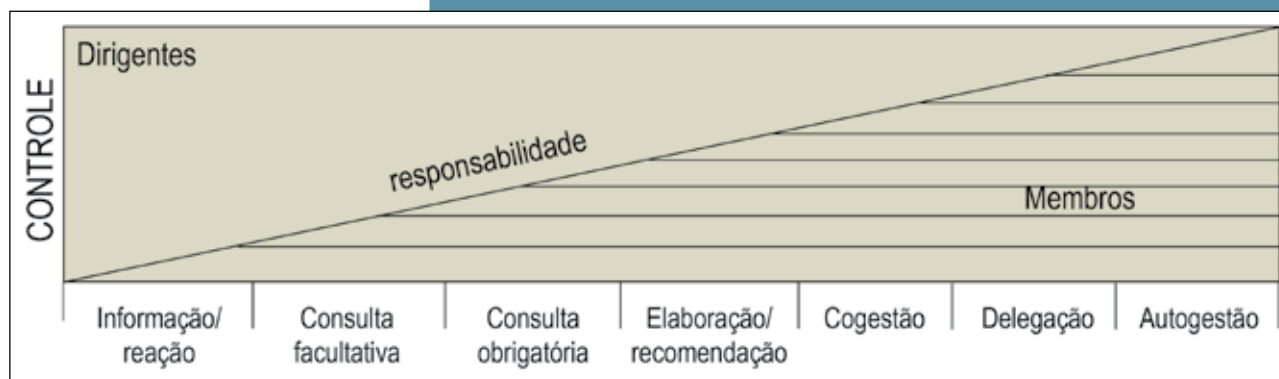


Seus modelos teóricos:

1) "Escada da Participação", adaptada de Susan Arnstein (2002).

8. Controle	Poder cidadão	O cidadão detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.
7. Delegação	Poder cidadão	O cidadão adquire graus crescentes de poder de decisão.
6. Parceria	Poder cidadão	Permite negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder de decisão.
5. Pacificação	Concessão mínima	Permite aconselhar os tomadores de decisão, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final.
4. Consulta	Concessão mínima	Existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos.
3. Informação	Concessão mínima	O cidadão não tem o poder para assegurar que suas opiniões sejam ouvidas por aqueles que detêm o poder de decisão.
2. Terapia	Não-participação	Permite aos tomadores de decisão "educar" ou "curar" os participantes.
1. Manipulação	Não-participação	Não permite à população participar nos processos de planejamento ou conduzir programas.

2) Régua da participação, adaptada de Bordenave (1987).



Como encaminhamentos para o momento seguinte, recomendamos expor aos presentes as seguintes demandas:

- Pensem nos sinais que nos indicam a existência do problema aqui definido; que nos ajudam a descrevê-lo.
- Pensem no que motiva ou causa o problema a partir de cada sinal que o descreve.
- Reflitam sobre as consequências ou efeitos de cada causa do problema.
- Pensem nos grupos sociais, instituições, movimentos etc. que guardam algum tipo de relação com o problema definido.

É recomendável definir com todos os presentes uma data para o encontro seguinte, pois isso facilitará a organização do próximo momento da FS e reforçará o compromisso para a continuidade dos trabalhos.

Encaminhamentos

Para o próximo encontro:

- Pensem nos sinais que nos indicam a existência do problema aqui definido.
- Pensem no que causa tais sintomas, assim como em suas consequências.
- Pensem nos grupos sociais, instituições, movimentos etc. que guardam algum tipo de relação com o problema definido.

Próximo encontro em:
00/00/2015



Sistema Integrado de Monitoramento – SIM
Plano de Fiscalização de UC



Momento 2

Compreendendo melhor o problema

Identificando os descritores, as causas, as consequências e os agentes que se relacionam com o problema definido



Após definir o problema, que é o ponto de partida da FS, este “Momento 2” dedica-se às causas do problema escolhido e seus respectivos efeitos. O resultado deste trabalho é consolidar uma análise situacional composta pelos participantes da FS. Isso significa que a discussão e seu “produto” resultam, possível e preferencialmente, de múltiplos olhares, diferentes pontos de vista sobre natureza, sobre meio ambiente, sobre UC, e, é claro, sobre o problema priorizado. O grupo também irá se debruçar sobre as causas apontadas, visando à escolha e à definição daquelas consideradas críticas por seus participantes, no contexto em que se desenvolve o trabalho.

Ainda neste Momento 2, os participantes devem mapear os agentes sociais que mantêm alguma relação com as causas deste problema, tanto de forma direta como indireta, o que deverá auxiliar, no momento seguinte da FS, a definir os agentes que poderão ser mobilizados para intervirem nestas causas, tanto quanto os que devem ser alvos das ações propostas pelo Conselho.

Passo 1 – Objetivos

No passo que inaugura este Momento da FS, a intenção é avançar no sentido de **analisar** e destacar as prioridades com as quais o Conselho irá lidar em sua gestão junto à UC.

O objetivo geral do Momento 2 da FS é: desenvolver **análise situacional** e mapeamentos (o que descreve o problema, quais suas causas e efeitos; quais agentes sociais são reconhecidos no **território** de influência da UC) sobre o problema definido pelos participantes da FS.



Análise situacional

Tomar o termo “análise” como parâmetro já sugere que o problema anteriormente escolhido pode ser compreendido, também, como um grande sintoma que se manifesta na UC, afetando seus objetivos de proteção e conservação ambiental. Ou seja, o que percebemos imediatamente como problema decorre de inúmeras causas, com origens não menos diversas. São causas de ordem social, econômica, política, histórica, cultural, legal, entre outras. Nesta perspectiva, a abordagem do problema definido torna-se uma “representação” ou aparência/fenômeno de algo. Identificar suas causas nos aproxima do que seria a “essência” desse algo, ou o “algo em si”. Isso serve tanto para apurar a compreensão sobre o problema, como também para observar os limites da estratégia, por vezes exclusiva, de “comando e controle”, caracterizada, principalmente, pela via da fiscalização repressiva. Partindo de tais limitações na superação do problema, atuando no sentido de reprimir sua aparência, se fortalece o entendimento de que é preciso, além do “comando e controle”, de outras políticas e formas de abordar o problema, por meio da observação de suas causas, suas raízes, sua essência ou sua estrutura.

É “situacional” porque se dedica a uma situação ou circunstância histórica e territorialmente situada; sendo, portanto, passível de alterações ou mudanças ao longo do tempo e dinâmicas territoriais.

Territórios

O termo território pressupõe um **espaço geográfico** que é apropriado; **enseja identidades** que estão inscritas em processos; sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis (PORTO-GONÇALVES, 2002; HAESBAERT, 2010).

Duas questões são fundamentais. Uma para orientar a reflexão, debate e postura do Conselho. Outra, para provocar o que se entende por Conselho, a partir de sua composição:

- 1) **Qual deve/pode** ser o território de atuação/preocupação/opinião do Conselho?
- 2) Em que medida este território de atuação/preocupação/opinião, atual ou potencial, está representado no Conselho da UC?

Já, os objetivos específicos são:

1. Conhecer mais sobre o *modus operandi* da gestão da UC.
2. Reconhecer aspectos importantes sobre Conselhos e territórios.
3. Apontar descritores, causas e efeitos/consequências do problema escolhido.
4. Mapear agentes sociais que tenham alguma relação com o problema e suas causas.

Além de todo o aprendizado, das possibilidades de maior compreensão e de expressão proporcionadas já no(s) primeiro(s) encontro(s) da FS, o resultado mais tangível do Momento 1 é, sem dúvida, a definição coletiva de um problema socioambiental, que afeta a UC e é percebido pelo Conselho e demais participantes convidados.



**Parque Estadual da Serra do Mar
Núcleo Caraguatatuba**



APA Marinha Litoral Sul

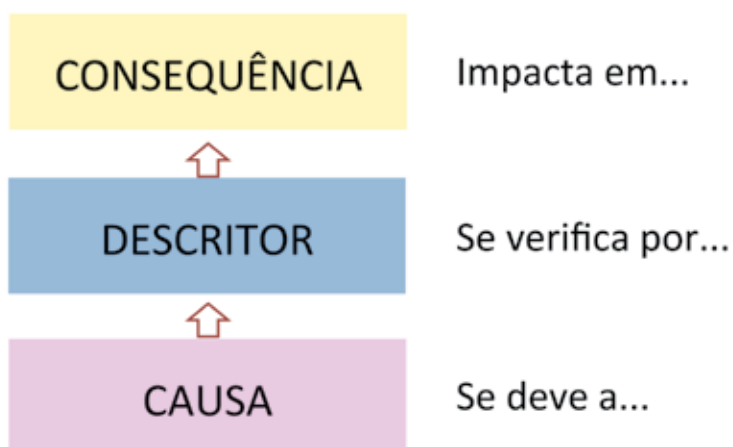
Participantes compartilham experiências e conhecimentos nos grupos menores subsidiando as discussões e perspectivas sobre as manifestações, causas e consequências do problema priorizado.

Se definir um problema significa um resultado já auferido e um grande avanço na direção da construção de uma agenda do Conselho, neste Momento 2 os produtos esperados são:

- 1) Um **quadro com o que descreve o problema** escolhido, **suas causas e respectivos efeitos**;
- 2) A definição das **causas críticas**, segundo critérios sugeridos e outros estabelecidos pelos participantes;
- 3) Um **mapa dos agentes** sociais atuantes no território reconhecido pelos participantes. Tais agentes guardam alguma relação com as causas escolhidas.

Passo 2 – Explicando o problema e definindo suas causas críticas

A partir do problema definido no Momento 1, o passo seguinte é explicá-lo. Para tanto, registram-se, primeiro, os descritores: sinais ou manifestações que nos fazem verificar a existência do problema, considerando as diferentes formas de percebê-lo. Na sequência, o que motiva ou causa o problema a partir de cada descritor. E, por fim, as respectivas consequências, efeitos ou impactos do problema, também tomando como ponto de partida os descritores identificados. Este procedimento é inspirado pelas significativas contribuições de Carlos Matus (2007), com o método de planejamento denominado MAPP (Método Altadir de Planejamento Popular).



APA Marinha Litoral Sul

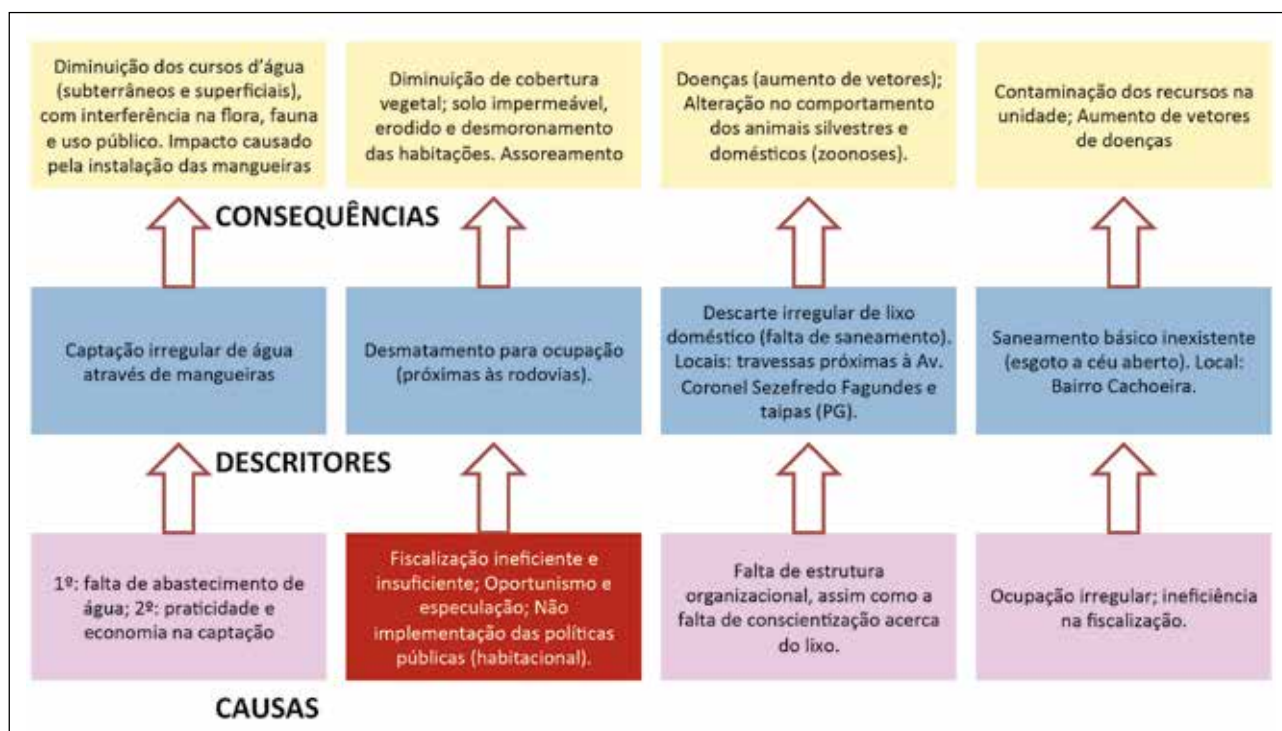


Parque Estadual da Cantareira

Mesas, paredes e até mesmo o piso podem servir para afixar/apoiar os painéis nos quais se organizam os registros que ajudam a compreender e explicar melhor o problema que afeta a UC.

O resultado deste processo é um **quadro que descreve o problema**, suas causas e efeitos. A figura ilustra uma forma de organização deste quadro de causas e efeitos. No quadro, o que descreve ou indica que o problema existe (descritores) está representado pelas tarjetas na cor azul, as causas na cor rosa e as consequências (ou efeitos do problema) na cor amarela. As tarjetas com a marcação na cor vermelha representam as causas escolhidas pelos participantes como críticas (próximo passo).

Problema: Pressões do uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento da UC.



O quadro também é conhecido como "árvore de problemas", na qual são representadas graficamente as causas do problema em questão como as raízes; suas consequências como os ramos e folhagens; e os descritores e o próprio problema seriam o tronco. Mais importante que o formato da representação é a compreensão de que um problema de fiscalização tem suas raízes, suas causas e produzem efeitos, consequências. O exercício de explicá-lo dessa forma subsidia a compreensão mais complexa sobre o problema de fiscalização, que vai, portanto, além de como o percebemos e tem raízes sociais, econômicas, históricas e culturais.

O essencial é o raciocínio construído com base no uso destas técnicas. Tendo um problema, o descrevemos como o verificamos na realidade. A cada "descriptor" atribuímos uma causa do problema e sua respectiva consequência. Este "movimento" do pensamento é relevante, na medida em que nos proporciona enfrentar o problema estrategicamente, combatendo suas causas, visando reduzir ou eliminar seus efeitos.



Para provocar a reflexão do grupo, antes de iniciar a explicação do problema definido, utilizamos na experiência realizada a pintura “Clairvoyance”, do belga René Magritte (1936) e uma frase atribuída ao escritor francês Marcel Proust: “A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, e sim em ter novos olhos”. Isto pode auxiliar o grupo a ampliar as possibilidades de visões sobre o problema e explorá-las ao longo da construção do quadro.

O quadro de Rene Magritte “Clairvoyance (self-portrait)” (Perspicaz – auto-retrato, em português) pode provocar reflexões, conduzidas pelos responsáveis pelo encontro, sobre as possibilidades que temos ao observar qualquer objeto (como o próprio Conselho e seu papel, além da UC e do problema) deslocando nossa compreensão para além do óbvio, ou daquilo que se vê objetivamente. A partir do problema, por exemplo, há a necessidade de deslocar a compreensão sobre o mesmo no sentido de identificar suas causas, ou seja, entender o problema priorizado anteriormente como uma manifestação de questões socioeconômicas, históricas e culturais. Isso, por si, inaugura a atividade de apontar os sintomas (descritores), as causas e respectivas consequências do problema, configurando, portanto, uma leitura mais complexa do mesmo. Já quanto ao Conselho e seu papel, à medida em que os participantes vão construindo uma compreensão mais complexa e em perspectiva crítica (porque busca as raízes sociais, econômicas, históricas e culturais do problema priorizado), podem surgir novos horizontes de atuação do Conselho, já entendido como um espaço de participação social na gestão não somente da UC, mas também de seu território de influência (onde se “localiza” parte expressiva das causas que serão apontadas). Desta forma, a UC passa a ser um “ponto de referência” para se problematizar a gestão ambiental pública desse território de influência, que se projeta também como o território de atuação direta do Conselho. Este, quando motivado a intervir com mais autonomia nas causas do problema priorizado, pode visar interferir em políticas públicas setoriais vinculadas às questões sociais, econômicas, históricas e culturais representadas pelas causas, entendendo tais políticas setoriais, principalmente, como políticas de gestão ambiental em sentido ampliado, mesmo que habitacionais, econômicas, de desenvolvimento, sociais, culturais, de saúde etc. Isso demandará contato e articulação com outros agentes sociais, mais afetos a estas políticas, em diferentes esferas da administração pública. Destacar a complexidade do problema diante de suas causas e consequências torna-se, portanto, um recurso formativo substancial, na medida que explicita que um problema de fiscalização tem suas raízes em questões sociais, econômicas, históricas e culturais daquele território.



“O sujeito é aquele que vê a realidade e a interpreta, e ao interpretá-la, acaba por transformá-la. O sujeito no interior do quadro é sagaz porque ao transformar a realidade produz cultura. O ovo é justamente o objeto que o pintor observa, criando a partir dele um outro signo para representá-lo. (...) **a figura pintada do pássaro projeta a possibilidade do ovo**” (PINHEIRO, 2000).



As **causas críticas** são aquelas que, no entendimento dos participantes, devem ser enfrentadas por sua relação mais forte com o problema ou mesmo com a existência de outras causas. Podem, também, ser consideradas como “nós críticos” que, conforme são “desatados” (ou solucionados), acabam por influenciar e contribuir para a solução ou minimização de outras causas associadas.

Para a definição das **causas críticas**, segundo critérios sugeridos e outros estabelecidos pelos participantes, algumas reflexões e questões podem orientar o Conselho, como: temos como conhecer melhor estas causas? Intervir nestas causas depende principalmente do Conselho (tempo, recursos, capacidade, competência/atribuição)? É possível pensar na construção de alguma intervenção que impacte positivamente nas causas e, conseqüentemente, em seus efeitos? O Conselho teria controle sobre a intervenção (planejar, executar, avaliar)? Todas, além de critérios, são questões provocativas, na direção de conduzir a reflexão dos participantes sobre o Conselho como um espaço a partir do qual agentes sociais se organizam para pensar e agir considerando as suas competências e atribuições, a necessária governança sobre as ações, sua efetividade etc.

Neste processo, é preciso reconhecermos os desafios a serem encarados – em especial, na perspectiva da escolha de causas de ordem estruturante – que exigirão dos Conselhos uma atuação articulada para enfrentá-las. Isso necessita estar claro aos participantes da FS. Porém, não deve ser fator de limitação ou imobilidade, mas sim uma provocação, que estimule a projeção de ações que aproximem mais o Conselho da compreensão da causa escolhida, que o faça atuar no sentido de enfrentar a causa crítica dentro de suas competências e com vistas a entender “participação” como relacionada à construção e acompanhamento de políticas públicas, não essencialmente à sua execução, que é papel do Estado.

Algumas reflexões sobre o **papel e a atribuição dos Conselhos** podem auxiliar o processo de tomada de decisão necessário para a escolha das causas críticas. Para isso, pode-se utilizar de uma exposição ou abordagem sobre Conselhos e os atributos e condições importantes para participação dos conselheiros, como: compreender os objetivos da existência da UC e como auxiliar na sua gestão; possuir interesse no Conselho, ou seja, interesse de participação na gestão da UC; conhecer e representar os interesses e a opinião de seu grupo/instituição; saber colocar os interesses e a opinião de seu grupo/instituição sob a ótica dos objetivos da UC; conciliar os anseios da comunidade com os objetivos da UC; ser propositivo e multiplicador (saber trazer e levar informações e decisões); trazer e buscar informações do Conselho, fazer circular a informação, dar sequência, definir e decidir, de forma participativa; exercer a cidadania: ser tradutor e negociador de interesses advindos de representações diversas sobre meio ambiente; conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da UC, promovendo ampla discussão sobre o seu papel e a sua gestão.



No caso das unidades de conservação, o Conselho tem o papel de:

- Gerir e/ou colaborar com a gestão da UC;
- Refletir e decidir sobre os meios de proteger a UC;
- Dialogar com diferentes formas de entender a UC;
- Dialogar com o território da UC e respectivos agentes sociais;
- Identificar os problemas da UC e contribuir para superá-los.

A participação no Conselho ocorre:

- De forma consultiva: voz, orientação, opinião e influência nas tomadas de decisão; formação de opinião - traz o conhecimento e os interesses do local e/ou do grupo/ instituição para o Conselho e leva os assuntos tratados e decididos neste espaço para o grupo, comunidade ou instituição; monitora e fiscaliza a gestão da UC.
- De forma deliberativa: a mesma coisa, com uma diferença, o Conselho deliberativo tem maior poder na decisão em dois itens: 1) APROVA o Plano de Manejo das UC; 2) RATIFICA a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade.

Nesse Guia, destacamos o Art. 20, do SNUC (BRASIL, 2000), devido à relação com a FS:

Art. 20 - Compete ao conselho de unidade de conservação:

- III – buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e seu entorno;
- IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos e;
- IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.



- Quais os sinais ou manifestações que nos fazem verificar a existência do problema definido?
- O que motiva ou causa as manifestações deste problema?
- Quais as consequências ou efeitos negativos destas manifestações do problema?
- Quais as causas críticas deste problema? Quais causas devemos enfrentar para contribuir com sua solução?

Passo 3 – Mapeando os agentes sociais que se relacionam com as causas críticas do problema



Agentes sociais equivalem aos grupos, instituições diversas, organizações, movimentos, coletivos, colegiados etc. que atuam num determinado território onde os participantes localizam a UC. Estes agentes devem ter alguma relação – direta ou indireta – com as causas escolhidas na atividade anterior. A finalidade de se mapear os agentes sociais relacionados ao problema socioambiental é registrar e reconhecê-los como tais, a fim de, no momento de planejar intervenções, poder considerá-los, seja para direcionar ações do Conselhos, seja para contar com seu apoio ou articulação.

A partir das causas críticas definidas, inicia-se a elaboração do mapa dos **agentes sociais** atuantes no território reconhecido pelos participantes. Tais agentes guardam alguma relação com as causas escolhidas.

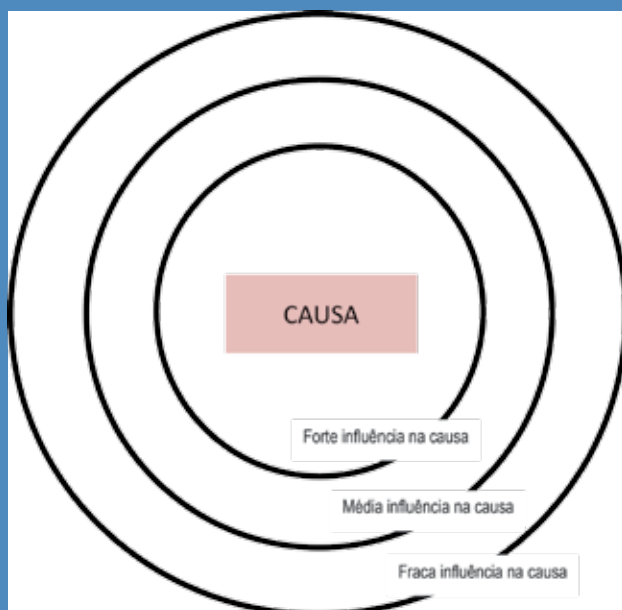
Aqui a técnica utilizada inspira no Diagrama de Venn, por sua vez considerada uma ferramenta de diálogo importante tanto ao desenvolvimento do método de análise situacional sobre o problema prioritário e subsídio ao planejamento de intervenções, como também à própria formação dos envolvidos com a oficina no contexto da FS.

Para realizar o **mapeamento dos agentes sociais do território** de influência da UC é preciso:

- Em um pedaço grande de papel pardo (com cerca de 1m²) desenhar três círculos concêntricos (conforme a figura). A distância de cada círculo irá representar o grau de influência que cada agente social registrado tem na existência/ocorrência da causa em foco.
- No centro, dispõe-se a causa crítica escolhida pelos participantes quando da realização da atividade anterior.

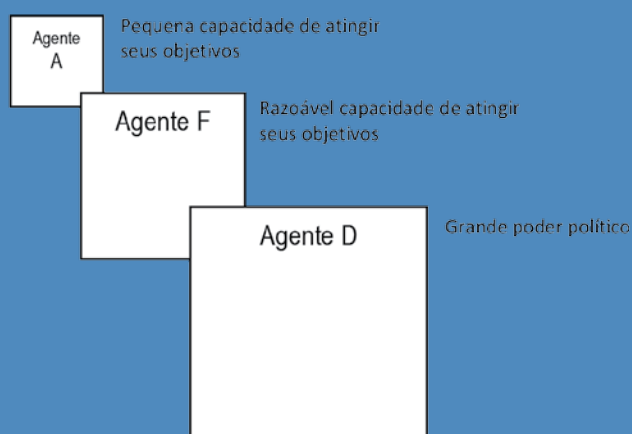


A ideia de compreender a técnica ou o procedimento como **ferramenta de diálogo** deriva da leitura de material sobre diferentes “ferramentas” propícias ao fomento e desenvolvimento da reflexão e da aproximação entre pontos de vistas que devem dialogar a respeito de determinada realidade. Segundo Faria e Ferreira Neto (2006, p.09), “A percepção de que os processos de diálogo podem contribuir para a construção de relações sociais mais harmônicas traz implícita a compreensão de que este é também o caminho da formação de cidadãos e cidadãs mais participativos, mais reflexivos e, portanto, mais ativos diante da realidade. Isso porque não há diálogos sem sujeitos, sem aqueles que se expõem e se dispõem às trocas, que se expressam e se abrem às ideias e aos conceitos de um outro alguém, na busca por novos entendimentos. A própria definição da palavra deixa transparecer o seu aspecto ‘ativo’ pois, se o diálogo visa a solução de problemas e o entendimento entre pessoas, por si só, ele pressupõe um movimento de mudança no pensamento daqueles que participam do processo dialógico”.



Os procedimentos para mapear os agentes sociais são:

- Listar os agentes sociais que guardam relação com a causa escolhida;
- Representar cada agente social em um polígono de acordo com o poder que os participantes da FS atribuem a ele (poder político ou “capacidade de conseguir atingir seus objetivos”);
- Dispor os polígonos ao redor da causa (considerando a **influência do agente na existência da causa**, a proximidade e a relação entre os agentes). Deve-se considerar, também, as **relações efetivas e potenciais**.
- Por fim, estabelecer com linhas e setas as relações entre os agentes identificados e dispostos no mapa. As relações podem ser de “mão dupla”, nas quais há interação entre os agentes, um influenciando o outro; ou apenas de “uma mão”, na qual um dos agentes influencia o outro.



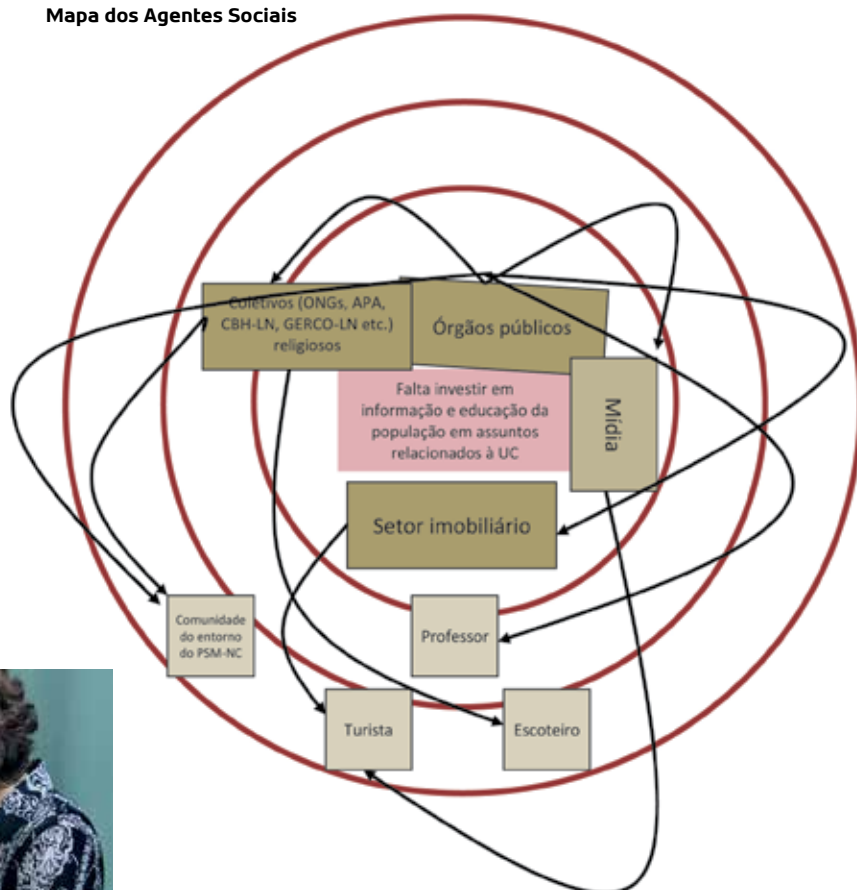
Siga um procedimento de cada vez. Isso irá facilitar o diálogo entre os participantes, o registro de cada agente social, e, também as reflexões sobre qual o poder político de cada um deles e o grau de influência que eles têm em relação à causa.

O resultado desta atividade será bastante útil para o momento seguinte, quando as ações a serem planejadas pelo Conselho deverão levar em conta tanto os agentes sociais que podem ser articulados para executá-las, quanto àqueles que poderão ser “alvo” dessas intervenções.

A atividade de mapeamento dos agentes é, também, uma oportunidade para esclarecer possíveis dúvidas sobre a atuação de diversas instituições, suas responsabilidades e papéis. Durante a realização da experiência da FS, foi comum observar dúvidas sobre as diversas esferas e órgãos envolvidos com a fiscalização, bem como em que momento eles poderiam ser acionados ou quais suas responsabilidades e papéis frente ao enfrentamento dos problemas identificados (suas causas e consequências). Além disso, observar tais agentes sociais pode subsidiar reflexões sobre a própria composição do Conselho, sua representatividade diante da problemática que envolve a UC e, ainda, fomentar o debate sobre o seu espaço/território de atuação, com o potencial de articulação em rede que se abre com o mapa resultante dessa atividade.

Mapa dos Agentes Sociais

A figura demonstra como pode ser representado o mapa dos agentes sociais que têm alguma relação com as causas escolhidas como críticas, e as fotos ilustram a produção dos participantes da FS em encontros realizados a partir de 2013.



APA Marinha Litoral Sul



Parque Estadual Itaberaba



Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba

Participantes da FS refletem, se expressam e discutem para identificar e “mapear” os agentes sociais atuantes nos territórios de influência das UC e que têm alguma relação com as causas críticas do problema priorizado.



- Quais agentes sociais têm relação com as causas escolhidas?
- Qual o poder político destes agentes sociais?
- Qual a influência destes agentes sociais na existência da causa do problema?
- Quais relações podem ser identificadas e estabelecidas entre os agentes sociais identificados?



As atividades previstas para este segundo momento da FS são duas e demandam bastante trabalho, concentração e capacidade de condução e orientação, além de paciência para garantir um ambiente amistoso, onde todos se sintam à vontade para expressar suas opiniões e pontos de vista.

A primeira é a construção do quadro de causas e efeitos do problema escolhido, assim como a definição de quais são críticos.

A segunda se dedica a mapear os agentes sociais relacionados direta ou indiretamente com cada causa escolhida na atividade anterior.

As principais técnicas sugeridas para estas atividades são, basicamente, de exposição de conteúdos, de organização dos participantes em grupos e de visualização de registros sobre as discussões e decisões tomadas – para que sejam socializadas e apropriadas por todos. É possível, à medida em que os grupos expõem os mapas com os agentes sociais e as relações entre eles, vislumbrar futuras ações do Conselho (próximo Momento da FS).

Neste Momento 2 da FS, o grupo poderá perceber a necessidade de maior tempo para as discussões e aprofundamento, tanto para análise dos descritores, causas e efeitos do problema, quanto para o mapeamento dos agentes sociais. A equipe organizadora da FS deve estar atenta a estes detalhes, orientando a condução dos trabalhos e a organização das atividades, inclusive, sugerindo, quando for o caso, a divisão deste Momento em mais de um encontro. Aqui é importante priorizar a qualidade das discussões e, especialmente, garantir que a troca, o diálogo, a construção e a produção coletivas dos participantes seja valorizada como um processo formativo.



Momento 3

Planejando intervenções na realidade apreendida

Organizando grupos e ações a partir do espaço do Conselho para intervir na gestão do território de influência da UC



O “Momento 3” é destinado ao planejamento de ações de enfrentamento das causas prioritárias escolhidas pelo grupo. Estas ações, em seu conjunto, compõem o que entendemos como “Agenda do Conselho” para apoiar a gestão da UC, participando de forma mais ativa em questões afetas, também, ao território do qual a UC faz parte. Isso quer dizer que um dos resultados possíveis da FS é um Conselho mais fortalecido e consciente da possibilidade de articular-se com outros espaços de participação na gestão pública, tais como conselhos relativos a outras áreas que interferem, direta ou indiretamente, na problemática que se manifesta tanto no território, como na própria UC.

As ações elencadas servem de complemento ao trabalho de repressão exercido pela fiscalização, que deverá continuar para estancar as manifestações do problema; podendo, a longo prazo, sofrer alterações, em virtude, inclusive, dos resultados alcançados com as ações a serem desenvolvidas de forma preventiva, mirando as causas dos problemas que afetam à UC.

Passo 1 – Objetivo

O objetivo do Momento 3, no percurso metodológico da Formação Socioambiental, é a construção de uma **agenda positiva** estabelecida pelos participantes do Conselho. Isso pressupõe uma compreensão da problemática socioambiental (Momento 1) e, ainda, um entendimento mais complexo sobre o que motiva a manifestação de problemas na UC, os quais acabam sendo objeto de atenção da fiscalização ambiental, assim como dos agentes sociais que se relacionam com este problema (Momento 2).

Desde o momento em que se define qual o problema prioritário a ser enfrentado pelos participantes da FS reunidos no espaço do Conselho da UC, é estabelecido um horizonte comum a todos. Isso pode ser entendido como algo que identifica o conjunto de participantes da FS como um coletivo unido por ao menos um interesse em comum: **intervir na gestão ambiental do território para enfrentar determinado problema**, contribuindo para a gestão da UC e de seu território.



Podemos comparar a agenda que se constrói na FS com aquele modo de registrarmos nossos compromissos, com vistas a demarcar bem as responsabilidades que devem ser realizadas e cumpridas, assim como nos lembrar os compromissos assumidos. No nosso caso, trata-se de uma *agenda* por conta dos compromissos assumidos pelo conjunto de participantes; *positiva* devido ao caráter propositivo de ações a serem realizadas pelos que participam da FS.



Passo 2 – Definindo a situação desejada e as ações para enfrentar as causas do problema



É comum observar durante as discussões sobre os problemas e sua explicação, muitas ideias que já remetem a sugestões de ações para solucioná-los. Isso acontece a todo o tempo durante os encontros, especialmente no Momento 2. Recomenda-se, nestes casos, que os organizadores da FS orientem os grupos a guardarem as ideias e propostas levantadas durante as discussões para que sejam registradas no Momento 3. Pondera-se, aqui, que nem todos processam as informações na mesma velocidade; assim, a organização das ideias de forma sistemática deve ser conduzida passo-a-passo, guiando todo o grupo a compreender e a participar de sua concepção e de sua elaboração.

Para compor o Momento 3 da FS, é necessário ter em mãos, disponível a todos os participantes, os produtos dos encontros anteriores: os **quadros de causas e efeitos do problema** e os **mapas dos agentes sociais**. De posse destes materiais, os participantes têm como saber os efeitos que desejam reduzir, com quem podem contar em eventuais parcerias; quais autoridades precisam ser acionadas; e quais grupos sociais devem ser atingidos pelas ações a serem planejadas.

Partindo do problema definido pelo Conselho e das causas críticas escolhidas, o momento agora é de reflexão sobre o que fazer com todo o conhecimento construído no caminho da FS.

Se, por um lado, até aqui, o trabalho gerou um conhecimento acumulado e compartilhado sobre o que descreve o problema definido, o que o motiva e quais as consequências que gera, por outro lado, é muito importante começar a pensar – e registrar – **o que é possível fazer** diante desse cenário.



O que é possível fazer

É fundamental concluir o ciclo da FS com o apontamento de ações concretas, para além da também imprescindível compreensão do problema. A importância de se construir uma agenda com ações planejadas visando enfrentar problemas da UC se baseia justamente na concretização da ideia de que o Conselho, mesmo que consultivo, pode agir.



Para tanto, a FS trabalha com uma sequência de procedimentos. Em primeiro lugar, destacam-se as causas críticas selecionadas e seus respectivos descritores, efeitos e consequências (resultados do Momento 2). Com o material em mãos, os participantes da FS iniciam as discussões para definição da situação desejada.

A *situação desejada* consiste em, a partir da causa escolhida e respectivo descritor, definir algo a ser conquistado pela sociedade como um todo. Aqui se estimula a reflexão sobre a situação ideal, independente da complexidade em alcançá-la. Trata-se do **horizonte** que o grupo enxerga para considerar determinada causa superada. Aponta-se, na sequência, a meta para a situação idealizada. Meta é a contribuição do Conselho para se caminhar na direção da situação desejada e deve ser composta, também, pelo prazo para sua realização.



Horizonte

Quando tratamos de *horizonte*, utilizamos como estímulo à reflexão uma frase citada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano:

"A Utopia está lá no horizonte.

Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.

Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.

Para que serve a Utopia?

Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Ou seja, o termo utopia pode nos levar a duas posturas: uma que nos imobiliza, por tratar-se do inatingível; outra que nos motiva a estabelecer horizontes e caminhar, sempre, na direção deles, colhendo resultados pelo caminho.

Este "horizonte" ou esta "utopia" é uma idealização e não necessariamente algo a ser alcançado, muito menos em um prazo curto. É uma idealização construída a partir de, por exemplo, valores que podem ser tomados como universais: transparência, participação, igualdade, justiça, solidariedade entre outros. Ela define o que orienta a atuação do Conselho, especificamente em relação a cada uma das causas.

Como forma de provocar reflexões que contribuam tanto para os debates como também para as definições dos participantes, uma intervenção sobre **gestão ambiental** – como resposta às diferentes formas de compreender a “questão ambiental” – se faz necessária. Esta breve fala sobre os diferentes discursos e práticas sobre o que é e quais os sentidos da gestão ambiental tem a finalidade de ampliar o entendimento sobre quais podem ser os horizontes de atuação do próprio Conselho.



Gestão ambiental

Podemos ter diferentes compreensões sobre a QUESTÃO ambiental (MARTINEZ-ALIER, 2012; GOMES, 2002):

A) Em perspectiva conservadora e “ecocêntrica”, que compreende a “natureza” como algo a ser protegido de um ser humano abstrato e anistórico.

B) Linha tecnocêntrica ou “ecoeiciente”, em que a natureza é provedora de recursos dos quais depende o crescimento da economia; aposta em tecnologias apropriadas, de “baixo impacto”; objetivo de mitigar os impactos e riscos inerentes a um modo de produção e de modelo de desenvolvimento tomados como “naturais”.

C) Multidimensional e política, a partir da qual a gestão ambiental é um processo essencialmente político, pois está assentado na mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico, natural e construído.

A predominância de uma das três perspectivas sobre as demais condiciona fortemente a postura de um grupo ou instituição frente aos problemas ambientais. As ações, portanto, podem ir desde o fortalecimento da proteção, do “comando e controle” e da fiscalização, até a articulação política do Conselho com outros Conselhos (de habitação, de educação, de meio ambiente, de saúde etc.), autoridades com competências e atribuições compatíveis com o desenvolvimento de políticas sociais, econômicas, culturais etc.

Isso faz com que, por exemplo, seja possível imaginar que para o enfrentamento de problemas tidos como “de fiscalização” e que afetem a UC, as ações devem ser de “gestão ambiental” (para além do “comando e controle”); e, neste contexto, políticas sociais e econômicas/produativas (de desenvolvimento local, de educação, de distribuição de renda, culturais, de ordenamento territorial, habitacionais e, até mesmo, de saúde pública) devem estar no horizonte do Conselho, e em sua perspectiva de gestão ambiental.

Com a *situação desejada* e a *meta* definidas, os participantes da FS devem apontar qual **ação** é necessária para alcançá-las. Recomenda-se uma ação para cada causa crítica do problema priorizado.



Outra contribuição que recomendamos para este momento - do planejamento de ações a partir de uma situação idealizada - vem do poema do amazonense Thiago de Mello (1981), intitulado “Sonho Domado”. Trata, entre outras interpretações, da necessidade - humana - de sonharmos, sem perder de vista a também importante consciência sobre as circunstâncias e a conjuntura, sabendo, ainda, da responsabilidade de construir o caminho e conquistar as condições de realização do sonho.

Sonho Domado – Thiago de Mello

Sei que é preciso sonhar.

Campo sem orvalho, seca
A frente de quem não sonha.

Quem não sonha o azul do vôo
perde seu poder de pássaro.

A realidade da relva
cresce em sonho no sereno
para não ser relva apenas,
mas a relva que se sonha.

Não vinga o sonho da folha
se não crescer incrustado
no sonho que se fez árvore.

Sonhar, mas sem deixar nunca
que o sol do sonho se arraste
pelas campinas do vento.

É sonhar, mas cavalgando
o sonho e inventando o chão
para o sonho florescer.



A Formação Socioambiental entende **ação** como “ação estratégica”. Ou seja, no momento de definir a ação deve-se recorrer a uma reflexão importante, sobre quais os papéis do Conselho, podendo ser, principalmente, de **articular** órgãos, políticas e movimentos; **mobilizar** agentes sociais com interesses convergentes; **mediar** agentes sociais com interesses distintos, **subsidiar** processos e tomadas de decisão; **instrumentalizar**, em termos de informação e conhecimento, a si e a outros agentes etc. Por ser estratégica, a ação se desdobrará em um conjunto de “ações práticas” para sua realização. Tais ações práticas compõem e configuram o que chamamos de Agenda do Conselho; descrevendo os principais movimentos ou passos na direção de alcançar a meta e, assim, contribuir para a caminhada no sentido da situação desejada.



- Considerando as causas críticas, qual a situação ideal para cada uma delas? O que desejamos para considerar cada causa superada?
- O que pretendemos alcançar e em quanto tempo? O que pode indicar e orientar se estamos nos aproximando ou distanciando da situação desejada?

Atrelada à ação definida, deve-se identificar quais agentes sociais (mapeados no Momento 2) são importantes para: serem acionados de maneira a auxiliar no enfrentamento da causa em foco; serem “alvo” de intervenções (como nos casos de precariedade de condições socioeconômicas, educacionais, políticas etc.). Em suma, quais agentes devem ser envolvidos para desenvolver a ação.



**Parque Estadual da Serra do Mar
Núcleo Caraguatatuba**

Grupos debatem a situação desejada para cada causa apontada como crítica, suas respectivas metas e quais são as ações estratégicas necessárias para alcançá-las, assim como quais são os agentes sociais a serem envolvidos, acionados, articulados a partir dos conselhos de UC.



Parques Estaduais Aguapeí e Rio do Peixe

A figura ilustra, passo a passo, o percurso para se definir a ação necessária para se caminhar na direção do horizonte de atuação do Conselho, diante das causas destacadas como críticas. Há destaque para a meta do Conselho, vinculada à situação desejada. A meta é importante para se definir um resultado concreto, configurando-se uma maneira de acompanhar se estamos nos aproximando ou distanciando do que foi idealizado. Já a ação significa o que o grupo entende que é possível fazer, a partir do Conselho, na direção de alcançar a meta. A ação é estratégica e se dirige a enfrentar uma causa crítica do problema priorizado, sendo composta por diferentes ações práticas (que serão detalhadas no próximo passo).

Percurso para definição das ações





Para a definição da situação desejada, da meta e da ação, recomenda-se a utilização da seguinte sequência lógica de raciocínio:

- 1) A **situação desejada** se refere àquilo que queremos diante do que descreve o problema, suas respectivas causas e efeitos. Trata-se de uma situação ideal;
- 2) A **meta** se configura em algo que pode ser alcançado pelo Conselho em um prazo determinado; sinaliza que o que o Conselho alcançou é, de fato, uma contribuição objetiva na direção da situação idealizada (uma vez que a situação desejada não é algo a ser definitivamente alcançado pelo Conselho, mas sim pela sociedade como um todo);
- 3) A **ação** expressa o que é preciso fazer, a partir do Conselho, no sentido de alcançar a meta.

Por exemplo:



No exemplo, observa-se uma das causas críticas apontadas para o problema priorizado (pressões do uso e ocupação do solo). Para se definir a situação desejada levou-se em consideração, principalmente, a informação registrada no "descriptor". A meta configura a contribuição objetiva à situação ideal que se almeja alcançar concretamente a partir do Conselho. A ação é o que efetivamente se pretende realizar, no âmbito do Conselho da UC, para se alcançar a meta. Os agentes são os que devem ser envolvidos para a realização da ação.



- Qual ação podemos realizar na direção da situação desejada e da meta estabelecida?
- Quais agentes sociais devem ser acionados para enfrentar as causas em foco? E quais agentes sociais devem ser alvo das intervenções propostas?

Como nos demais momentos da FS, sugere-se aqui o uso de técnicas que auxiliem a organização dos participantes em grupos menores e de visualização dos registros sobre as discussões e decisões propostas. Na figura, ilustra-se como pode ficar a organização das tarjetas com os registros de cada passo e nas fotos são expostas as produções dos participantes da FS.



Parque Estadual da Cantareira
Orientação sobre como organizar os registros no painel.



Parque Estadual da Cantareira
Socialização dos registros feitos em cada um dos grupos.

Passo 3 – Detalhando as ações

O detalhamento das ações é o produto final do Momento 3 da Formação Socioambiental, pois define a **Agenda do Conselho** para, dali em diante, enfrentar o problema priorizado, combatendo as causas críticas e visando reduzir seus efeitos.

Este detalhamento consiste em definir alguns pontos essenciais para cada ação planejada. Para tanto, a técnica utilizada na Formação Socioambiental é inspirada em questões já consagradas em muitos processos de **planejamento estratégico**:

- Por que realizar esta ação?
- Como realizar esta ação?
- Quem é responsável por esta ação?
- Qual o prazo previsto para sua realização?



Na questão sobre “como” desenvolver a ação estratégica, recomenda-se que esta seja organizada basicamente em 3 movimentos: 1) **MAPEAMENTO**, seja de projetos existentes, leis, normas que se relacionam à ação definida; ou de agentes específicos, uma vez que é usual que haja necessidade de especificar quais lideranças, associações, movimentos, institutos técnicos etc. para se ter clareza de com que se deseja contar; 2) **APROXIMAÇÕES** necessárias para compartilhar as preocupações (problema priorizado, causa crítica, consequências etc.), bem como as intenções em termos de enfrentamento (ação que foi planejada); 3) **REUNIÕES E ENCONTROS** necessários para a efetivação da ação.



Planejamento estratégico

A ideia de planejamento estratégico é utilizada na FS como orientação à construção de uma sequência de passos e procedimentos; o que chamamos de “metodologia da FS”. A base desta orientação já foi exposta no início deste Guia Prático: são os diferentes momentos do ciclo de planejamento (análise, planejamento, execução, avaliação). Mas, há outra característica que está mais precisamente relacionada a este momento: detalhar as ações e construir a agenda do Conselho. Este detalhamento é realizado a partir de respostas às perguntas colocadas e já conhecidas: “O que? Por que? Como? Quem? Quando?”. As questões são simples e as respostas fornecem um grau de detalhamento que consideramos suficiente para, ao menos, se iniciarem os trabalhos.

“O que?” – se refere à ação propriamente dita.

“Por que?” – deve fornecer uma justificativa, ou seja, o motivo pelo qual aquela ação é necessária para se buscar a situação idealizada. Em que sua realização contribui nesse sentido? Ou mesmo, por qual razão o Conselho direciona esforços para sua execução?

“Como?” – é talvez a mais fundamental em termos concretos, pois é a partir dela que consolidamos as estratégias, os meios, as ações mais práticas que, no conjunto, buscam concretizar a ação definida. As estratégias definem que passos são necessários para realizar a ação.

“Quem?” – guarda relação com a forma como o Conselho irá se organizar para dar cabo da respectiva ação. Irá se aproveitar de grupos de trabalho ou câmaras temáticas já existentes? Irá criar algum grupo ou câmara? Há alguma outra forma de organização para implantar a ação?

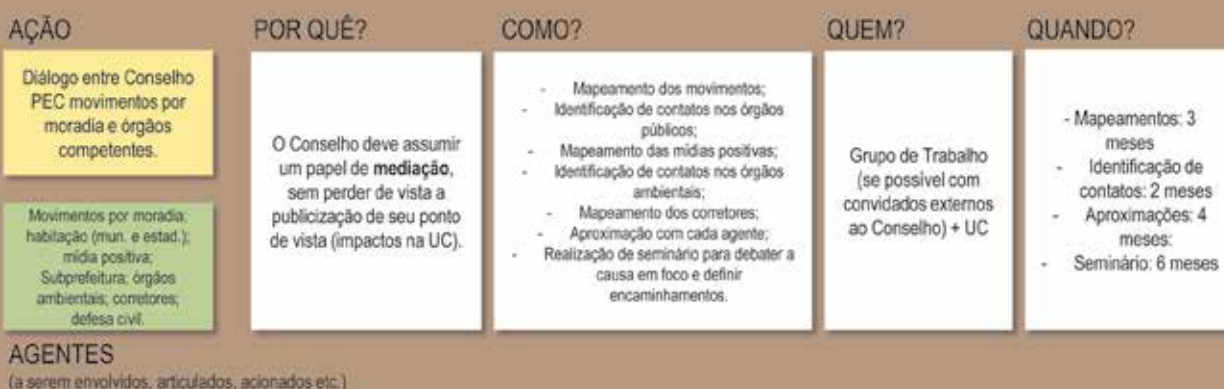
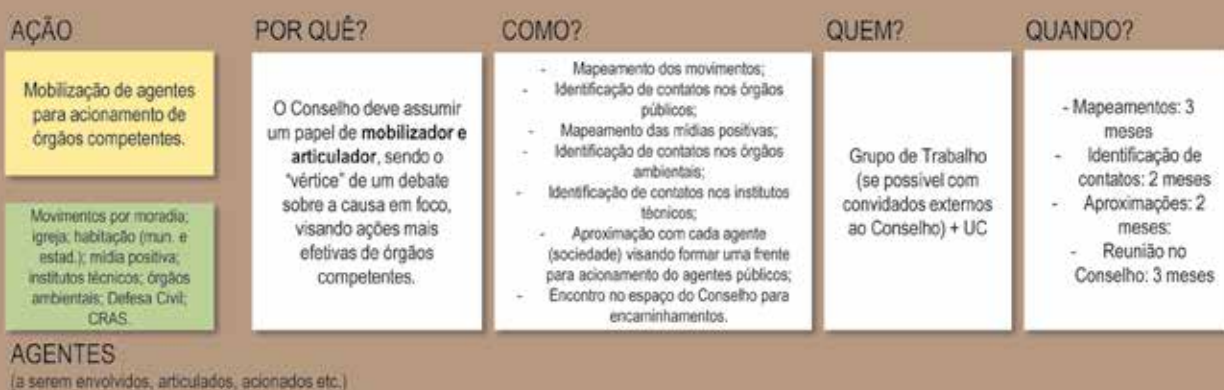
“Quando?” – se refere ao prazo para implantar a ação do plano. Não há necessidade de ser preciso em datas, por exemplo. Indicar quando se pretende estar com a ação e respectivas estratégias em curso já é suficiente.

As perguntas servem diretamente para que se defina claramente as razões que justificam a necessidade de ação (devem ter relação com a situação desejada). Servem, também, para que se reflita sobre quais são as estratégias de execução da ação, ou seja, quais são as ações e atividades práticas para sua concretização.

O detalhamento das ações a partir das perguntas pode ser organizado conforme a ilustração. Observe que há um pedaço de papel branco para registro das respostas a cada uma das perguntas listadas anteriormente.



Ao final, quando todas as respostas forem organizadas, a configuração do detalhamento da ação do Conselho deve ficar da forma a seguir:



A responsabilidade é ampliada quando se aumenta a tomada de decisões. Assim, apontar como o Conselho pode ser organizado de forma a dar cabo de cada uma das ações planejadas é fundamental. Isso significa registrar; se o Conselho realizará as ações por grupos de trabalho ou câmaras técnicas ou temáticas já existentes, ou se haverá necessidade de criação de outros meios, de forma a comportar os participantes da Formação Socioambiental que, eventualmente, podem não ter cadeira no Conselho.



Durante o detalhamento das ações pode acontecer de os grupos identificarem o gestor ou a instituição responsável pela gestão da UC como aqueles que devem executar a ação. É essencial, nestes momentos, que a equipe organizadora da FS esteja atenta para orientá-los sobre as consequências destas escolhas (transferir a responsabilidade e possibilidade de o Conselho agir para outrem), destacando a importância de os participantes da FS ampliarem o seu potencial de ação e responsabilidade frente ao enfrentamento dos problemas e causas definidos, não dirimindo o compromisso desses, mas buscando fortalecer a ação do grupo e do Conselho em contribuir na e para a gestão da Unidade de Conservação.



Passo 4 – Fechamento do Momento 3 e encaminhamentos

Encerrado o detalhamento de todas as ações planejadas, a partir de cada uma das causas críticas escolhidas, estas devem ser socializadas com todos os participantes da FS. Este momento é importante para ratificar o compromisso assumido pelo Conselho para o desenvolvimento das ações e, também, pode contribuir para a identificação de sinergias entre as ações propostas.



Parque Estadual da Cantareira



Parques Estaduais Aguapeí e Rio do Peixe

Participantes socializam o detalhamento das ações estratégicas, com justificativas, ações práticas, responsáveis e prazos.

A organização do detalhamento de todas as ações planejadas e definidas compõe o quadro de ações do Conselho, dando base para o estabelecimento de sua agenda positiva.



Na ilustração utilizada aqui como exemplo de um possível quadro de ações, observam-se três ações estratégicas para enfrentar três causas críticas do problema: “pressões do uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento da UC”. O conjunto de ações práticas (4ª coluna), juntamente com os prazos definidos (6ª coluna) compõem o que chamamos de Agenda do Conselho.

Causa	Ação	Por quê	Como?	Quem?	Quando
Ocupação em áreas suscetíveis (sensíveis) a acidentes geológicos.	Mobilização de agentes para acionamento de órgãos competentes.	O Conselho deve assumir um papel de mobilizador e articulador , sendo o “vértice” de um debate sobre a causa em foco, visando ações mais efetivas de órgãos competentes.	- Mapeamento dos movimentos; - Identificação de contatos nos órgãos públicos; - Mapeamento das mídias positivas; - Identificação de contatos nos órgãos ambientais; - Identificação de contatos nos institutos técnicos; - Aproximação com cada agente (sociedade) visando formar uma frente para acionamento do agentes públicos; - Encontro no espaço do Conselho para encaminhamentos.	Grupo de Trabalho (com convidados externos ao Conselho) + UC	- Mapeamentos: 3 meses - Identificação de contatos: 2 meses - Aproximações: 2 meses; - Reunião no Conselho: 3 meses
Especulação imobiliária; não implementação de políticas públicas	Diálogo entre Conselho PEC movimentos por moradia e órgãos competentes	O Conselho deve assumir um papel de mediação , sem perder de vista a publicização de seu ponto de vista (impactos na UC)	- Mapeamento dos movimentos; - Identificação de contatos nos órgãos públicos; - Mapeamento das mídias positivas; - Identificação de contatos nos órgãos ambientais; - Mapeamento dos corretores; - Aproximação com cada agente; - Realização de seminário para debater a causa em foco e definir encaminhamentos.	Grupo de Trabalho (com convidados externos ao Conselho) + UC	- Mapeamentos: 3 meses - Identificação de contatos: 2 meses - Aproximações: 4 meses; - Seminário: 6 meses
- Fiscalização insuficiente; especulação; Desarticulação de políticas públicas.	Mobilização de agentes para acionamento de órgãos competentes.	O Conselho deve assumir um papel de mobilizador e articulador , sendo o “vértice” de um debate sobre a causa em foco, visando ações mais efetivas de órgãos competentes.	- Mapeamento das lideranças; - Identificação de contatos nos órgãos públicos; - Mapeamento de vereadores da região e com relação a habitação; - Identificação de contatos nos órgãos ambientais; - Mapeamento das políticas públicas incidentes; - Aproximação com cada agente (sociedade) visando formar uma frente para acionamento do agentes públicos; - Encontro no espaço do Conselho para encaminhamentos.	Grupo de Trabalho (com convidados externos ao Conselho) + UC	- Mapeamentos: 4 meses - Identificação de contatos: 3 meses - Aproximações: 4 meses; - Reunião no Conselho: 6 meses

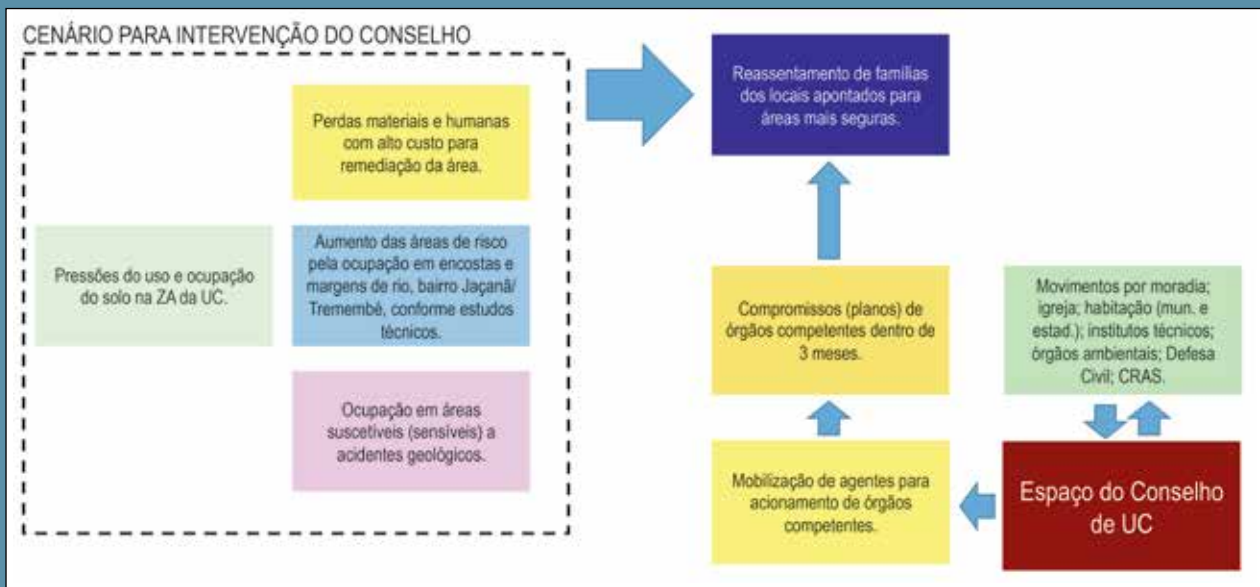
Com este **percurso** concluído e a agenda definida, começa o trabalho do Conselho para enfrentar as causas críticas do problema, envolvendo os agentes sociais que possuem alguma relação com estas.

É importante reforçar o percurso realizado até aqui, bem como estabelecer o compromisso dos participantes da FS para a execução das ações propostas. Assim, como encaminhamento deste Momento, é necessário estabelecer como o Conselho se organizará para dar início à execução da agenda. Se possível, alinhando alguma forma de registro e verificação das ações para saber se elas estão caminhando na direção de alcançar as metas e a situação desejada.

A inclusão e discussão dos resultados do trabalho desenvolvido podem e devem ser incluídos nas pautas das próximas reuniões do Conselho, possibilitando o compartilhamento e a análise permanente do que vem sendo alcançado ou do que precisa ser aprimorado. Este movimento não apenas inicia o processo de acompanhamento e avaliação (a ser tratado no próximo Momento da FS), mas, principalmente, busca revalidar os compromissos assumidos e acordados pelos participantes da FS.



O raciocínio sobre todo o percurso da Formação Socioambiental, a partir dos resultados produzidos a cada momento, pode ser exemplificado pela ilustração:



Momento 4

Acompanhando e avaliando a eficácia das ações

Registro, compartilhamento, análise e avaliação das ações e correção de rotas



No “Momento 4” o trabalho é destinado ao acompanhamento de perto e sistematicamente, da implantação e execução das ações planejadas, de forma a registrar os resultados, avanços e as dificuldades; e subsidiar a avaliação da atuação do Conselho e dos responsáveis por cada uma das ações, em determinado período. Este momento também se dedica a, em conjunto, se pensar quais são as alternativas para os casos em que as ações previstas não foram executadas e/ou tenham surgido novas ideias e propostas para sua realização durante a caminhada.

Relembrar o percurso realizado (Momento 1, Momento 2 e Momento 3) para chegar a tais definições é uma estratégia importante neste momento, pois permite a compreensão dos sentidos da FS e a que se destina cada uma das ações elencadas pelo Conselho. Este trajeto é essencial para a criação de meios para atingir os objetivos e metas propostos, demonstrando o que foi decidido pelos participantes e possibilitando visualizar, com mais clareza, alternativas para o caso das atividades planejadas que não alcançaram aquilo que foi almejado.



Passo 1 – Objetivo

O principal objetivo deste Momento 4 da FS é criar condições para o acompanhamento da execução das ações planejadas, prevendo tanto a forma como devem ser realizados os registros e o compartilhamento dos resultados alcançados, como a avaliação de sua **eficácia**.

Este movimento permite ao grupo identificar a aproximação ou o distanciamento para o alcance das metas estabelecidas, assim como discutir e redefinir os rumos e caminhos a serem trilhados, especialmente em situações nas quais a realização das ações não estejam em conformidade com aquilo que foi previsto.



Podemos entender eficácia como resposta à seguinte questão: estamos atingindo os objetivos que nos colocamos? Em caso afirmativo, o trabalho foi eficaz.

Por eficiência entende-se a aplicação de recursos para atingir os objetivos. Se os recursos de que se dispõe foram bem utilizados e isso fez com que os objetivos fossem alcançados, a conclusão é: o trabalho é eficiente. Em casos de muito recurso e pouco resultado, a eficiência pode ser questionada.

Por efetividade compreende-se o impacto esperado. Ou seja, os objetivos alcançados geraram a mudança, a transformação que se esperava quando se planejou a intervenção, em determinada realidade? Se a resposta foi positiva, o trabalho pode ser considerado efetivo.

Neste Momento 4, a ideia é avaliar se as ações planejadas ao longo da FS foram realizadas ou não. No entanto, nada impede que o Conselho também avalie se foram eficientes e efetivas.



Passo 2 – Observando as reuniões do Conselho

Uma das expectativas criadas e percebidas ao longo da Formação Socioambiental se refere a uma maior e mais qualificada participação nas reuniões.

Por maior participação entende-se: maior presença, mais representações, mais discussões, maior atividade em grupos de trabalho e câmaras temáticas e técnicas.

Por maior qualidade entende-se: maior grau de compreensão sobre o funcionamento da gestão da UC, da problemática em que está envolvida e das formas de atuação do Conselho e **instrumentos** à disposição, na direção de enfrentar o que causa os problemas de fiscalização e outros que afetam a UC.

Em síntese, um conjunto maior de pessoas, grupos, movimentos, instituições etc., mais envolvidos com a gestão da UC e de seu território de influência.

Como pôde ser observado, a Formação Socioambiental é pautada pela compreensão de que um caminho possível para a Educação Ambiental em UC passa pelo estímulo à participação social, na gestão pública da biodiversidade. Este processo tem como intenção não somente possibilitar maior esclarecimento sobre a problemática socioambiental que envolve a UC, explorando a explicação de suas causas e efeitos; mas, principalmente, visa cidadãos atuantes, apropriando-se deste espaço denominado Conselho Gestor de UC, observando a gestão ambiental do território a partir da UC, participando nas ações públicas de gestão. Esse é o “pano de fundo” da Formação Socioambiental.

De forma mais concreta, a Formação Socioambiental se apresenta e se desenvolve como um conjunto de técnicas e procedimentos, como um método de análise situacional e de planejamento coletivo, partindo de um problema de fiscalização reconhecido pelos participantes.

Uma das contribuições da Formação Socioambiental, a curto e médio prazo, se expressa na dinâmica dos Conselhos; e outra, a longo prazo, poderá ser refletida na própria dinâmica e planejamento da fiscalização da UC. Alguns parâmetros que emergem destas duas perspectivas vêm de questões que poderão ser observadas:



Instrumentos disponíveis podem ser Leis, normas, regimentos, portarias, resoluções etc. e outros documentos que respaldam, demandam, propiciam determinada postura ou ação que o Conselho entenda ser de sua competência ou atribuição. Podem ser também compreendidos como subsídios técnicos ou tecnológicos, seja para o desenvolvimento de processos de planejamento e tomada de decisão, seja para a própria realização de ações planejadas.

Conselho:

- Como o Conselho tem funcionado após a Formação Socioambiental?
- Têm sido apresentadas informações sobre o andamento dos grupos ou câmaras responsáveis pelas ações planejadas?
- Os temas e pedidos de pauta (externos ao quadro de ações) podem ser relacionados às ações planejadas na FS?
- Tais temas e pautas têm tomado todo o tempo do Conselho, não permitindo a discussão sobre o andamento da agenda elaborada?

Fiscalização:

- É possível identificar alguma diminuição das manifestações do problema na UC? Pode-se identificar alguma coincidência destas com a execução das ações definidas a partir da FS?
- Há ampliação das discussões sobre os temas ligados à fiscalização da UC no espaço do Conselho?

Quanto à dinâmica do Conselho, é preciso resgatar a agenda de compromissos firmada pelos participantes e membros do Conselho, discutindo-a novamente. Este procedimento é importante caso não haja retomada de informações sobre a execução das ações planejadas.

Caso os grupos e câmaras não estejam sequer se reunindo, é preciso que haja reflexão sobre as causas que dificultam ou impossibilitam as reuniões. Neste caso, o mesmo raciocínio desenvolvido ao longo da Formação Socioambiental pode ser promovido por qualquer membro do Conselho que perceba o não funcionamento do trabalho, conforme previsto no quadro de ações.

Já, no âmbito da fiscalização, como espera-se um resultado a longo prazo, é importante não perder de vista as possíveis alterações ou interferências que possam, de alguma forma, ser registradas neste processo. Neste caso, é recomendado que os agentes de fiscalização, seja do órgão gestor da UC ou da Polícia Ambiental, estejam atentos e coletando dados e informações que poderão, no futuro, possibilitar uma análise mais apurada sobre o problema trabalhado durante a Formação Socioambiental, especialmente relacionados às causas escolhidas e seus efeitos no território e na UC. O Conselho também deve acompanhar este processo, discutindo e compartilhando informações que possam contribuir para subsidiar os agentes de fiscalização.

Passo 3 – Avaliando o que foi realizado

No caso das ações estarem sendo realizadas, os grupos e câmaras estarem se reunindo e as informações estarem sendo repassadas, mesmo como informes, nas reuniões do Conselho, convém organizar situações em que todos os participantes possam acompanhar, analisar, avaliar e refletir sobre o andamento do quadro de ações.

Para tanto, recomenda-se convocar uma reunião ordinária ou extraordinária do Conselho, na qual:

- O quadro de ações é novamente exposto em sua totalidade;
- Apresenta-se o percurso e o raciocínio segundo o qual o problema priorizado nos encontros iniciais da Formação Socioambiental é estrategicamente enfrentado em suas causas críticas, visando reduzir seus efeitos;
- Cada grupo ou câmara apresenta suas respectivas ações, podendo utilizar-se de instrumento semelhante ao “quadro de monitoramento e avaliação” disposto na figura:



É preciso ressaltar que a ação é tida como um conjunto de estratégias, ações mais práticas ou atividades. Isso significa que a ação não muda no curto prazo, mas sim as estratégias, caso estas não deem os resultados almejados. Relembrar a lógica utilizada no percurso da FS (de questionar o porquê de não alcançar os resultados esperados) pode auxiliar este momento de definição de novos rumos, trazendo de volta o que se espera atingir com a ação elencada, bem como qual a causa e efeitos que esta busca enfrentar.

Situação desejada:

Ação (o que)	Agente (a quem)	Estratégias	Resultados/ alternativas
Ação 1	AgSoc A		
Ação 2	AgSoc C		
Ação 3	AgSoc A+C		
Ação n			

No quadro, destacam-se as estratégias de execução de cada ação (as atividades mais práticas), os resultados alcançados (ou não) e as **alternativas para a mesma ação**, nos casos em que houve algum impedimento em realizá-la.

Esta reunião deve acontecer periodicamente para que o processo seja contínuo; e caso sejam necessários redirecionamentos, estes possam ser realizados de forma a considerar a contribuição de todos, não impedindo a execução do trabalho e o alcance das metas propostas.

Exemplo de quadro para registro do acompanhamento das ações projetadas nos encontros anteriores.



Com o quadro de monitoramento em mãos, cada grupo ou câmara pode, utilizando de determinado período da reunião do Conselho, organizar uma forma de preenchê-lo.

No caso de não haver resultados obtidos com a execução das estratégias de determinada ação, recomenda-se que, além do preenchimento de alternativas no quadro, pelo grupo ou câmara, durante a apresentação seja feito um debate entre os presentes (demais grupos e câmaras e outros participantes) sobre as alternativas para retomar a ação em questão.

Todo o processo de análise dos resultados obtidos com o trabalho, assim como de correção de rumos e rotas para o alcance das metas estabelecidas, pode ser compreendido como um amadurecimento do Conselho na perspectiva de sua auto-gestão. Amplia-se aqui a **potência de ação** do Conselho, assim como suas responsabilidades para execução dos compromissos assumidos e, especialmente, para sua contribuição para a gestão da unidade de conservação.



A partir de Santos (2002), em estudo sobre a formação de educadores ambientais e potência de ação, demonstra-se que o conceito se apoia na obra do filósofo holandês Baruch Espinosa. Trata-se, de forma bastante sintética para caber neste espaço do Guia, do fortalecimento da capacidade de agir conscientemente e interferir na realidade apreendida consciente e criticamente. Esta intervenção se dá a partir do encontro proporcionado pela ampliação do repertório dos sujeitos (em nosso caso, aqueles que tomam o Conselho como um espaço de atuação política e intervenção na gestão ambiental pública da UC e seu território de influência). Repertório aqui compreendido tanto em se tratando do conhecimento, em sua dimensão mais racional, conceitual e teoricamente fundamentado e as experiências vividas e resignificadas.

Para compreender melhor o conceito e sua relação com a educação ambiental, refletindo sobre a atuação de Conselhos, recomendamos acessar o referido trabalho, indicado em nossas referências bibliográficas sobre Educação Ambiental.



- As ações planejadas estão sendo realizadas?
- Os resultados esperados com cada ação estão sendo alcançados? Se sim, quais são estes resultados? Se não, é necessário definir estratégias alternativas para sua efetivação?
- Novas ações foram realizadas? Por quê? Quais os resultados?
- Percebeu-se que algumas ações não deveriam ser realizadas? Por quê?
- Qual a periodicidade para retomada do quadro de Ações?
- Quais as causas que dificultam alcançar os resultados elencados?

É fundamental se compreender que a FS é um percurso relativamente curto, considerando-se o período de gestão do Conselho, de dois anos. Para não se tornar uma experiência pontual, que consome algumas reuniões do Conselho para desenvolver o método proposto, torna-se necessário, a partir deste momento de avaliação, atentar à manutenção da dinâmica proposta pela FS, ou seja, reuniões pautadas pela atuação dos participantes em relação à problemática socioambiental mais bem compreendida com as reflexões, debates e mapeamentos feitos. Não há como acreditar que a FS dê conta sozinha de alterar a dinâmica do Conselho (de posturas mais passivas para outras, mais ativas e participativas na gestão ambiental do território de influência da UC). A FS aponta e inicia a construção de caminhos, mas a caminhada é do próprio Conselho e seus participantes.



- Algumas questões podem auxiliar nessa avaliação permanente sobre a dinâmica do Conselho:
- Nas reuniões do Conselho, são percebidas mudanças, no que diz respeito à organização do ambiente de reunião (mais pessoas, inclusive “de fora”, participantes frente a frente ou lado a lado, não atrás um do outro)?
- Há maior envolvimento dos participantes nas discussões e encaminhamentos feitos a cada reunião?
- Os Grupos de Trabalho e/ou Câmaras Técnicas ou Temáticas têm exposto com relativa frequência os resultados de seus trabalhos, sendo estes discutidos pelos participantes presentes às reuniões do Conselho?
- Quando surgem demandas fora do planejado no âmbito da FS, a lógica de abordagem é (quando pertinente) a de levantar a problemática, definir as prioridades, apontar as principais causas e consequências e, a partir disso, definir a postura e atuação do Conselho?



Parte III



Algumas considerações e resultados da
Formação Socioambiental

Compartilhando a percepção de Gestores
sobre a Formação Socioambiental



Algumas considerações e resultados da Formação Socioambiental



Exponemos aqui algumas observações registradas com base nos dados e informações colhidos e organizados pelo Grupo de Trabalho da Formação Socioambiental. Estas têm sua origem no projeto de pesquisa¹ desenvolvido e registrado na Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal (COTEC-IF) e em seu respectivo relatório.

Tanto a pesquisa, como o relatório, tiveram a motivação de produzir conhecimento e compartilhá-lo com diferentes públicos. Muitas destas contribuições estão neste Guia Prático. Os apontamentos feitos aqui, embora sucintos, servem para dimensionar o potencial observado com a Formação Socioambiental.

Uma das principais reflexões que têm sido produzidas com base em toda a experiência acumulada e conhecimento produzido até aqui, diz respeito às ideias de fiscalização como uma das estratégias ou instrumentos de gestão ambiental pública que, sozinha, pouco responde ao imenso desafio de buscar formas sustentáveis de convivência entre as pessoas e destas com os bens ambientais.

Em princípio, a fiscalização torna-se, a partir da Formação Socioambiental, um contexto constituído de “problemas ambientais”. Estes problemas apresentam-se como manifestações, aparências de questões sociais, econômicas, culturais, históricas, principalmente quando os participantes se envolvem com o exercício de descrever o problema de fiscalização, observando suas causas e consequências. Ou seja, são representações de algo, mas não sua essência (COSTA e LOUREIRO, 2015). Este movimento demanda maior compreensão sobre as raízes do problema, assim como para seu enfrentamento a partir de outros instrumentos de gestão ambiental, além do comando e controle característicos, até então, da fiscalização ambiental. Tal percurso gera, no Conselho, motivação consciente para vislumbrar as políticas setoriais necessárias para enfrentar o que causa o problema de fiscalização na UC, bem como para planejar sua atuação no sentido de intervir em tais políticas, seja em sua idealização, articulação, integração e/ou acompanhamento.

Com isso, há uma ampliação do conceito de prevenção no próprio campo da fiscalização ambiental: se antes compreendia-se a “patrulha”, a “vigilância” e o “mo-

¹ Os dados e informações encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.ambiente.sp.gov.br/formacao-socioambiental/>.

nitoramento” como instrumentos preventivos, amplia-se a compreensão para as causas do problema. Ou seja, um problema pode ser evitado porque suas causas (sobretudo sociais, econômicas e culturais) são dirimidas, e não apenas porque se aumentou a vigilância.

Outra observação marcante se relaciona com a reflexão e o debate entre os participantes sobre o papel dos Conselhos. Isso ocorre tanto em função das considerações feitas, ao longo da Formação Socioambiental, sobre a ideia de Conselho como espaço de aproximação entre a sociedade e a gestão pública, uma conquista de nossa sociedade na direção de aprofundamento da democracia; como também a partir da própria experimentação dos presentes ao encontro de possibilidades de atuação mais efetiva de diferentes agentes sociais, em um fórum sobre gestão ambiental do território de influência da UC. O espaço do Conselho passa a assumir papéis de mediador, articulador, mobilizador, organizador, entre outros, que retomam a ideia de participação social como vinculada a um “projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta [1980] ao redor da expansão da cidadania e aprofundamento da democracia” (DAGNINO, 2004, p. 95). Ou, ainda, inspirando-nos na mesma autora, um espaço de busca por participação na idealização, construção e controle social de políticas públicas.

Com o desenvolvimento do método proposto pela Formação Socioambiental, é possível registrar a extensão do olhar dos participantes ao território de influência da UC. Isso quer dizer que, além de compreenderem-se como participantes da gestão da unidade, os envolvidos com o espaço do Conselho passam a apropriar-se da ideia segundo a qual a gestão da UC ocorre, também, “de fora para dentro”, ou seja, a partir do momento em que se identificam causas dos problemas de fiscalização e que estas, muitas vezes, encontram-se fora dos limites da unidade, inicia-se um deslocamento de compreensão sobre a gestão da mesma. Para além das decisões direcionadas à gestão estrita da unidade – para as quais o Conselho é consultivo pela legislação – abre-se todo um campo de atuação do Conselho: o território de influência da UC. Assim, complementarmente às observações sobre os papéis do Conselho, registra-se que este pode assumir a missão de observar criticamente e intervir conscientemente na gestão ambiental em diferentes setores (habitacional, educacional, cultural, de desenvolvimento) e esferas administrativas (municipal, estadual e federal).

Há uma aprendizagem mais “instrumental” com o compartilhamento de técnicas e procedimentos que promovem a participação de todos de forma equilibrada, organizando as pessoas, as ideias, as compreensões e opiniões, mas, também produzindo encaminhamentos e ações.

Essas reflexões, debates e aprendizados culminam em agendas dos Conselhos. Tais agendas articulam diferentes agentes sociais atuantes do território de influência da UC e direcionam-se a enfrentar as causas, consideradas críticas, do problema de fiscalização em foco. Este movimento proporciona um processo formativo e de gestão ambiental. Formativo porque torna o Conselho – e nele o encontro de diferentes perspectivas – um espaço de ensino-aprendizagem entre os participantes. De gestão ambiental porque enfrenta problemas concretos de fiscalização, mas estrategicamente observando o que os causa estruturalmente.



Outra contribuição à reflexão sobre Conselhos ocorre em relação à sua composição. Haveria representatividade na composição atual? Esta pergunta ocorre após os participantes da Formação Socioambiental mapearem os agentes sociais atuantes no território de influência da UC e que guardam alguma relação com a problemática trabalhada nos encontros.

No que diz respeito à busca dos objetivos de criação da UC, torna-se evidente, após o momento de “análise situacional”, que ao considerar os interesses e objetivos de grupos com menos recursos econômicos e políticos que vivem próximos à UC é um enorme passo na direção de alcançar as intenções de conservação da biodiversidade que a área protegida representa.

Uma última consideração se remete à possibilidade, sempre presente, de adequações no uso dos procedimentos e técnicas dispostos ao longo deste Guia Prático. É muito importante compreender que o método da FS é mais importante do que as técnicas e procedimentos sugeridos para uso a cada momento do percurso proposto pela FS.

Como método temos o “movimento”, o raciocínio a ser desenvolvido: refletir e debater sobre a problemática socioambiental que envolve a gestão da UC, a priorização e pactuação no coletivo sobre um problema específico; a explicação deste problema que une o coletivo a partir de suas causas e consequências; o reconhecimento dos agentes sociais que podem ser articulados pelo Conselho para se construírem modos de enfrentamento do problema priorizado mirando estrategicamente suas causas mais críticas.

Para desenvolver esse “movimento” de reflexão e de ação, também conhecido como práxis e tomado aqui como método, há um conjunto de técnicas e de procedimentos que devem ser enquadrados como auxílio, como apoio, como ajuda em cada um dos momentos.

Ao compreendermos isso, nos permitimos realizar adequações nas técnicas e procedimentos, preservando o método como um todo. Ou seja, recomenda-se fidelidade ao *movimento* que promove a reflexão coletiva em perspectiva crítica (vale repetir: porque busca as raízes sociais, econômicas, culturais e históricas do problema), assim como possibilita a construção consciente de modos de intervenção na realidade apreendida e questionada, visando transformações a partir de um espaço de participação social na gestão ambiental pública. Já, as técnicas são como táticas que podem e devem ser adequadas, dependendo da realidade vivida por cada situação e grupos envolvidos.

A partir dessa compreensão, observa-se que o método da FS pode ser útil para outros espaços de participação social na gestão pública, seja no campo ambiental ou outros que respondem pela construção de políticas públicas e nos quais se deseja ampliar e fortalecer a atuação de diferentes agentes sociais. No caso da gestão ambiental pública, observamos os Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de Meio Ambiente, Comissões de Educação Ambiental, como possibilidades. Nestes espaços, incluindo-se os Conselhos de UC, a temática da fiscalização é apenas uma dentre várias outras. Ou seja, a experiência demonstrada neste Guia Prático recorre à problemática de fiscalização ambiental em UC por se tratar de uma das origens de todo o trabalho, sendo um “recorte” temático que, por si, fornece uma gama de questões

e problemas que mobilizam os participantes a se debruçarem sobre uma série de conhecimentos, reflexões, diálogos e debates, visando a construção de agendas que preveem posturas ativas.

Assim como o “campo” da fiscalização, no caso das UC, outros temas podem ser geradores de processos semelhantes, como o uso público, a interação socioambiental da UC com o entorno, a comunicação da UC e do Conselho com a sociedade, a proteção – em sentido ampliado – etc., entre outros temas afetos, muitas vezes, aos próprios Planos de Manejo.

Por fim, recorremos, mais uma vez, ao poeta Thiago de Mello, que nos oferece novamente versos inspiradores de sentimentos despertados em trabalhos como esse. Desta vez trata-se de apenas um trecho, colhido do poema “A Vida verdadeira” (MELLO, 1984).

Por isso é que agora vou assim
no meu caminho. Publicamente andando.
Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo é o jeito de caminhar.
Aprendi
(o que o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém a mim e aos que vão comigo.
Pois já não vou mais sozinho.

Depoimentos

Compartilhando a percepção de Gestores sobre a Formação Socioambiental



Este item do Guia Prático se destina a compartilhar com o leitor algumas percepções dos gestores que participam da Formação Socioambiental, desde 2013, sobre o desenvolvimento da proposta, bem como as contribuições do trabalho sob as perspectivas da atuação do Conselho, da gestão da UC e da fiscalização ambiental, destacadas nos trechos apresentados.

Polo 1

Parque Estadual Itaberaba

Gestora (2013-atual) – Ana Lúcia Arromba

A Formação Socioambiental possibilitou maior **envolvimento do Conselho Consultivo com as questões e demandas mais importantes para a gestão e fiscalização da unidade de conservação**, bem como favoreceu a aproximação entre Gestor/Conselho e o alinhamento nos procedimentos de trabalho. Embora o Parque Estadual de Itaberaba ainda não possua um Conselho Consultivo instituído, a experiência foi muito positiva no sentido de preparar e estabelecer futura rotina de trabalho com maior participação dos órgãos envolvidos, tanto civil, quanto governamental e a corresponsabilidade na conservação ambiental.

A partir do Programa de Formação Socioambiental, **vem ocorrendo um maior envolvimento dos municípios e demais parceiros**, nas questões ligadas à proteção, com participação ativa das Secretarias Municipais de Meio Ambiente em atividades de fiscalizações conjuntas e colaboração nos procedimentos de controle do território a ser protegido.

Espera-se que o Programa de Formação Socioambiental continue capacitando e monitorando os Conselhos Consultivos, **possibilitando o fortalecimento e a valorização desses Conselhos no âmbito da gestão da UC e seu entorno.**

Apreendeu-se a estabelecer competências e priorizar ações com a atuação de cada órgão participante.

Polo 4

Parque Estadual Aguapeí

Gestor (2013) – Nelson Antonio Gallo

Independente das contribuições para a proteção das UC, proporcionadas pela FS, o processo trouxe uma **grande contribuição à formação dos Conselheiros** e, principalmente, uma maior **valorização e consciência em relação ao seu papel** na interlocução entre a sociedade e a UC.

Os Conselheiros sentiram-se valorizados, com a mobilização de representantes das instituições públicas, que se deslocaram várias vezes da capital ao extremo oeste, com o propósito único de **ouvi-los e envolvê-los no processo de gestão dos parques**, intensificando o sentimento de pertencimento desses atores em relação às UCs e **aumentando significativamente o espírito participativo do grupo**.

Parque Estadual Rio do Peixe

Gestor (2013-atual) – Jeferson Bolzan

O trabalho envolvendo o conselho dos parques foi muito bem desenvolvido pela equipe da CFA de São Paulo. Todos os conselheiros faziam questão de **participar e auxiliar o máximo possível sobre os problemas e questões socioambientais que impactam direta e indiretamente as UCs da região**. Sendo assim, os conselheiros puderam observar a **importância deles no contexto da gestão de uma UC**. Acredito que todos aprenderam muito, todos se manifestaram levantando questões e ajudando a executá-las.

As principais pressões do Parque Estadual Aguapeí e Parque Estadual Rio do Peixe são a caça e a pesca; desta forma, decidimos montar dois grupos de trabalho, um para educação ambiental e outro para identificação visual (placas) dos parques. Assim, acreditamos que com toda a comunidade recebendo informações sobre a UC e placas orientadoras sobre as UC, estas pressões serão minimizadas; e, também, contando com as operações de repressão da UC e da Polícia Militar Ambiental.

O trabalho de Educação Ambiental vem sendo desenvolvido numa Faculdade de Dracena, com o apoio do conselho gestor e da própria faculdade, levando conhecimento às crianças das escolas que nos visitam. Logo, a gente pensa em levar para bairros rurais, colônias, distritos etc.

O trabalho sobre as placas está em andamento para a elaboração de um modelo de placa. Logo em seguida, membros do conselho e o gestor irão tentar patrocínio das Prefeituras, Usinas e outros que fazem divisa com os parques, para que desta forma, identifiquemos ainda mais os limites da UC, **ajudando, assim, na fiscalização**.

Todos aprenderam algo novo, o conselho se sentiu ainda mais valorizado. **Este trabalho enalteceu muito a participação de um conselho frente a uma UC**.

Polo 6

Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba

Gestor (2013-atual) – Miguel Nema Neto

Através da Formação Socioambiental, pudemos identificar que o envolvimento de alguns conselheiros no processo foi fundamental para o atendimento das ações propostas. Ao longo das oficinas realizadas, **consequimos compreender os desafios que a fiscalização das unidades de conservação por meio da educação ambiental nos apresenta**, tanto institucional, quanto civilmente.

A **aplicação das ações se demonstrou efetiva** quando trabalhamos a formação de “agentes ambientais”, tendo como foco os funcionários dos empreendimentos que estão em curso, como a Duplicação do Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios e a Substituição das Torres de Transmissão de Energia. Ao realizarmos atividades de educação ambiental e a ambientação nas trilhas da UC, conscientizando-os e preparando-os para “fiscalizar” suas próprias atitudes e também outras irregularidades constatadas, eventualmente, pelos mesmos. Alcançamos diversos resultados positivos em conjunto à Polícia Militar Ambiental.

A escolha da observação de aves como um tema central para aproximar e formar os alunos das escolas do entorno, tendo como capacitadores os próprios conselheiros, demonstrou que a ferramenta tem grande eficácia, pois a interatividade em meio à Mata Atlântica é garantida quando se trabalha diretamente com esse grupo faunístico abundante e diverso.

A expectativa para a continuidade é grande, pois **estamos cumprindo boa parte das ações propostas com firmeza e qualidade**. Esperamos que ao renovarmos o conselho nesse próximo biênio, outros atores possam contribuir com o melhor de cada um, para alcançarmos maiores resultados.

Polo 8

Parque Estadual Lagamar de Cananeia

Gestor (2013-atual) – Mario José Nunes de Souza

Houve maior **integração dos conselheiros na gestão da UC**. O trabalho contribuiu para a fiscalização a partir da **definição dos principais problemas em conjunto** com os conselheiros. Serviu, também, como facilitador para o trabalho com o Conselho, abrindo espaço para o gestor e apresentando uma nova metodologia a ser utilizada para atingir bons resultados. Além disso, contribuiu para uma capacitação rápida com efetividade dos conselheiros. **Houve aumento na participação dos conselheiros** das comunidades no Conselho da UC.

Polo 10

Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul

Gestor (2014-atual) – Letícia Quito

Participar da Formação Socioambiental (FS) tem sido uma experiência enriquecedora para a APA Marinha do Litoral Sul. Até o momento, foram realizados três encontros com o Conselho Gestor e ainda teremos pelo menos mais um para o fechamento dos trabalhos. Particularmente, nesta UC, o problema priorizado pelo Conselho foi a "Desinformação e falta de articulação interinstitucional, fragilizando a comunicação social".

*Os encontros proporcionaram uma **aproximação do Conselho à gestão da UC no que tange a temática da fiscalização ambiental**, uma vez que a FS reforça a importância do Conselho como parte ativa na resolução dos problemas apontados. Este ponto é muito importante, uma vez que os usuários da Unidade tendem a indicar os problemas, muitas vezes sem trazer propostas de como resolvê-los, ou sem se sentir parte deles ou da sua solução. Ao mesmo tempo, **para a gestão da Unidade, é muito interessante discutir os diferentes pontos de vista e perceber, que nem sempre aquilo que julgamos ser o principal problema da fiscalização é entendido da mesma forma pelos participantes.***

*Além disso, os encontros também possibilitam **momentos de reflexão e de diálogo sobre uma questão de grande interesse de todos**, mas que, muitas vezes, durante as reuniões ordinárias do Conselho, não podem ser discutidas de maneira aprofundada e cuidadosa, como ocorre na FS. Esses momentos têm se mostrado bastante produtivos e os conselheiros demonstraram grande interesse pelo trabalho, o que foi percebido pela **ampla participação** nas oficinas realizadas até então.*

*Acredito que, ao final dos encontros da FS, **tanto o Conselho Gestor, como a equipe da UC se sentirão responsáveis por contribuir direta ou indiretamente na resolução do problema**, tendo mais clareza sobre suas causas, sintomas e efeitos, além de conseguirem reconhecer e compreender melhor a complexidade envolvida na fiscalização. Esse reconhecimento acerca das responsabilidades dos diferentes atores sociais relacionados à questão e à compreensão de que todos podemos contribuir com ela, traz um **empoderamento essencial para que haja uma mudança de uma postura passiva para ativa**, no sentido de buscar soluções e respostas de forma conjunta.*

*Espero que a FS nos auxilie a traçar estratégias de atuação conjunta sobre o problema e, a partir daí, possamos desenvolver ações que contribuam para melhorar a comunicação social e a articulação com demais atores, o que se **refletirá numa melhor fiscalização do território da UC.***

*O processo vivenciado está se mostrando uma importante ferramenta de trabalho e de **aproximação com o Conselho**, podendo, posteriormente, ser replicado para tratar de outros problemas e assuntos de interesse da gestão.*

Cara leitora e caro leitor, esperamos que o trabalho apresentado ao longo deste Guia e os aprendizados constantes construídos por todos os envolvidos com sua concepção, organização, execução e avaliação, tenham inspirado você à idealização de propostas que possam contribuir para o fortalecimento de processos de participação junto aos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, assim como para lidar com a complexa e tão diversa problemática ambiental, que influencia a proteção destas áreas e de seus territórios.

Acreditamos que as possibilidades aqui apresentadas referendam um caminho possível para o alcance de nossas utopias de contribuição à gestão pública do meio ambiente, valorizando os espaços de caráter democrático e participativo, como devem ser os Conselhos Gestores.



Referências e Materiais para Consulta



Áreas Protegidas e Unidades de Conservação

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidade de Conservação no Brasil: intenções e resultados. In: RAMOS, Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo (orgs.). **Unidades de Conservação no Brasil**: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Instituto Socioambiental, 1996. (Documentos do ISA, 1)

_____. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

GONÇALVES, Nayra de Moraes; HOEFFEL, João Luiz de Moraes. Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos em torno do Parque Estadual de Itapetinga – SP. **VITAS**, Niterói, n. 3, não paginada, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistavitas/index.php/numeros-antigos>>. Acesso em: mar. 2013.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, n.2, p. 89 - 96, 2006.

MOREIRA, André de Castro C. **Reserva Extrativista do Bairro Mandira**: a viabilidade de uma incerteza. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

RODRIGUES, Elaine Aparecida; VICTOR, Rodrigo Antonio Braga Moraes; PIRES, Bely Clemente Camacho. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo como marco para a gestão integrada da cidade, seus serviços ambientais e o bem-estar humano. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.2, p.71-89, abr./jun. 2006.

RUNTE, Alfred. **National Parks**: The American Experience. Lincoln, EUA: Universidade de Nebraska, 1979.

SÃO PAULO (Estado). **Unidades de Conservação da Natureza**. Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo: SMA, 2009.

SCHERL, Lea M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.

SIMÕES, Eliane; FERREIRA, Lúcia da Costa; JOLY, Carlos Alfredo. O dilema de populações humanas em parque: gestão integrada entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, v.2, n.1, p.17-32, 2011.

SIMÕES, Luciana Lopes (coord.). **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo: WWF-Brasil, 2008.

Conselhos

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margareth E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e 'relações fecundas' nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan./abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa do SNUC**. Brasília: MMA, 2004. (Áreas Protegidas do Brasil, 2)

CASTRO, Isabel; MOURA, Maria Alice Salles. **Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação no Programa ARPA**. Brasília: MMA, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrópole**, n. 7, p. 9-31, 1º sem. 2002.

_____. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93842101>>. Acesso em: fev. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda (orgs.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, IBAMA, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. **Educação ambiental e conselho em unidade de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto Terra Azul, Parque Nacional da Tijuca, 2007.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba, Imaflora, SP; Belém, Imazon, PA, 2009.

STEINMETZ, Sandra et al. **Capacitação dos oito Conselhos Consultivos do Parque Estadual da Serra do Mar**. Relatório Final. São Paulo: Ambiental Consulting; Fundação Florestal, 2010.

Educação Ambiental

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CAMARGO, Thiago D'Agosta; TONSO, Sandro; PAIXÃO FILHO, Jorge Luiz. Ecologismo Popular e educação ambiental Crítica: reflexões sobre Educação, Ambiente e Sociedade. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO SOBRE DESAROLLO Y AMBIENTE, 5., 2011, Santa Fe. **Anais...** Santa Fe, Argentina: Facultad de Ingeniería y Ciencias Hídricas de la Universidad Nacional del Litoral, 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/pagina/Ponencias%20y%20Posters/>>. Acesso em: mar. 2014.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Bernardo F. Contribuições da Pedagogia Crítica para a Pesquisa em Educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. **Revbea**, São Paulo, v. 10, n. 1: 180-200, 2015. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/viewFile/4531/2982>>. Acesso em: out. 2015.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Bernardo Frederico. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação. In: LOUREIRO, Carlos Bernardo Frederico. (org.). **Gestão pública do ambiente e educação ambiental**: caminhos e interfaces. São Paulo, RiMA Editora, 2012.

GONZÁLEZ GAUDIANO, Edgar. Otra lectura a la historia de la educación ambiental em América Latina y el Caribe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 141-158, jan./jun. 2001.

GUIMARÃES, Mauro. Intervenção Educacional. In: FERRARO JR. Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005. p. 189-200.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental**: no consenso um embate? 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: IBAMA, 1996. (Meio Ambiente, 9)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental** / Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A resolução de problemas deve ser um tema gerador ou uma atividade-fim? In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 131-148.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

_____. A crise ambiental e suas implicações para a educação. In: QUINTAS, José Silva (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: IBAMA, 2002. p. 161-198.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.23, n.52, p.105-129, jan./abr. 2014.

MATTOS, Luiza Maria Abreu de. **A avaliação de ações de educação ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

QUINTAS, José Silva; GUALDA, Maria José. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA. 1995.

QUINTAS, José Silva (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: IBAMA, 2002.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, MMA, 2004. p. 113-140.

SAISSE, Maryane Vieira. **Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa**. 2011. 317f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SAITO, Carlos Hiroo et al. Conflitos socioambientais, educação ambiental e participação social na gestão ambiental. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, v.2, n.1, p.121-138, jan./jun. 2011.

SANTOS, Cláudia Coelho. **Formação de educadores ambientais e potência de ação:** um estudo de caso. 2002. 174f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais, com opção em Conservação de Ecossistemas Florestais). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

Ensino-Aprendizagem

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Gestão Ambiental

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, jan. 2010.

GOMES, Patrício Melo. Gestão ambiental na esfera do Estado e do Mercado: quem regula o quê e por quê. In: QUINTAS, José Silva. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** 2. ed. rev. ampl. Brasília: IBAMA, 2002. p. 131-142.

JUNQUEIRA, Ana Thereza Machado. Política Municipal de Meio Ambiente. In: SERPA, Paulo (org.). **Gestão Ambiental Municipal:** módulo básico. Programa de capacitação de gestores ambientais no estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM, 2007. p. 27-112.

MARTINEZ ALIER, Joan. El ecologismo de lós pobres. **Revista WANI**, Manágua, Nicaragua, n.125, p.2-50, abr. 1992.

_____. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

_____. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração Tradução de Márcio Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATUS, Carlos. **MAPP Método Altadir de Planificación Popular**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. rev. Brasília: IBAMA, 2006.

_____. Educação na Gestão Ambiental Pública. In: FERRARO JR., Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. v.2, p. 131-142.

_____. Gestão Ambiental Pública. In: BOZELLI, Reinaldo Luiz; SANTOS, Laísa Maria Freire; LOPES, Alexandre Ferreira; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (orgs.). **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Macaé, RJ: NUPPEN/UFRJ, 2010. p. 61-86.

Participação

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula. (orgs.). **A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil**. Brasília, IEB, 2014.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2001.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMO, Pedro . **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA/ IEB, 2006.

KLAUSMEYER, Alfons; RAMALHO, Luiz (orgs.). **Introdução a metodologias participativas**, um guia prático. Recife: SACTES-DED, 1985.

MORONI, José Antônio. Agendas para a participação. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira (orgs.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. p. 45-76.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (orgs.). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (orgs.). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. p.13-44.

Diferentes perspectivas sobre natureza, UC e meio ambiente

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais**: as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. 110 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000.

FERREIRA, Carla Fernanda Bernardino et al. Análise das representações sociais sobre meio ambiente de técnicos e professores das secretarias de Educação e Meio Ambiente de municípios da Bacia de Campos/RJ. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências, 6., 2007, Florianópolis, **Anais...** 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/autores0.html>>. Acesso em: mar. 2013.

MORAES, Edmundo Carlos de; LIMA JR., Enio; SCHABERLE, Fábio Antonio. Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 83-96, jan. 2000.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Territórios

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Unb, 2002. (Antropologia, 322)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (Coords.) **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256.

Legislações e Documentos

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Decreto Federal n.º 5.758, de 13 de abril de 2006**, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: out 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília, DF: MMA, 2000. (Biodiversidade, 1)

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual n.º 9.509, de 20 de março de 1997**. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9509-20.03.1997.html>>. Acesso em: out 2015.

_____. **Lei Estadual n.º 12.780**, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>>. Acesso em: out 2015.

_____. **Decreto Estadual n.º 49.672, de 6 de junho de 2005**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49672-06.06.2005.html>>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Decreto Estadual n.º 57.933, de 2 de abril de 2012**, que reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57933-02.04.2012.html>>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Decreto Estadual n.º 60.302, de 27 de março de 2014**, que Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60302-27.03.2014.html>>. Acesso em: out. 2015.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

UNESCO. **Declaração de Tbilisi**. UNESCO, PNUMA, 1977. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

UNESCO. **Taller Subregional de Educación Ambiental**. Chosica, 1976.

Avaliação e Pesquisa

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa: ensaio introdutório**. IPEA/IPLAN, 1985, 23pp. (mimeo).

_____. Qualidade da Educação: tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.2, p. 11-25, jul./dez. 1990.

_____. Teoria e prática da avaliação qualitativa. **Perspectivas**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 7, p. 106-115, jan./jul. 2005.

_____. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação** – I. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ MEC, 2012. (Textos para Discussão, 36)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Luzia de Fátima. **Programa de avaliação do sistema educacional do Estado do Paraná – AVA – 1995/2002: uma avaliação a serviço da formação humana, ou de favorecimento ao mercado econômico?** 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v.33, supl.1, p.83-91, 2009.

SAUL, Ana Maria Avela. A Avaliação educacional. **Idéias**, São Paulo, n.22, p.61-68, 1994.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.777-796, 2009.

WORTHEN, Blaine R., SANDERS, James R. e FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

Outros Materiais

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.

MAGRITTE, Rene. **The human condition**. 1933. 1 original de arte, óleo sobre tela, 100 cm x 81 cm. Cleveland Museum of Art.

_____. Clairvoyance (Self Portrait). 1936. 1 original de arte, óleo sobre tela, 50 cm x 70 cm. Coleção particular.

MELLO, Thiago de. **Mormaço na Floresta**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Os Estatutos do Homem**. Pablo Neruda (Trad.). São Paulo, Vergara e Riba, 2002.

_____. **Vento Geral**: poesia, 1951-1981. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

PESSOA, Fernando. **Poesia completa de Alberto Caeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PINHEIRO, Simone Zied. O sujeito interpretador da realidade: uma leitura de La clairvoyance (autoportrait), de René Magritte. **Revista Itinerários**, Araraquara, n.15/16, p.53-68, 2000.

Agradecimentos



Nossos sinceros agradecimentos a todos os que tornaram possível a realização do trabalho até este momento: os gestores e os conselheiros das UC envolvidas, os demais participantes que, convidados, por não terem assento nos Conselhos, se dispuseram a dedicar seu tempo à construção coletiva, tanto de uma compreensão crítica sobre a problemática socioambiental que envolve as UC, como, também, de formas de intervir nas diferentes realidades apreendidas.

Agradecemos, também, às instituições que deram o suporte necessário à evolução dos trabalhos e que, de diferentes maneiras, têm considerado as contribuições e aprendizados que a Formação Socioambiental pretendeu trazer ao Sistema Ambiental Paulista, especialmente no que tange à fiscalização ambiental, à educação ambiental e à gestão de unidades de conservação.

Por fim, agradecemos, ainda, a todos os envolvidos na efetiva realização da Formação Socioambiental, pelo empenho, dedicação e pelo compartilhamento constante de reflexões e sugestões, que fizeram com que o trabalho fosse aprimorado, a cada dia, e com os quais esta vivência e seus aprendizados tornaram-se possíveis e concretos.

Conselhos e participantes da Formação Socioambiental

A seguir, são apresentados os polos, gestores, conselheiros e convidados que participaram ou estão participando da Formação Socioambiental nas unidades de conservação do Estado de São Paulo. Os nomes foram obtidos das listas de presença dos encontros realizados até o presente momento, embora em alguns polos o trabalho ainda esteja sendo desenvolvido e novos participantes poderão ser agregados aos grupos. Pedimos desculpas caso alguma omissão tenha ocorrido neste processo.

A todos os participantes da FS deixamos aqui registrado nosso agradecimento especial, por sua confiança, pelos conhecimentos construídos e compartilhados neste caminhar e pelo comprometimento para qualificar a gestão ambiental pública.

Polo 1*

Parque Estadual de Itapetinga

Gestor (2013) – Francisco de Assis Honda

Parque Estadual de Itaberaba

Gestor (2013 – atual) – Ana Lúcia Arromba

Monumento Natural da Pedra Grande

Gestor (2013) – João Paulo Vilanni

Conselheiros e Convidados

Ana Caroline Freitas

Ana Maria Novelli

Analice Assunção de S. Naves

Anderson Pedroso Viana

André Leite Romero

André Luiz de Moraes Rizo

Andre Santiago

Antônio Carlos Nery Pinto

Beatriz Bolzani

Benedito Francisco de França

Bruno Fabrício Lopes Oliveira

Daniel Villar Florindo

Dário de Agostinho

Davi R. Nascimento

David Braga

Edson da Silva Macedo

Fabio da S. Laurindo

Fábio Delfino

Fábio Moreira da Costa

Fabício Paulinelli

Fernando Fonseca

Gisele Carrilho

Gislaine de Carvalho

Iara Maria Silva Estevão

Ítalo César Menolo

João Henrique dos Santos

Jonpeter Glaeser

Jorge M. Melo

José Augusto Bravo

José Eduardo Victorino

José Fernando Calistron Valle

José Vladimir Lemos
José Carlos P. R. da Silva
Jun Takaha
Leonel Nunes Oliveira
Liv da Costa Domingo
Ludvig Linlh
Maitê Souza Sandoval
Marcel Mori
Marcelo Alvim de Assis Gonçalves
Marcelo Guimarães Torres
Mario do Rego Pinheiro Jr.
Marcos Aurélio Venancio
Marta Chaim Pinto Portas
Mauro Severino Soares
Michael A. M. Fernando
Moisés Batista Apolinário
Paulo Rogério de Moraes
Pedro Petit Lobo
Pereira (PM)
Rafaelly Lionadi Rocha
Renata Souza Ronchi
Rodrigo de Almeida Franco
Rogério de Oliveira
Sandra Y. Igarasi Barbosa
Silvana Augusto
Solange Duarte
Tatiane Iais R. Pereira
Thaís Padilha
Vinícius de Oliveira
Vinícius Galourro de Zorzi
Walter César Ribeiro

Polo 2**

Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade

Gestor (2013) – Jessie Palma Baldoni
Gestor (2014) – Matheus Fernando Pereira

Conselheiros e Convidados

Arthur Cayetano Paulino
Daniela da Costa Matsuda
Ivy Panagassi
João Albono P.C. de Faria
Marta Luiza Ischerne
Solange Terezinha de Lima Guimarães

Polo 4*

Parque Estadual do Aguapeí

Gestor (2013) – Nelson Antonio Gallo

Parque Estadual Rio do Peixe

Gestor (2013 – atual) – Jeferson Bolzan

Parque Estadual Morro do Diabo

Gestor (2013) – Natália P. Henriques
Gestor (2014 – atual) – Eriqui Marqueti Inazaki

Conselheiros e Convidados

Aline Pereira Lima
Ana Carla Oliveira
Aparecido O. Soya
Arielen P. B. Casagrande Pozza
Celso Puttini
Djalma Weffort de Oliveira
Douglas Ap. de A. Ramos
Eliel Ferreira Mompean
Emerson Molinari
Enio Garbelini
Érico Vidal
Fabiano Augusto S. C. Teno
Flavia de P. Assis Campos
Flavia Fernandes Sobrinho
Gerson Caldato
Gilberto Ferrari
Guilherme Castanheiro
Jair Francisco Machado Filho
João Manoel Vicente
João Paulo Catalão
José Antônio Borguetti dos Santos
José Dimas Alessio
José Marcos Fernandes Martins
Juliano Paiao
Júlio Cesar Cacciari de Moura
Liliane C. Ferraz Xavier
Lincoln José Teixeira
Luiz Arthur Gagg
Luiz Fernando Pastana
Marco Antônio Baracat
Marcos Cavicchioli Nunes Alvarenga
Mario Alberto L. Fonceca
Mauri Ricardo Guariz
Miguel Corral jr.
Milton Selzedas
Osório Fernandes
Paulo Roberto Machado
Paulo Sérgio Martin

Priscila F. da Silva
Raphael E. Homma
Regis Ricci dos Santos
Roberto Hissao Arcikaki
Robson C. Nunes Dinardi
Rodolfo Veller Piloto
Sebastião M. e Silva
Sebastião Netto Carvalho
Thiago Soto Torres
Urbano dos Santos Ruiz
Wainer César Chiari
Yukishigue Okada
Zé Catarino

Polo 5**

Monumento Natural da Pedra do Baú

Parque Estadual de Campos do Jordão

Parque Estadual Mananciais de Campos do Jordão

Gestor (2013) – Fabiano Vanone

Conselheiros e Convidados

Bruno Toia
Consuelo Grossi
Fábio Benedito dos Santos
Fábio Okamoto Fagundes
Fernando Goulart
Gabriele Sant'Anna
Ítalo Cesar Meivolo
José Antonio Ferrari
José Luiz de Carvalho
Juliana Porto Gonçalves
Júlio Correia
Lourenço J. Silva
Lucas Diego S. Santos
Luiz Carlos Rodrigues
Marcelo Jawakami
Marcia Azeredo
Márcio Felix Dionízio
Nicolas Augusto Milanes
Oscar Boronat
Rafaela de O. Souza
Silvio Takashi Hiruma
Sueli Aparecida Talaisys Bernabel
Valdir Martimiano Dias
Vitor Suzuki de Carvalho
Viviane Vilas Boas

Polo 6*

Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo

Caraguatatuba

Gestor (2013 – atual) – Miguel Nema Neto

Conselheiros e Convidados

Adrian Herzog
Amanda Maltez Fialho
Antonia Moraes
Antonio O. Santos
Bruna Gandufe Rodrigues
Caique Pacheco
Camila Medina
Camila Cyrene dos Santos
Carlos A. Rizzo
Carvalho
Cayo
Camila Cyrene dos Santos
Claudia Bruna
Cristiane Demarchi
Cristiane Palhuca
Dario Luiz dos Santos
Denise Formaggia
Diego Cardoso da Silva
Elke Nickol
Ezequiel dos Santos
Francisca Alves
Gabriele Sant'Ana
Gabriele Schumacher
Gilda Brasileira
Heloiza Folegatti
Heloiza H. do Prado
Inaê A. de Araújo
Isaura Monteiro
Júlia Helena Moraes
Karolina Dória
Lourencini
Lucas de Souza
Luciana Soares dos Santos
Ludmila Sadokoff
Luiza Chaves
Marcel Luiz dos Santos
Marcia Almeida dos Santos
Márcia Stasiak
Milena A. C. Mendes
Nélio A. Bueno Jr.
Paulo André
Priscila Barsotti

Rafael B. Bignotto
Ricardo P. da Silva
Rita Ribeiro
Roberto
Roberto de Oliveira
Roberto F. Mora
Robson Santos
Rodrigo
Taminia dos S. Garcia
Vandré Fossaluzza
Vanessa Puerta Veruli
Victoria Zanato
Vonyr C. Cintra

Polo 7*

Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itutinga-Pilões

Gestor (2013) – Luis Fernando Gomes da Cunha

Conselheiros e Convidados

Alex Cruz
Alex Santos
Álvaro Trigo Gouveia
Ana Luiza R. C. Serra
Ana Paula Galdino
André Cavaheiro
André Luiz Alebcar Costa
Antonio Roberto Hohmuth
Dene Guimarães
Elaine dos S. Rovati
Elaine Gama Nascimento
Eliane Cruz
Fábio Rogério Marques
Francisco Gomes da Costa
Francisco Perez
Hoffman
Irani Quirino da Silva
José Carlos Furquim
Karla Marques Souza
Luiz A. C. Diegues
Luís Cunha
Maria Dolores Santos
Maria José Gallo
Roque Bispo da Costa
Rutinéia dos Santos
Simoni
Vinícius Justo

Polo 8*

Parque Estadual Lagamar de Cananéia

Gestor (2013 – atual) – Mario José Nunes de Souza

Conselheiros e Convidados

Antônio Eduardo Sodrzeieski
Carlos França
Diana Graça
Edson Issao Sasamoto
Fábio Florencio Ribeiro
Helder S. Oliveira
Herbert Hans Schulz
João Nóbrega Jr.
João Thiago Melle
Lucas Bernardino Coelho
Marcio Barragana
Marco Aurélio dos Santos
Maria Hélia Farias
Moisés Leopoldo Coelho
Nelson O. Souza
Noêmia Garcia da Silva
Osmar Pontes
Reinaldo
Selma Scharmann
Sócrates G. Portela
Valtency Negrão da Silva

Polo 10***

Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul

Gestora (2014 – atual) – Letícia Quito

Conselheiros e Convidados

Alineide L. L. Pereira
Ana Paula de Souza Maistro
Antonio Carlos Fenandes
Bruno Zilberman
Carlos Roberto de Souza Junior
Daiana Proença Bezerra
Daniela Ferro de Godoy
David Vitor de Paula
Diana Cristina César da Graça
Fernanda Ribeiro de Franco
Genesio Barreto
Gisele Alves Villar
Gustavo Queiroz Lima de Vita
Isadora Le Senechal Parada
Isaias Roberto Baptista

Ismael Coelho
João Thiago Wohnrath Mele
Jocemar T. Mendonça
Lair Domingues Gonçalves
Lincoln Alves Guimarães
Manoel Fernando de O. Lisboa
Manoel Messias dos Santos
Márcio Barragna Fernandes
Márcio José Lúcio
Marcos Antonio Mendes
Marcos Bühner Campolim
Maria Amélia Botelho
Maria Helia Faria
Marta Organo Negrão
Mayca Jankowsky
Miguel Fluminaa Filho
Nathalia B. Peralta
Nelson Oliveira de Souza
Pedro Augusto T. Silva
Rafael Ribeiro
Renata Balsamo Dias
Ricardo Floriano dos Santos
Rosane Costa S. Maciel
Samuel Balanin
Suelen Caroline Silva
Wagner Robinson Klimke

Polo 11***

Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itariru

Gestor (2015) – Joaquim do Marco Neto

Conselheiros e Convidados

Adilson J. C. Oliveira
Adriana Raimundo
Alexandre I. Aquilera Ramos
Angélica Collella Ramos
Cícero Oliveira
Cléris Damasceno do Prado
Daniel I. Amador
Eduardo Monteiro Ribas
Enio Campos Celestino
Erika Campos Celestino
Jackson José dos Santos
Jan Rieswich
Letícia Silva Cardoso
Maria de Fátima F. Santos
Mariana Ferreira Barbosa

Milton R. Lopes
Orlando Walter
Osmani Rodrigues de Freitas
Robert R. Santiago
Ronaldo da Silva
Ronaldo de Souza Ribeiro
Samuel O. Santos
Sergio Pedro Lorenzo
Silvio Cesar Lourenço
Sylton Luis Bragaglia Pinto
Tim Ribeiro
Vagner Wiretio
William Jamilson Rodrigues

Polo 12***

Estação Ecológica de Bananal

Gestor (2015) – Thiago J. F. Nogueira

Conselheiros e Convidados

Ailton Cesar Fernandes
Andrea Cristina F. Vilela
Antonio A. F. Gouveia
Antonio Lucas Sobrinho
Cristiana Regina Lopes
Edinei Tavares do Nascimento
Engels M. Maciel
Eulalio M. S. Neto
Francisco B. Pontual
George Moreira de Oliveira
Ismael Amud Filho
Jobe Moraes Camera Filho
Jonas Inoe Hernandez
Jose E. M. Leal
José Roberto A. Suarez
Josiane Maria Couto
Julio Cesar Monte Azevedo
Luiz Carlos Rodrigues
Luiz Otávio Pimentel
Luiz Vital Grande
Maria da Conceição Lins de Albuquerque
Maria Elisabeth Brungen
Maria Regina M. M. Oliveira
Mariana Roquette Pinto
Murilo Sharp
Paulo Cesar F. da Silva
Reginaldo Lopes Mesquita
Roberto M. de França

Rosa Maria Gomes Leite
Rogério Junqueira Coelho
Rubens Eneas de Soza
Sebastião Jorge Pereira
Sheila Collares
Tatiane S. Souza
Vinicius Novelho

Polo 13***

Parque Estadual da Cantareira

Gestor (2015) – Vladimir Arrais

Conselheiros e Convidados

Amanda Gusmão
André Alves Costa
André Luiz A. Henriques
Antonio Carlos Nery Pinho
Elisângela Moino
Fabio Oliveira Yamada
Gustavo E. Santos
Jaqueline Filipe
Jayro Chabaribery Filho
José Antonio
José Eduardo Victorino
Juliana Pellegrini Cezane
Lorival Monteiro Valente
Lúcia de Almeida Oliveira
Marcela Ahlf Bandini
Marina Ribeiro Christensen
Mary Lobas
Murilo Araújo Rezende
Paulo Monteiro da Silva
Rafael Anunciatto Neto
Ricardo Marcelo Giacon
Rogério Camargo
Roselaine Barros
Sérgio Ueda
Silmaria Ribeiro Marques
Sonia C. Gomes
Vivian de Oliveira

Polo 14***

Mosaico Paranapiacaba

Parque Estadual Carlos Botelho

Gestor (2015) – José Luiz Camargo Maia

Parque Estadual Intervales

Estação Ecológica Xituê

Gestor (2015) – Thiago Conforti

Parque Estadual Nascentes do Paranapanema

Gestor (2015) – André Vicente de Oliveira

Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

Gestor (2015) – Rodrigo José Silva Aguiar

Conselheiros e Convidados

Aelson Mattos Apolinário
Alexandre Marques Oliveira
Alexandre Ueda
Alexandrina Citadini
Beatriz Beisiegel
Carla Tomie Hayashida
Cláudio Sales
Danilo A. de Almeida
Elaine Aparecida de A. Carvalho
Elena M. Pattacini
Erasmus M. Chrischner
Francisco A. Feromba Jr.
Isabella Baroni
José R. Lisboa
Josenei Gabriel Cará
Juliana Conrado
Kátia Pisciotto
Manoel Pereira
Márcia S. Lima
Michele de Souza
Miguel Pedro Machado
Pedro Antonio Junior
Pietro de O. Scarascia
Reinaldo José Daniel Junior
Rosa Cristina do S. Lima
Verônica S. Veloso

* Conselhos onde o percurso da Formação Socioambiental foi concluído.

** Conselhos onde o percurso da Formação Socioambiental foi iniciado, mas não concluído.

*** Conselhos onde o percurso da Formação Socioambiental está em andamento.

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 – Alto de Pinheiros
CEP 05459-900 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3133.3000
DISQUE AMBIENTE: 0800 11 3560
www.ambiente.sp.gov.br



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**